

Q

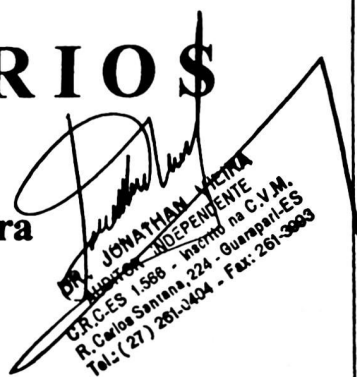
M E P E S

A U D I T O R I A

&

R E L A T Ó R I O S

Jonathan Vieira
CRC/ES - 1.566


DR. JONATHAN VIEIRA
INDEPENDENTE
CRC/ES 1.566 - Inscrição na C.V.M.
R. Carlos Santana 224 - Guarapari-ES
Tel.: (27) 261-3404 - Fax: 261-3993



MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPÍRITO SANTO

CGC 27.097.229/0001-42

E-MAIL: mepes.central@gmail.com

Reconhecimento de Utilidade Pública pelo Decreto Federal nº94083 de 10 de março de 1987 - Processo nº MJ - 31093/71

R. Costa Pereira, 129 - Fone/Fax (0xx28) 3536-1151 - Cx. Postal 35 - Cep.: 29230-000 - Anchieta - ES - Brasil

Carta aos Mepianos.

Anchieta, 09 de Junho de 2006.

Caro amigo mepiano,

A paz do Senhor Jesus!

Convocado pela Junta Diretora e nomeado Secretário Geral do MEPES, respondi "eis me aqui" e no sábado 03 de junho às 19:00 horas, acolhido pelo Dr. Diógenes, novo Secretário Executivo do Mepes, desembarcava em Vitória, rumo a Anchieta.

Domingo 04, depois de ter celebrado a missa das 8:30 em Anchieta e ter rezado e pedido orações ao povo pela minha nova missão, já estava, na tarde, trocando idéias sobre o novo trabalho com o Diógenes.

Hoje, dia do Beato José de Anchieta, faço o meu (primeiro) balanço destes primeiros dias e programo um pouco do futuro que pretendo viver em alternância com Socopo a serviço do MEPES e da FUNACI.

Estes primeiros dias serviram-me para tomar pé do MEPES: encontro com amigos, hoje também com o governador que estava em Anchieta com seu secretariado para as comemorações do dia de Anchieta, e com situações através do relato dos responsáveis e dos relatórios, no último, o relatório do auditor Dr. Jonathan Vieira.

A minha primeira impressão: o nome do MEPES é ainda, muito considerado (talvez demais) e tem muitos amigos e muitas pessoas (também importantes) que o querem sadio e fecundo. Mas também, conhecido de "dentro" tem muitos problemas e está dividido. Graças a Deus são problemas que nem todos conhecem, mas reais: não esta onde deveria estar e não anda como deveria andar.

O que fazer? A resposta da minha consciência a da minha honestidade é: colocar o MEPES no seu rumo certo, assim como os seus estatutos, os regimentos internos de vários setores e as autoridades que o apoiam e os amigos verdadeiros que fazem cada dia o querem. Por minha parte, lhe confesso claramente, e hoje renovei interiormente nas minhas orações, quero ser o instrumento de Deus para alcançar estes objetivos. Amo demais o MEPES, é meu filho, concebido, gerado, mantido, por muitos anos, no meio de dificuldades enormes, mas na fidelidade mais profunda à vontade de Deus, durante todos estes anos. Nem a violência da ditadura militar que nos atacou em muitos anos, conseguiu vencer-nos. Agora tenho a mesma determinação, frente à grande expansão do MEPES, eu peço a sua colaboração. Eu percebi a "fidelidade" de muitos mepianos, mas me permite também a "insensibilidade" de uns que não são e não querem ser mepianos mas desejam viver no MEPES. O MEPES tem uma linha ideológica, tem um patrimônio de valores maravilhosos, tem uma história de mais de 40 anos (desde quando foi gerado começou a aparecer em terra capixaba ainda como projeto de desenvolvimento e de educação promocional) e também um patrimônio financeiro não comum construído com grandes sacrifícios em mais de trinta anos de existência. Podemos jogar fora tudo isso? Gosto do otimismo e da vontade sincera do Diógenes de dialogar com todo mundo. Os meus cabelos brancos e minha experiência intensamente vivida, um homem de mais de setenta e cinco anos me fazem dizer que quero ser "homem bom" mas não "bobo". Quero dar "continuidade": é uma palavra mágica para mim,



MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPÍRITO SANTO

CGC 27.097.229/0001-42

E-MAIL: mepes.central@gmail.com

Reconhecimento de Utilidade Pública pelo Decreto Federal nº94083 de 10 de março de 1987 - Processo nº MJ - 31093/71

R. Costa Pereira, 129 - Fone/Fax (0xx28) 3536-1151 - Cx. Postal 35 - Cep.: 29230-000 - Anchieta - ES - Brasil

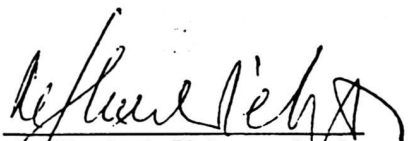
para fazer crescer tudo o que foi semeado, mas não quero ser enganado. Você conhece os valores humanos e o profundo respeito da pessoa que sempre pautou o rumo do Movimento: uma recente crise foi resolvida, colocando-me novamente na frente do MEPES. Conheço "Identidade do Mepiano" que em 1982, depois de um retiro espiritual eu apresentei ao Movimento e que foi discutida e aprovada em assembléias onde todos os mepianos daquela data se pronunciaram e que é como o marco do Movimento daquele ano e o ponto de referência por todos os mepianos de todos os tempos. Conheço muitos dos problemas de natureza diferente que foram enfrentados e vencidos até hoje, conhece os desafios vencidos pelo Movimento e por cada um de nós neste tempo, e conhece a força que o MEPES (o nome) tem hoje perante as autoridades e a opinião pública capixaba. Conhece também as maravilhosas perspectivas e os objetivos exigentes que esperam o movimento e cada um de nós: o meu propósito e o de Diógenes, é valorizar ao máximo o Centro de Formação e Reflexão de Piúma, também a nível internacional e como ponto de encontro e de intercâmbio com a FUNACI; portanto é grande a responsabilidade que você e eu temos perante a causa vitoriosa do homem do campo. Hoje mesmo, em Anchieta e no "Dia de Anchieta" enfrentei em diálogo com as autoridades e na oração as inúmeras responsabilidades e perspectivas que temos.

Então, quero ser franco com você. Eu estou disposto a doar mais este pedacinho da minha vida numa "alternância" bem pesada para o meu físico entre Piauí e Espírito Santo, mas não gostaria que, pela incompreensão ou pelo fanatismo de uns que não querem compreender que o MEPES foi sempre um "ponto de encontro" fracassem as nossas iniciativas. Digo isso porque eu e Diógenes e os outros colaboradores, queremos trabalhar em comum, com a participação ativa e inteligente daqueles que compreenderam e amam o MEPES como parte de si mesmo, mas que por causa de uns, que não querem renunciar as posições não mepianas, tivéssemos que abandonar os ideais e lutas.

Então, veja você. Se confronte com a "Identidade do Mepiano", se é a sua, venha conosco a fortalecer o MEPES que quer avançar e se não for a sua, tenha a honestidade e o sinceridade de dizer: não pertencço a este grupo, vou encontrar o meu, mas não vou impedir a estes amigos de realizar honestamente, os ideais deles e pelas quais estão combatendo a mais de 40 anos.

Rezei bastante, hoje também, e pedi a intercessão do Beato Anchieta e de Nossa Senhora, antes de escrever-lhe esta carta.

Um grande abraço amigo e a minha benção.


Pe. Humberto Pietrogrande, s.j.
Secretário Geral do MEPES



(A)

Socopo, 26 de Novembro de 2006.

Festa de Jesus Cristo Rei do Universo.

Aos amigos do MEPES (mepianos, colaboradores e funcionários) e da FUNACI (funacianos, colaboradores e funcionários) e aos amigos do Espírito Santo e do Piauí, e todos que em formas diferentes colaboraram com os ideais comuns de promoção humana e cristã. Feliz Natal em Jesus Cristo.

Encontro-me em um momento importante e difícil de minha vida: estou vivendo uma "alternância", entre MEPES e FUNACI, pesada para os meus 77 anos: tentando dar continuidade as atividades do compromisso cristão e social que assumi com a minha vida e preparando-me para entrar no "Gôlgota" esperando, na oração e na contemplação, o prêmio que o "Senhor Deus, Justo juiz" me concederá pelo bem realizado em muitos anos de serviço a Ele e aos irmãos.

Não lhes escondo que estes últimos meses, vividos na "alternância" entre Teresina e Anchieta, foram muito pesados e, talvez... pouco fecundos.

Lhes confesso que em muitos momentos me senti "fora"; estrangeiro no MEPES e na FUNACI.

Estrangeiro na sua casa, porque a casa era bem conhecida, mas as pessoas me pareciam diferentes, diferentes ao menos de como eu as pensava ou as desejava - foram dias de profundas interrogações, interrogando-me sobre a vida e sobre tudo, sobre os meus 42 anos de sacerdócio vivido no Brasil.

Permitam-me, então, amigos e companheiros de trabalho que convide vocês a rezar e refletir juntos, sobre o nosso trabalho no MEPES e na FUNACI. Esta se aproximava o dia 07 de Dezembro, aniversário de 42 anos de minha ordenação sacerdotal, que se realizou, justamente, em São Leopoldo, Rio Grande do Sul, em 07 de Dezembro de 1964, *(em anexo segue uma carta que escrevi naquela ocasião a amigos e companheiros brasileiros e italiano).*

Mas o mês de dezembro é carregado de lembranças, a Festa de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, dia 08 além de ser justamente em 1964 a data da "minha primeira missa", foi sempre importante na minha vida: no tempo da escola, era a padroeira do colégio onde estudava e celebrava sempre com muita solenidade, posteriormente no tempo do meu serviço na Ação Católica era a padroeira da Juventude da Ação Católica (GIAC), e foi justamente no dia 08 de dezembro de 1955 que eu escrevi a carta pedindo ao Provincial dos Jesuítas de entrar na Companhia de Jesus, e, posteriormente sempre celebrava o meu sacerdócio nesta data com devoção e agradecimento a Nossa Senhora. Lembro também que foi no fim do ano de 1961 a decisão de partir para o Brasil, com o drama que minha mãe passou pra aprovar a minha saída e que foi superado com a decisão que ela tomou de "Ofereço a minha vida para que meu filho Humberto, faça no Brasil todo o bem que Deus quer." Oferecimento que Deus aceitou porque no dia 03 de fevereiro de 1962 quando, depois de ter beijado pela primeira vez a terra brasileira, em Salvador, o Pe. Provincial me comunicou que a minha mãe, Deus a tinha levado para o céu, poucos dias antes, no dia 31 de Janeiro, quando eu ainda estava navegando.

Estão esperando-me dias intensos que quero viver na busca da vontade de Deus e peço a você de me ajudar com as suas orações.

A

3

No dia 28 de Novembro vivendo a "alternância" viajarei para Anchieta, onde está me esperando uma programação intensa com encontros da Junta Diretora do MEPES (dia 01 de dezembro) e com as equipes das EFAS do Mepes do Norte e do Sul, com os pais e com a equipe do Centro Comunitário de Saúde- Mas dias 07, 08 e 09 pretendo suspender um pouco as atividades, para fazer três dias de oração lembrando a minha ordenação sacerdotal. Quero acompanhar também a equipe do Centro de Formação e Reflexão de Piúma, porque na minha visão, o Centro terá uma importância notável para o MEPES e para a FUNACI de 2007. Aos 12 de dezembro voltarei a Socopo e participarei das inúmeras atividades de fim de ano das EFAS e das outras iniciativas da FUNACI. No começo de janeiro estarei novamente no Espírito Santo para receber no dia 10 o Pe. Domingos Salvador, conhecido pelos amigos das EFAS do Norte do Espírito Santo, que chegará da Itália para passar um tempo conosco. Janeiro deverá ser importante porque vai definir os novos rumos do Mepes (Efas, Centro de Formação e Reflexão e Centro Comunitário de Saúde) para o ano de 2007 e seguintes. Espero que amigos do Mepes, Pe. Domingos, Ir. Camélia e Ir. Lucília, possam me ajudar muito nesta tarefa importante e tanto desejada.

No começo de Fevereiro acontecerá a XXI Semana Pedagógica da FUNACI sendo o "INTERCAMBIO" o tema de reflexão comum e esperando naquela ocasião recebe um grupo de amigos da Itália, e quem sabe, de outros países, para juntos, refletir sobre o tema tão importante e possíveis desenvolvimentos de novos projetos da FUNACI e do MEPES, um INTER/CÂMBIO real e fecundo. E depois? Tudo, como sempre, esta nas mãos de Deus. O nosso projeto seria, acompanhar o grupo no Mepes para uma reflexão em conjunto e juntos encontrar pistas que deveriam oferecer ao Mepes e a Funaci caminhar em comum para enriquecer a caminhada destes 40 anos de serviço ao povo do Espírito Santo e do Piauí na construção de uma sociedade mais justa a serviço do "homem todo e de todos os homens como nos convida a Encíclica Populorum Progressio, transformando no encontro os técnicos em educadores.



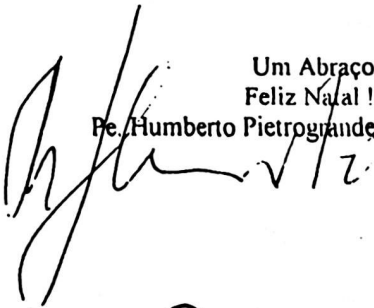
E o Pe. Humberto? *Envio em anexo uma carta que já deveria ser conhecida de Mons. Giovanni Nervo, de 1999 - "O Gólgota"* naquela data deveria estar pronta nas suas estruturas físicas - E o Pe. Humberto deveria estar pronto para viver ai. Será a vontade de Deus? É o que nós todos devemos desejar e fazer e de nos preparar para que possa produzir os melhores frutos.

Convido então todos vocês, a viver intensamente este tempo de Natal, nesta busca sincera e profunda que os acontecimento que estamos celebrando nos convidam a realizar.

O meu desejo sincero é concluir a minha vida nesta busca sincera de agradar a Deus Fazendo o meu exame de consciência, encontrando também as minhas inúmeras desvios tenho que reconhecer que Mepes e Funaci assim como foram pensados, iniciados e levados a frente, foram tentativas sinceras de realizar esta vontade. Pessoalmente gostaria que os últimos anos de minha vida fossem a conclusão desta caminhada e, como Mons. Nervo diz, "a vocação de Pe. Humberto foi sempre a vida contemplativa", que se enriqueçam as obras amor que Deus fez através dele, mas que não deveriam morrerem com a morte dele.

Me ajudem vocês como amigos e mais ainda como executores generosos e livres de um plano que é de Deus.

Um Abraço
Feliz Natal!
Pe. Humberto Pietrogrande



OLÉGIO CRISTO REI
São Leopoldo
Rio Grande do Sul - Brasil

ATENO I

6

8 de novembro de 1964

Caríssimo,

Com alegria te anuncio a minha ordenação sacerdotal que acontecerá segunda feira, 7 de dezembro às 8 horas pelas mãos de S. E. Mons. Scherer, arcebispo de Porto Alegre.

Com esta carta desejo que você participe dos sentimentos que me invadem neste tempo de ilia, somado ainda ao profundo afeto que tenho por você.

O Senhor me chamou e me unirá para sempre seu ministro; dispensador das Suas graças

Seus dons no meio dos homens: gerador de vida, da Sua vida divina. Maravilhe-se, se junto a alegria, sinto todo o peso da minha indignidade e da minha pequenez. Pecador entre os pecadores, enfermo entre os enfermos, homem de carne entre homens de carne, sou chamado a ser o ministro

Misericórdia e do Perdão de Deus, o samaritano que derrama óleo e bálsamo nas feridas, testemunha da Palavra que nutre o espírito, o construtor do Reino de Deus no mundo. Tremi diante de um chamado assim exigente e muitas vezes titubiei. Por isso retardei a responder porque queria que fosse claro. Agora não tenho mais dúvidas. Tenho certeza que o Senhor me chamou

Suas mãos onipotentes entrego o meu nada para que o transforme em instrumento de vida: aqui fundamenta a minha força e aqui se alimenta a paz do meu espírito.

Quase nove anos se passaram da minha resposta a este chamado: nove longos anos de lutas e de triunfos, de dores e de alegrias, de dificuldades e de conquistas. Vivi na casa do Senhor, tenho falado com o meu Deus, tenho ouvido a Sua voz. A você, como a todos os amigos e a todos os homens, desejo dizer com a força que vem da própria experiência: o Senhor é bom, comensuravelmente bom, ama todos os seus filhos com um amor delicado e forte, quer a salvação

felicidade de todos. Assim me amou e me ama, porque - me permita - não deve amar você também? Peço-te, crê neste amor, entrega-te a Ele, e Nele confia, deixa-te conquistar por Ele! Será a luz da tua vida, a força do teu espírito, o conforto nas tuas dificuldades.

Então o Senhor me chamou, hoje me manda no meio dos irmãos.

A fazer o quê? Aquilo que Jesus fez, repetir a Sua palavra. Tenho que permanecer fiel a esta missão: que eu seja um instrumento sensível e dócil nas Suas mãos: é esta a condição indispensável para a fecundidade do meu ministério sacerdotal. É necessário que eu diminua sempre mais para que Ele, em mim, possa crescer sempre mais.

São estes alguns sentimentos que hoje estão dentro de mim, tão profundos a ponto de perturbar até o mais profundo do meu ser e tão suave que me dá uma paz e tranquilidade inescrivível. Todo o meu ser participa neste acontecimento extraordinário que o transiçionalmente e ao mesmo tempo é sereno porque tudo acontece aos olhos do Pai que está no céu

opera através do Espírito Santo, o "doce hóspede da nossa alma". Também me dá um grande conforto, a certeza da presença de forma especial o meu pai e minha mãe que deixaram a terra para do céu, os anjos tutelares do meu sacerdócio.

Estes são os meus sentimentos. A você peço o dom de uma lembrança na oração acompanhe-me e esteja perto. O meu sacerdócio é, um pouco, o seu também, pelo menos por ele muito de você que está comigo pela tua amizade, que permanece e será incorporado ao sacerdócio de Cristo. Peço-te tomar consciência desta tua participação, de saber que você também

ligado a esta realidade. Colabore então para que este sacerdócio seja o mais rico possível nos primeiros momentos de vida por corresponder à vontade do Pai e às necessidades dos irmãos. Continua assim a me querer bem e a me ajudar. Eu permanecerei em você. Saiba-me e ame-me sempre amigo e padre. Perto em todos os momentos da tua vida, aqueles tristes e aqueles felizes. Sente-me o teu representante junto ao trono de Deus que por ti intercede, reza e oferece - me como homem de Deus, olha-me, fechando os olhos diante das minhas misérias. São aquelas de ontem, permaneço o mesmo, o representante de Deus.

Abençoe-te o Senhor, com tudo quanto tem na tua mente e no teu coração, assim como com todo o afeto, a primícia da minha bênção sacerdotal.

Teu, Humberto Pietrogrande

HN

PROPOSTA

A vida contemplativa é um ideal que sempre acompanhou a vida do Pe. Humberto.

Se os seus superiores (Bispos e companhia de Jesus) o aprovarem, ele pensa de se afastar da vida ativa, e das obras que vem realizando, para retirar-se a um eremitério, em lugar que já indivíduo, sobre uma colina da paróquia do Divino Espírito Santo, para dedicar o resto de sua vida à oração.

Não considera esta atitude como um abandono das obras empreendidas e em andamento, nem das pessoas que têm sido suas colaboradoras. Esta atitude lhe permite acompanhar a tudo e a todos, em outro plano, que considera mais alto e mais profundo alimentando as raízes das motivações profundas que as geram.

O eremitério, constitui assim um sinal dos valores fundamentais para toda a comunidade e um centro de formação espiritual para todas as pessoas disponíveis que colaboraram e colaboram na Missão realizada.

Deste modo, Pe. Humberto pode realizar um sonho: formar uma "grande família" composta de religiosos e de leigos, de diversas profissões, pertencentes a diversas Congregações Religiosas, que trabalham juntas alimentadas pelo mesmo espírito do Concílio Vaticano II para a promoção dos mais necessitados.

Este sonho que é dificilmente realizável, em forma institucional, já vem sendo realizado em torno da sua pessoa nas suas obras. Com a vida no eremitério, poderá realizá-lo a nível mais alto e mais profundo, unindo num plano espiritual todas as pessoas de boa vontade que têm colaborado com ele.

Este é também o modo menos visível, porém mais eficaz, para garantir a continuidade das obras: reforçar e cultivar as raízes.

Para realizar o ideal da ida ao eremitério, Pe. Humberto encara responsabilmente, a necessidade de rever todas as obras das quais é iniciador e responsável, para empreender a sistematização e resolver eventuais problemas, ainda não definidos nos aspectos institucionais, organizativos, econômicos e pastorais.

Afim de tornar mais rápida e mais eficaz e segurar a avaliação e revisão sente a necessidade de ser coadjuvado por pessoas, que sejam da sua confiança.

Dois pontos fundamentais são a escolha e a missão das pessoas que deverão substituí-lo no MEPES e na FUNACI.

As obras que devem ser executadas são:

1. No MEPES (Estado do Espírito santo):

- Escola Famílias Agrícolas (14)
- Centro Comunitário de Saúde – hospital

- (18)
- Centro de Formação de Monitores
 - Departamento de Ação Comunitária (4 creches)

2. Na FUNACI (Estado do Piauí):

- Secretária Central
- Creches(11)
- Escolas Famílias Agrícolas (5)
- Comunidade de Assentamentos e Reformas Agrária(3)
- Hospital São Carlos e atividades de prevenção da saúde
- Fazenda " Nova Esperança".

PROJETO EM CURSO:

- Convênio com o BNDES
- Convênio com o MAE
- Outros projetos

São ainda administrados pelo Pe. Humberto a Escola Santo Afonso Rodrigues de Socopo; a Fazenda Montes Claros de Aroazes e a Paróquia do Divino Espírito Santo de Socopo.

A fim de prevenir incertezas, confusão, desorientação na troca de dirigentes será necessário agir progressivamente e preparar bem as pessoas em todo os níveis. De outro lado, para todas as atividades de preparação se torna indispensável a fixação de datas e os cronogramas.

Pe. Humberto pensa de poder passar ao eremitério, se os Superiores aprovarem o seu projeto, dentro de dois anos. Já tem um projeto em andamento para organização e espera encontrar um benfeitor para a cobertura das despesas.

Seria muito belo se os amigos oferecessem a ele a realização deste projeto como sinal de reconhecimento pelo imenso e esplêndido trabalho que tem feito e pelo corajoso e exemplar projeto com o qual pode concluir suas atividades missionárias.

Na realidade, do eremitério ele continuará a promover e a sustentar as atividades do MEPES, das FUNACI e da AES, reforçando as suas raízes, ideais e espirituais.

Socopo, 8 de agosto de 1999.

Mons. Giovanni Nervo.





1. 1992

2. 1993

3. 1994

4. 1995

5. 1996

6. 1997

7. 1998

8. 1999

9. 2000

10. 2001

11. 2002

12. 2003

13. 2004

14. 2005

15. 2006

16. 2007

17. 2008

18. 2009

19. 2010

20. 2011

21. 2012

22. 2013

23. 2014

24. 2015

25. 2016

26. 2017

27. 2018

28. 2019

29. 2020

30. 2021

31. 2022

32. 2023

33. 2024

MEPES.

BOA ESPERANÇA.

RELATÓRIO DAS VISITAS.

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NA ESCOLA DE BOA ESPERANÇA, NO DIA 04 DE JANEIRO DE 2006.

Apresentações.

1. Gabriel Ângelo Merlin. Presidente da Associação de Pais e Alunos.
2. Dr. Raymundo Natalino Pires. Advogado do MEPES.
3. Feliquex Bissa Meriquetti. MEPES. INTERVENTOR.
4. Professora Alessandra Santiago Bossi. MEPES.
5. Andréia Tombaroto Bittencurt.
6. Jose Carlos Ardicas. CF Associação.
7. Teresa Merlin Cardoso. CF Associação.
8. Lucimar Ferreira da Cruz.
9. Maria Madalena M. França.
10. Adna Rossim. Educação.
11. Adriano Pavesi.
12. Ana Helena Bissoli Bomlante.
13. Jonathan Vieira. Auditor Externo do MEPES.

DR. JONATHAN VIEIRA
AUDITOR INDEPENDENTE
CR.C.ES 1.588 - Inscrito na C.V.M.
R. Carlos Sant'ana, 224 - Guarapuá/ES
Tel.: (27) 281-0404 - Fax: 281-3993

DELIBERAÇÕES.

O Presidente da Associação Senhor Gabriel, informou sobre o comportamento da Promotoria, no tocante as informações que recebeu da funcionária em processo de demissão senhora Martha Santos Pereira. Ela recebeu as chaves, na Promotoria, sob a alegação de transferências a serem expedidas e mais ficou com as chaves.

Foi apresentado o interventor nomeado da Escola, senhor Feliquex Bissa Meriquetti.

DIRETOR DEMITIDO: MOIZÉS MARRÉ.

RECESSO ESCOLAR.

Pelo calendário, único, todas as Escolas do MEPES, o recesso que iniciou no dia 19 de dezembro de 2005 e concluiria no dia 23 de janeiro de 2006.

IN CASU. A Senhora Martha procedeu à substituição das fechaduras, com instalações de peças novas e resistentes.

As chaves da Unidade continuam com a senhora MARTHA. Insistimos em localizá-la através do seu celular numero 9316.0466, este não respondeu, causando uma dificuldade para o adentramento nas salas onde estão os documentos. As chaves do carro não foram devolvidas.

Retiram-se, temporariamente, da reunião Dr. Raimundo, Feliquex, Adriano, Lucimar e Gabriel, para as providencias de ordem legal, para abertura das salas.

Andréia, como conhecedora da situação e Secretária da Associação, se prontificou para as devidas explicações junto às senhoras Edna e Ana, respectivamente, Vice Presidente do Conselho Municipal de Educação e representante do Conselho Tutelar. Relata o uso de bebidas alcoólicas, churrascadas e outros problemas de ordem intranquilizadoras, com ferimento a ordem educacional implantada, a ponto dos próprios alunos reclamarem, segundo ANDRÉIA. Concluiu que uma das turmas, terceira série do ensino médio, está em segunda época, e mais, a educação religiosa está na sua totalidade prejudicada.

Deve ser avaliado pelos atuais coordenadores:

1. O procedimento de disciplina.
2. O procedimento de recuperação.
3. Diários de Classe, ver o estado, conferir as notas. Nota 1.
4. Atas.
5. Reuniões com os Pais de Alunos.
6. Arquivos.
7. Problemas na Formatura.
8. Edificações.

Nota 1. – OS DIÁRIOS DE CLASSE NÃO ESTAVAM NO SECRETARIA. ESTAVAM COM OS PROFESSORES. ESTA DECLARAÇÃO FOI PRESTADA VERBALMENTE PELO SENHOR CARLINHOS CREMASCO AO ADITOR.

FORMATURA.

Foi relatado, não só por Andréia, mas por todos os presentes que na formatura foi cantado o hino do MST e saudado à sua Bandeira com o punho serrado da mão esquerda.

CONSELHO FISCAL.

Os responsáveis pela Administração e Contabilidade apresentam os envelopes com os documentos, gerados no mês, da Escola. Não tem acompanhamento. George nunca compareceu às reuniões do CF. Os


suplentes participam das reuniões de fiscalização, tendo em vista o abandono dos titulares. Nome Teresa Mervin Cardoso, dona de casa. Informou que um membro do CF tem formação contábil. No começo do ano a responsabilidade da contabilidade era do Bruno, após falarem que era "MARRÉ" o responsável pela apresentação das contas, quando este foi procurado informou a transferência da responsabilidade para "RENATA". Declarou que a contabilidade foi "examinada" até de outubro de 2005, sendo que não foi concluído o trabalho. Foi constatado que vários pagamentos foram realizados sem os respectivos recibos. (apresentou documentos para avaliação, pelo auditor). Não foi levantada a inadimplência, bem como, o saldo a pagar. Novembro foi examinado, em parte, e Dezembro está pendente.

TARDE DE DESAJUSTES.

As demitidas, Martha e Jaqueline, durante a toda tarde tentaram enrolar o interventor, a ponto de as 17,40 hs., após a busca da promotoria e Delegacia, sem qualquer resultado: a primeira pelo recesso e a segunda pela ausência do seu titular, foi à porta arrombada da secretaria pelo interventor. Quando adentrava, na primeira sala, neste momento, chega à polícia militar que intervém, todavia, uma das portas já estava aberta.

In Casu:

Na sexta-feira, dia 29 de dezembro de 2005, quando em Boa Esperança, esteve o interventor por nomeação na forma legal, as chaves das principais portas, antes entregues ao presidente da Associação de Pais, Sr. GABRIEL, por determinação do Secretário geral do MEPES CENTRAL foram questionadas no tocante a legalidade. Ocorre que no questionamento de quem seria o guardião, no gabinete da Promotoria, por ordem deste, foi repassada para as mãos da



senhora MARTHA que se dizia Diretora Geral, que prometeu devolve-las na segunda feira, dia 02.01.06, promessa que não cumpriu, antes procurou ocultar-se, gerando um conflito.

Houve Ocorrência Policial e a Policia Militar esteve no local. A porta já estava aberta, quando a PM chegou. Foi feita nova Ocorrência.

SITUAÇÃO.

A professora Martha, nada sabe. É totalmente dirigida pela outra professora senhora Jaqueline. Existem outros elementos assessorando e incentivando os demitidos, inclusive funcionário encostado pelo INSS, de nome Telau que dirigiu o Veiculo da escola, juntamente com MARTHA. (interessante não pode trabalhar, está em licença medica, entretanto, pode dirigir, pegar e distribuir JACAS etc., questionar a legalidade dos atos administrativos).

SEU CARLINHO Verso TESOUREIRA.

É de se lamentar as irregularidades existentes dentro da EFA de Boa Esperança. A Associação acha-se a dona de tudo e pode mandar em tudo. Vejam o carro da escola estava com o Senhor Carlinhos, negando o mesmo de proceder à entrega das chaves, fugindo aos encontros. Quando descobrimos o endereço de sua residência, há mais de vinte e cinco kilometros de distancia da sede do MEPES, fomos lá em três pessoas, para receber as chaves do carro. Instado declaramos que a entregaria posteriormente.

Vários senhores e senhoras chegaram e foi criado um verdadeiro tumulto, sob a coordenação da Jaqueline e Martha, que agora receberam apoio de dois Carlinhos, da Tesoureira, do Telau e um dos Marrés, além do namorado da Martha e outros desconhecidos, por este auditor.



Não sabem o que é direito de propriedade. A propriedade é do MEPES e não da Associação.

No final, foi promovida uma simples reunião com o senhor CARLINHOS, vice-presidente da Associação, solicitando informações, para conclusão de um relatório imparcial. Foi prometida a entrega de documentos em seu poder. Foi aberto espaço para a realização de uma reunião da associação com a direção do MEPES, para definição de posicionamento.

Conclusão.

Deixo, no momento de concluir o presente parecer, pela inexistência de documentos. Voltarei ao local.



Dia 12.01.06.

A VOLTA.

Inicialmente cabe deixar registrados as providências.

1. Fomos ao Fórum de Boa Esperança e nos apresentamos ao Dr. Juiz e ao Dr. Promotor.
2. Fomos à Delegacia de Polícia e nos apresentamos ao Dr. Delegado.
3. Em seguida nos dirigimos a Unidade da EFA para o início do Trabalho de Auditoria.
4. Foi-nos entregue uma bonita sala com móveis novos, cujo enxoval relacionamos abaixo:
 - Duas mesas grandes para reuniões, sem cadeiras.
 - Oito mesas individuais para trabalho.
 - Seis cadeiras giro.
 - Composto a sala estão instalados dois bons ventiladores, dois quadros fixos para avisos, um painel com trabalho em destaque
 - Três armários de aço com portas.
 - Uma mesa para telefones.
 - Seis quadros simples.
 - Dois troféus.
 - Uma caixa de isopor e um violão.
 - Várias Pastas sobre duas mesas.
 - Uma caixa de Papelão sobre a mesa de telefone.
 - Uma papeleira de plástico.



PASTAS ENCONTRADAS SOBRE AS MESAS.

44 pastas de estágios.

Talão de cheque.

Conta 6.858-6. BRASIL. BOA ESPERANÇA.

Numero do cheque 850061- Valor R\$ 800,00, pagamento ao Betão empregado. Este dinheiro foi entregue a Moisés para rescisão que seria devolvido. Ver. -RESCISÃO de CONTRATO.

850062- Valor R\$ 1.248,00 devolução a RACEFFAES, referente projeto 'ATER'. 15.12.05.

850063- Valor R\$ 2.040,00- Supermercado Real. Dia 17.12.05.

850064- Valor R\$ 510,00- Papelaria Ideal. Dia 17.12.05.

850065- Valor R\$ 510,00- Papelaria Alempeque. Dia 17. 12.05.

850066- Valor R\$ 1.020,00- Vale do Cricaré. Ônibus. 17.12.05.

850067- Valor R\$ 830,00- Vale do Cricaré. Ônibus. 17.12.05.

VERIFICAR:

Os salários recebidos da UNEFAB- CEFFA-

Avaliação da Equipe.

8

17A
A

REUNIÃO COM O SECRETÁRIO.

- Integração da Prefeitura Versos MEPES.
- Escrituração da Vida Estudantil dos Alunos.
- Reunião Mensal com a Pedagoga da Prefeitura.
- Reestruturação Administrativa.
- Diário de Aula.
- Matrículas.
- Início das aulas.



(13)

DIA 14 DE JANEIRO DE 2006.

Comprovante das Receitas Extraordinárias (alunos, pais, extras e etc.) Campanha do Café, existe desde 2003, referente a 15 kg de café ou R\$ 30.00, por ano. Sempre cobrado no mês de junho de cada ano.

Certificado de Conclusão de Curso.

Providenciar os documentos de conclusão de Curso dos Alunos, ou o DIPLOMA. Sonegação de Documentos.

DÍVIDA ENTRE R\$ 18.000,00 a R\$ 25.000,00.

A maioria não comparece. Vale a prepotência dos coordenadores.

As despesas dos monitores são pagas pelos alunos e pais.

O carro do colégio fica a disposição dos monitores e a associação de Pais. *As despesas são pagas pelos Convênios, pais e alunos. (segundo informações recebidas).*

Os convites para reuniões e formaturas são distribuídos para os partidários. Os contrários não recebem.

DESPESAS SEGUNDO ANDRÉ E SEU PAI SR. JOSÉ AUGUSTO BARBOSA.

1. Alimentação R\$ 20.00.(energia, alimentação, telefone e material de limpeza).
2. Associação de aluno, paga taxa desde o primeiro ano no valor de R\$ 2.00 mês. (conta em nome de um aluno e monitor). Verificar.
3. Associação de Pais. (viveiro, combustível), serve de reforço de caixa, quando o salário atrasa. Valor R\$ 2.00.



4. Ficha Financeira do aluno. Ver Pasta por Turma.
5. Nunca Prestaram contas. (requerer as prestações de contas).
6. Árvores cortadas e vendidas.
7. Quando perdia o ônibus, (de Boa Esperança ao Colégio), o aluno pagava uma despesas extra de Boa Esperança ao Colégio.
8. A prefeitura cobre até 300 litros de gasolina por mês.
9. Vendas de:
 - Porco.
 - Café.
 - Produtos hortaliças.
 - Milho.
 - Viveiro. (prestação de contas).
10. FRETES.
 - De Boa Esperança ao Colégio, não era sempre.

PROVIDÊNCIAS.

Edifícios.

Laboratório.

Pocilga.

Aviária.



REUNIÃO.
Dia 14.01.05

Pessoal de Pinheiros.
Pessoal de Vinháticos.

Livro de Presença.

Presença na reunião de: VICTOR. CEZAR. TELAU. (Telau, dirigiu o Carro do MEPES mais de uma semana).

16.01.06.
DR. VALENTIM.

1. Falar Com Sindicato S/ Demissões.
2. Reunião Com Sindicato. Tel.
3. O que fazer.

Dr. SIGMUND.

Idalgiso. Afastado. Quer voltar. A DISPOSIÇÃO.

SALÁRIOS.

Ver Revisão de Salários.

LEVANTAMENTOS A SEREM EFETUADOS.

1. EFA- BOA ESPERANÇA.
 - Levantar os empregados lotados na Escola.
 - Diretor Registrado no MEC.
 - Diretor Autorizado pelo MEPES.
 - Numero de Alunos.

- Receitas com Alunos.
- Convênios.
- Projetos "ATER" e "OUTROS".
- Gasolina fornecida pela Prefeitura.
- **Receitas Extras.**
 1. Vendas de Produtos.
 2. Venda de Madeira.
 3. Receitas dos Pais de Alunos.
- Dívidas da Escola.
- Receitas com Festas.
- Conta Bancária em Nome de Aluno e Outro.
- Veículos à disposição da Escola.
- Contabilidade da Associação de Pais.
- Orçamento da Escola.
- Ficha Financeira de Aluno, Individualmente.
- Registro Escolar de Aluno, Individualmente.
- Notas de Despesas.
- Prestadores de Serviços de Um Modo Geral.
- Compra de Bens do Ativo Permanente.
- Sindicatos.
- Despesas com Funcionários em diversas empresas, inclusive supermercado, levantar os valores das antecipações, por empregado, comparar os ressarcimentos, via folha de pagamento ou recebimento direto nas contabilidades: da Associação de Pais ou MEPES.
- Ações de Comprimento do SINDICATO em face do MEPES.
- Ação RT empregado do Norte.
- Procedimento Adalgiso.
- Estrutura Administrativa do MEPES.?

22

DIAS 27.01 05 e 02,03 de fevereiro de 2006.

1. Avaliar a eleição e mandato dos membros do Conselho Deliberativo.
2. Contrato de Trabalho de Membros do Conselho.
3. Avaliar a Transformação em Fundação.
4. Relatório.
5. Avaliar Verba MDA. Recurso ATER.
6. SINPRO/ES. JOSUE ALVARINO. Dia 02.02.06.
 - Acompanha o MEPES há mais de quatro anos.
 - Os Professores do MEPES, estão cadastrados no SINPROES.
 - Dinheiro Público. Avaliar.
 - CLT mais CCT, avaliar.
 - Avaliar as ações aforadas em face do MEPES.
7. BNDS.
 - Avaliar o projeto, considerar parte dos empregados.
8. Levantar o Custo da alimentação de cada funcionário.
 - Avaliar a triangulação MEPES – SEC - SINPRO.
 - Avaliar os recursos e uso do dinheiro Público. Convênios-
9. ADMISSÕES.
 - Avaliar o procedimento para novas contratações, piso salarial, exame medido admissional. ISONOMIA.

DIA 03.02.06. Olivânia.

FOMOS A CONVITE DO SENHOR VALENTIM.

- Novas Equipes: de Esperança e Castello.
- Avaliar no relatório:
- Materiais e locais para Esportes.
- Estado das Bibliotecas
- Enxoval das EFAs.
- Ficha Financeira de cada aluno.
- Estado do Plantel de Suínos, Bovinos etc.



➤ Registro dos Cafezais, como está.
DIA 09 DE FEVEREIRO DE 2006.

DIA 10 DE FEVEREIRO FUI PESSOALMENTE NO MEPES, À TARDE.

MEPES. BOA ESPERANÇA.

1. Siegmund.
2. Alessandra.
3. Felixques.
4. profa. Nova Contratada.
5. Jonathan.

Visitas.

1. Padre.
2. Fórum.
3. Sec. Educação.
4. Sec. Obras. (chegada).
5. Advogado.



DO RELATÓRIO.

Introdução.

ASSESSORIA CONTÁBIL JONATHAN VIEIRA LTDA., devidamente contratada para a realização de levantamentos contábeis nas Unidades do MEPES, existentes no Estado do Espírito Santo, no pleno exercício da função, procedeu a levantamentos na Contabilidade do MEPES, bem como, adentramos no procedimento de algumas ASSOCIAÇÕES DE PAIS, entre elas, a de "OLIVANIA" e "BOA ESPERANÇA".

Para administrar com segurança todo o procedimento, vamos dividir trabalho nas etapas que abaixo especificamos, a saber:

1. PARTE LEGAL.
2. PARTE FISCAL.
3. PARTE ORÇAMENTÁRIA.
4. PARTE CONTÁBIL.
5. PARTE PATRIMONIAL.
6. PARTE JURÍDICA.

No sentido de conseguir maiores informações, percorremos algumas EFAs, procedendo: pesquisas, levantamentos de dados, exames nos documentos contábeis, vistorias em imóveis e instalações, entrevistas com professores, administradores, pais de alunos, presidentes de associações e os próprios alunos.

O PRESENTE relatório é um complemento dos relatos anteriores, já em poder do MEPES, com as atualizações e os acréscimos, considerando que nestas informações adentramos na parte interna, "Administrativa", do MEPES.

Somos sabedores que quanto maior o número de informações contidas no relatório, mais vulnerável o mesmo fica, todavia, é nosso desejo proceder tudo o que fizemos como se fosse o último serviço a ser prestado, não que sejamos tolos ou imprudentes, a luz do provérbio de Salomão, "O TOLO FALA O SÁBIO HOUVE", mas, pelo princípio da honestidade no trabalho que realizamos.

DESENVOLVIMENTO DO RELATÓRIO.

PRIMEIRA. PARTE LEGAL.

1. PARTE A – QUALIFICAÇÃO

Nome:

MEPES – Movimento De
Educação Promocional Do
Espírito Santo.

Endereço Completo:

Rua Costa Pereira, nº 129,
Centro, Anchieta/ES, CEP:
Telefone:

2. PARTE B – DIRETORIA

CONSELHO GERAL:

Secretario Geral:

SIEGMUND BERGE.
VALENTIM AUGUSTO MARINATO

Secretário Executivo:

Presidente Do Conselho Fiscal:

ITAMAR MOREIRA DA FRAGA

Responsável Pela Contabilidade:

JOSE MAURÍCIO ROVETTA,
CRC-ES 3.724

3. HISTÓRICO

O MEPES - Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo, fundado em 26 de abril de 1968, com foro na Cidade de Anchieta,

Estado do Espírito Santo. É uma Organização de fins não econômicos.

O órgão soberano é a Assembléia Geral constituída por seus associados, que compõem sua Junta Diretora.

A organização tem duração por prazo indeterminado, tem como âmbito de ação o Estado do Espírito Santo, e seu ano social coincidirá com o ano civil, portanto, de primeiro de janeiro a trinta e um de dezembro (01.01 a 31.12 de cada ano)

O MEPES teve seu berço na área rural do Estado do Espírito Santo.

Uma razão profunda marcou a determinação desta área para o seu fundador. Tratava-se de uma região, considerada RURAL, composta por cinco municípios – ANCHIETA – ALFREDO CHAVES – ICONHA – PIÚMA e RIO NOVO DO SUL. Todos com características e problemas similares, favorecendo a intervenção em vista de seu crescimento. Logo a seguir expandiu-se, também, ao Norte e Região Centro Serrano do Estado alcançando os Municípios de: JAGUARÁ – SÃO MATEUS – SÃO GABRIEL DA PALHA – RIO BANANAL – PINHEIRO – NOVA VENÉCIA – BÔA ESPERANÇA – MONTANHA – MARILÂNDIA e SANTA MARIA DE JETIBÁ.

Está, ainda, presente através do INTERCÂMBIO em muitos outros Municípios onde não tem unidades do MEPES implantadas, porem, atua com presença ou presta assessoria.

Seu fundador foi o Pe. Humberto Pietrogrande, Jesuíta Italiano que com um grupo de líderes comunitários das regiões e apoiado pela antiga ACARES e LBA-ES instituíram e registraram o MEPES.

4. FINALIDADE ESTATUTÁRIA

A Organização tem por finalidade a promoção integral de pessoas humanas. Gratuitamente, promove a educação e desenvolve a cultura, através da AÇÃO COMUNITÁRIA, numa ampla atividade inerente ao interesse da agricultura, e principalmente no que concerne à elevação social do agricultor, do ponto de vista religioso, intelectual, técnico, sanitário e econômico.

Para atender a seus objetivos, a Organização poderá celebrar convênios com organismos de qualquer natureza e filiar-se a outros organismos de âmbito nacional, bem como colaborar em atividades similares às suas.

5. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Prioriza o MEPES, seus atendimentos na qualidade e não na quantidade, razão que onera o custo, por aluno servido. Demonstra seu trabalho e sua capacidade de gerenciamento, prestando aos parceiros, amigos, benfeitores, colaboradores e instituições diversas, um relatório completo da sua atividade operacional anual.

Para o atendimento às atividades propostas, organizou as seguintes áreas, vinculadas à sede:

- ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA;
- CENTRO DE FORMAÇÃO;
- DEPARTAMENTO DE AÇÃO COMUNITÁRIA;
- CENTRO COMUNITÁRIO DE SAÚDE;

6. MATRIZ E FILIAIS

A) ATOS CONSTITUTIVOS:

O Estatuto Social, está devidamente arquivado junto ao Cartório Competente.

B) CNPJ:

✓ MATRIZ – CNPJ - 27.097.229/0001.42

6.1 FILIAIS:

6.1.1 – ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE OLIVÂNIA:

CNPJ: 27.097.229/0002-23. Constituída em 09/10/70.

6.1.2 – ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ALFREDO CHAVES:

CNPJ: 27.097.229/0003-04. Constituída em 09/10/70.

6.1.3 – ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE RIO NOVO DO SUL:

CNPJ: 27.097.229/0004-95. Constituída em 09/10/70.

6.1.4 – ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE CAMPINHO:

CNPJ: 27.097.229/0005-76. Constituída em 30/06/75.

6.1.5 – ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE JAGUARÉ:

CNPJ: 27.097.229/0007-38. Constituída em 30/06/75.

6.1.6 – ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE KM 41:

CNPJ: 27.097.229/0008-19. Constituída em 30/06/75.

6.1.7 – ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE BLEY:

CNPJ: 27.097.229/0009-08. Constituída em 30/06/75.

6.1.8 – CENTRO COMUNITÁRIO DE SAÚDE:

CNPJ: 27.097.229/0010-33. Constituída em 30/06/75.

6.1.9 – CENTRO DE FORMAÇÃO E REFLEXÃO:

CNPJ: 27.097.229/0011-14. Constituída em 30/06/75.

6.1.10 – ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE RIO BANANAL:

CNPJ: 27.097.229/0012-03. Constituída em 01/04/81.

6.1.11 – FAZENDA BOA VISTA S/N PIÚMA ESPÍRITO SANTO:

CNPJ: 27.097.229/0013-86. Constituída em 01/04/81.

Suspensa em 30/12/89. Reativada em 01/01/97.

6.1.12 – ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE PINHEIROS:

CNPJ: 27.097.229/0014-67. Constituída em 25/06/85.

6.1.13 – ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE BOA ESPERANÇA:

CNPJ: 27.097.229/0015-48. Constituída em 02/09/88.

6.1.14 – ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE VINHATICO:

CNPJ: 27.097.220/0016-29. Constituída em 02/08/88.

6.1.15 – ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE CHAPADINHA:

CNPJ: 27.097.229/0017-00 – Constituída em 02/08/88.

Obs.: O CNPJ: 27.097.226/0006. Não existe? Verificar.

6.1.16 – ESCOLA FAM. AGR. DE SÃO JOÃO DO GARRAFÃO:

CNPJ: 27.097.229/0018-90.

6.1.17 – ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE MARILÂNDIA.

CNPJ: 27.097.229/0019-71.

REGISTROS JUNTO AOS ÓRGÃOS PÚBLICOS.

➤ PREFEITURA

Procedimento regular.

➤ UTILIDADE PÚBLICA

Procedimento regular.

➤ FILANTROPIA

Procedimento regular.

Obs: Uma Bateria completa das Certidões Negativas, por si, comprova a legalidade.

Objetivo Social. " CONSTANTE NO ITEM 4 acima "

Missão. "SOLICITAR UM ESTUDO"

Visão. "SOLICITAR UM ESTUDO"

Filantropia. O registro na Filantropia está em nome do CNPJ principal MEPES CENTRAL. É importante deixar aqui registrado que as Associações de Pais, não gozam dos benefícios da Filantropia.

O procedimento junto a CNAS, está em dia.

Quanto aos itens complementares de legalização, necessários ao bom funcionamento da Organização, estão sendo apresentados em documento anexo, apartado.

SEGUNDA.

PARTE FISCAL.

A Organização, cumpre em dia suas obrigações de caráter fiscal. *Procede ao recolhimento dos Tributos e dos Encargos nos seus respectivos vencimentos.* Está vulnerável nos pagamentos realizados, pelas EFAs, parte, considerando a demora na remessa dos documentos

e a interferência GERENCIAL, contábil e administrativa da Associação de Pais.

Considerando o MEPES, pelo lado do CNPJ próprio e de suas Filiais e considerando, ainda, constatamos que as Associações de Pais, geram documentos, conforme pode ser comprovado pelo livro "CAIXA". É prudente proceder a sinalização de um levantamento geral na área FISCAL, no sentido de evitar problemas Tributários, Trabalhistas e Previdenciários além de outros. Pode e deve ser evitado o crescimento do Passivo.

TERCEIRA. PARTE ORÇAMENTÁRIA.

Constatamos que o MEPES não possui um planejamento orçamentário próprio para as suas Unidades, inclusive para receber o apoio das diversas Associações de Pais.

O Custo aluno, não está demonstrado. Nas planilhas de convênios aparecem valores englobados. A falta deste documento, necessário ao controle interno, pode demonstrar uma ausência de informações para os órgãos Públicos que garantem financeiramente os Convênios.

Isso examinado pelo lado dos convênios. Entretanto, se considerado pelo lado da "FILANTROPIA", onde o MEPES, tem o dever de provar o investimento do valor igual ou superior ao INSS não recolhido, pode trazer problemas futuramente. Receitas e Despesas estão sendo contabilizadas, "EQUIVOCADAMENTE" pelas ASSOCIAÇÕES DE PAIS, sem a devida orientação do MEPES.

34

Para comprovar as assertivas acima, acostamos um mapa com os documentos comprobatórios.

VEJA ANEXOS.

QUARTA. PARTE CONTÁBIL.

No sentido de elucidar e clarear o caminho a ser percorrido, o item da Parte Contábil, deve ser subdividido, até porque, pelo princípio da honestidade profissional, do contador do MEPES, que em todos os momentos tem se manifestado interessado em regularizar a contabilidade da organização que gerencia.

Levantamos em relatórios anteriores, os pontos antagônicos que dificultam a realização de uma contabilidade dentro dos melhores padrões de técnica e aperfeiçoamento. Reconhecemos as dificuldades para a realização de uma contabilidade perfeita e plenamente sadia.

O setor contábil está subordinado as diversas filiais plantadas no Estado e delas é dependente. A MATRIZ, que centraliza todas as informações contábeis, para a conclusão dos lançamentos e levantamentos das "DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS", precisa que as informações cheguem a tempo e na hora certa, subordinação que não está sendo observada por todas as EFAS.

Os recolhimentos previdenciários são descentralizados, no sentido de facilitar os convênios. A luz, desta assertiva, há necessidade que os documentos cheguem em dia e na hora certa para a efetivação dos respectivos registros. É um processo de coordenação progressiva, que gira em torno do fator "dependência".

Mediante esta assertiva vamos dividir a parte contábil para um melhor entendimento e julgamento, "DAS SINALIZAÇÕES" conforme acima sinalizado.

Pasta Número 01. Contas a Pagar.

- Recibo assinado por Edilmar Leite, no valor R\$ 190,00, emitido contra UBEFB, através da RACEFFAES.
- Contem envelopes de 2002, 1 Envelope de 2003, 1 Envelope de 2004 e envelopes dos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho e agosto. Alguns sem documentos.

Destacamos:

- Um documento do Banco Itaú, referente parcelas de Pagamento, referente RG Administradora de Seguros Ltda. Ano 2002. Veja Envelope ano 2002.
- Vários Depósitos e Extratos Bancários. Não pude constatar se os lançamentos contábeis foram feitos.

Pasta Número 02.- Documentos Diversos.

Documentos Diversos. Alguns sem Notas Fiscais. Relatórios. Documentos de Festas.

Destacamos:

- Prefeitura Municipal de Boa Esperança.
- Requisição de Mudas: Número 003563. Data 26.08.05
450 Mudas. Saber o destino,
- Posto de Gasolina, Supermercado e PAPELARIA.
 - I. No dia 29.07.05 foi assinada uma nota numero 023126 pelo senhor ROBERTO TELAU.
 - II. No dia 24.08.05, foi assinada um cupom fiscal pelo sr. CREMASCO, referente a 44,56 litros de gasolina.

- III. No dia 23.08.05, foi assinada um cupom fiscal pela senhora Jaqueline Oliozi, referente a 15 litros de gasolina.
- IV. Idem, pelo senhor FABIO e Moisés Marré.
- V. Vários Carros receberam combustíveis a saber: Moto, Saveiro, Monza, Gol.
- VI. Várias Notas brancas, se a cobertura fiscal, da ME LORENZONI, números 08474, 08343, 08317, 07713, 07617, 07326, 07284, 07285, 07497, 07156, 05590, 05591, 05305, 04497, 04721, 03074, 02598, 03570, 03661, 03568, 03895, 04379, 04633, 04268, 05466, 06884, 06877, 06749.
- Várias Notas Brancas da papelaria e copiadora IDEAL.(vários compradores).
- Várias Notas brancas da empresa: PAIOL. (vários compradores).

Pasta Número 03. Documentos Diversos.

- Documentos Diversos. As notas de Viagens devem ser acompanhadas de um relatório.
- Cheque a favor da RACEFAES, no valor de R\$ 1.248,00 emitido no dia 15.12.05 número 850062 Banco do Brasil. (doação) deve ser acobertado por nota de serviço ou outro documento fiscal apropriado. Não tem documento.
- RECIBO de R\$ 55,00, referente à venda e 50 agendas e transportes das mesmas, assinado por Nielsen Alves, coordenador do Setor Financeiro do RACEFFAES. Documento sem a cobertura legal.

- **Viação Vale do Cricaré Ltda**, deve ser acobertado por nota fiscal. Valor R\$ 830.00 (oitocentos e trinta reais), em nome da Associação das Família Agrícola de Boa Esperança. Data 19.12.05. Sem Nota Fiscal.
- Recibo de Erivelton Soares de Souza. Valor R\$ 900,00. Falta Recolhimento do INSS. (40 dias de serviço). Declarou que recebeu R\$ 15,00 por dia. O documento está sem a proteção legal.
- A nota fiscal numero 000072 da Supergasbrás, refere-se a venda de 14 botijas de gás (período 28.10 a 08.12.). (assinaturas de: Maria Helena Martins, Luzia Amaral, Daniele Batista Caetano e Joelma Ramos).

Pasta Número 04. Documentos Diversos.

- Recibo assinado por Beatriz Ribeiro. Valor R\$ 384,69. Este documento carece ser melhorado. Pelo que entendemos trata-se de um reembolso de despesas.
- Remessa de Valor para UNEFAB, nos valores de R\$ 520,00 e R\$ 300.00, sem os comprovantes. Por se tratar de uma contribuição, antes deve existir a filiação aprovada pelo MEPES. Existe? Quem remete é um funcionário do MEPES. Vale sem documento. Este valor deve ser documentado.
- Pagamento ao IDAF, sem o comprovante bancário. O recibo está assinado pelo Funcionário do IDAF.
- Fábio José Nass é funcionário do MEPES? Existe um recibo sem a sua assinatura. Foi pago?

- Roberto da Silva é funcionário da Associação Escola Família Agrícola. Constatamos a existência no valor de R\$ 586,02 referente salário do mês de abril sem assinatura.
- Idem, Nilcéa Gonçalves de Jesus. Valor 260,00.

Pasta Número 05.- Documentos Diversos.

- Conta de Telefone.
- SUPERMERCADO REAL. Valor R\$ 2.252,00, sem a Nota Fiscal. Data 20.12.04.
- Caixa do me de dezembro de 2004.
- Projeto ATER. Ver.
- Prestação de Contas Freezer. Total da Prestação de Conta R\$ 10.100,00. (vários documentos sem cobertura de nota fiscal). Nesta Prestação de contas existem dois valores pagos a RACEFFAES, que são R\$ 3.000.00 referente ao pagamento da anuidade do primeiro semestre de 2004 e contra partida da contra partida ?.
- Prestação de Contas do Repasse RACEFFAES/ATER. Valor R\$ 2.439,01. Devolvido a RACEFFAES R\$ 488,00 e UNEFAB, sem documentos.
- Livro Caixa de Dezembro de 2004. Solicitar comprovação do Senhor Carlos Luiz Cremasco, sobre os valores recebidos R\$ 406,00, 834,00, 464,50 e 64,50,
- Várias Guias de INSS.
- Comprovante de gasolina e extintor.
- Pagamento efetivado sobre pedido. Valor R\$ 90.00

Pasta Número 06. Documentos Diversos.

ESTA PASTA É DA ASSOCIAÇÃO, MAS TEM NOTAS EM NOME DO MEPESES.

Importante. Ligamos, no dia 16.02.06, para o senhor Manoel Messias da Silva, contador da Associação CNPJ 03.588.110/0001-04, oportunidade quando nos informou que a prestação de serviços se limita, tão e só, ao departamento do Pessoal, com preenchimento de guias do INSS, FGTS, PIS e outros. Entretanto, nos informou que a declaração de Ajuste Pessoa Jurídica é de sua competência. Não tem escrituração organizada. Não tem Diário. Não tem o livro caixa organizado. Não tem contabilidade. Não tem Balanço. Têm Pendências Trabalhistas e tributárias de um modo geral além da ausência constatada de recolhimentos Previdenciários sobre recibos etc.

01. Talão de cheque em Branco, folhas não usadas é dever. do cliente, comunicar o cancelamento ao banco. (alguns cheques estão assinados pelo Cremasco).
02. Existe uma prestação de contas dos cheques emitidos, com observações diversas de "fazer recibo". Não constatamos se foram pagos, antecipadamente, para regularização posterior ou se constam como passivo, para pagamento futuro.
03. Despesas com Folhinhas e Calendários. Total R\$ 420,00.
04. Despesas com Serviços de reparo de Rádio. Valor R\$ 380,00.
05. Compra de um compressor e um micro motor. Valor R\$ 230,00.
06. Despesas na BALARINI.
07. Honorários Contábeis, sem INSS.
08. Guia de INSS 03/2005. Valor R\$ 83.33 sem recolhimento.
09. Três folhas de boletins de Caixas. É Bom examinar.



10. Compra de dois ventiladores turbo 60 centímetros de parede sem nota fiscal.
11. FGTS sem individualização referente mês 10/2003.
12. Competição com Premiações em caixas de cervejas.
13. Vários recibos da AEFABE. Ver a legalidade jurídica.
14. Notas de compras diversas do Supermercado Real, sem a cobertura da Nota Fiscal Legal. Valor R\$ 930,30.
15. Idem, idem, Valor R\$ 592,25.
16. Idem, idem, Valor R\$ 2.500,00
17. Idem, idem, Valor R\$ 588,24.
18. Idem, Papelaria. Valor R\$ 572,68.
19. Notas Diversas.
20. Notas de Gasolina Diversas.
21. Vários documentos sem cobertura legal.
22. Não tem caixa.
23. Movimento de Caixa somente do mês de dezembro de 2004.
24. Relação dos Associados.
25. Manual para convênio.

PASTA NÚMERO 07.

01. Duas Cartas de Alunas. Uma solicitando documentação. Outra falando da vida agradável dentro da Escola.
02. Requerimento de parcela do convenio. Valor R\$ 6.000.00
03. Prestação de Contas do mês de novembro de 2005.
04. Empregada Luzia Amaral Souza, recebe R\$ 300,00. Tem recibo referente o mês de outubro. Ver com o Jurídico. Sem desconto do INSS.
05. Prestação de Contas do mês de setembro de 2005.
06. Prestação de Contas do mês e outubro de 2005.
07. Empregada Luzia Amaral Souza, recibo de R\$ 600.00, referente o meses de agosto e setembro de 2005. Sem INSS. Ver Indenização no Jurídico.



08. Empregada Nilcéia Gonçalves de Jesus no valor de R\$ 750,00, referente os meses de junho e julho de 2005.
09. Prestação de Contas referente o mês de julho 2005
10. Pago a Roberto da Silva referente ao mês de junho de 2005. Valor 295,65. Pago a Roberto da Silva referente ao mês de junho de 2005. Valor 295,65. Repete o recibo de Nilcéia Gonçalves de Jesus.
11. Os documentos carecem de uma examinada técnica e o responsável pela contabilidade de orientação.

PASTA NÚMERO 8. ATAS

1. **ATA** de reunião da RACEFFAES.
2. **ATA** da Associação da Escola Família.
3. **EMPLANTAR.**

ENVELOPE NÚMERO 01.

Envelope intitulado "CONTABILIDADE DE DEZEMBRO DE 2004."

Neste envelope contém vários documentos. Faltam as notas fiscais acobertadoras de várias despesas. Um Exemplo papelaria Escolar Valor R\$ 550,00.

ENVELOPE NÚMERO 02.

Documentos Bancários diversos com notas de compras. Ausentes, parte das notas fiscais. Considerar os canhotos dos cheques e arquivar adequadamente. Auditar os documentos.

ENVELOPE NÚMERO 03.

Documentos Diversos: do Supermercado Real; Diversos; Ideal; Posto 4 Rodas; e Diversos. (separados por clips). Não tem nota fiscal, bem como, recibos de pagamentos. Conferir.

DOCUMENTOS APARTADOS.

- 1. Documento** assinado pelo senhor JOSÉ AUGUSTO BARBOSA, conforme sua alegação pagou a Escola o valor de R\$ 51,00, sem a emissão de um documento idôneo. (pagamentos efetuados AEFABE R\$ 18,00, Caderno de acompanhamento R\$ 3,00, Campanha do Café R\$ 30,00. Total R\$ 51,00).
- 2. Documento.** Sem assinatura do recebedor e ausente a discriminação do pagador, referente à contribuição dos sócios (mensalidade).
- 3. Documento.** Sem assinatura do recebedor e sem a discriminação do pagador. Referente a Campanha do café.
- 4. Documento.** Pagamento de recursos da alimentação para fins da associação (EFABE). Valor dos pagamentos R\$ 7.464,74. Tem um valor de R\$ 800,00, referente aos Monitores. Não tem o ano, todavia, no mês de junho foi pago a UNEFAB, referente 2004 e primeira parcela de 2005 o valor de R\$ 820,00. Não tivemos acesso aos documentos.
- 5. Documento. Campanha do Café.** Tem várias entradas referente à campanha do café. Levantar.



6. Documento. São duas denúncias que devem ser apuradas. Trata-se, também, em parte de DINHEIRO.

7. Documento, Levantamento do Setor Financeiro da Escola.

Refere-se ao relatório de contas pagas. Facilmente comprovável o nome da Pessoa Jurídica pelos cheques emitidos a iniciar com o numero 002017 valor R\$ 351,00. No registro dos pagamentos existem com nota fiscal, sem nota fiscal, com recibo, sem recibo, salário Fábio, salário? Nilcéia. Betão?. A documentação não se encontra acostada para análise.

8. CONTRIBUIÇÃO DA AEFABE. Primeiro ao quarto

ano/2004. Consta de um controle da contribuição mensal dos associados. O documento tem quatro **laudas**. O valor é mensal de R\$ 2.00, por associado.

9. CAMPANHA DO CAFÉ. Primeiro ao quarto ano/2004.

Consta de um controle da contribuição mensal dos associados. O documento tem quatro **laudas**. **O Valor é anual de R\$ 30,00, por associado.**

10. RELATÓRIO DA CAMPANHA DO CAFÉ E ASSOCIAÇÃO.

Campanha do Café: Recebeu R\$ 2.310,00. Falta Receber R\$ 1.280,00.
Associação: Recebeu R\$ 1.970,00. Falta receber R\$ 1.210.00.
referente ao ano base de 2004.



LIVRO CAIXA.

SINALIZAMOS.

Está escriturado desde abril de 2002 ao mês de outubro de 2004 (última folha escriturada 29). Não contém os termos de abertura e encerramento. Existe uma inversão entre débito e crédito.

Há necessidade de uma revisão na forma da escrituração. Não existem as provisões.

JUSTIFICAR:

ANO de 2002.

1. RECEITAS.

- Demonstrar as Entradas "CHAMADA SESSÃO".
- Venda de Leitões da Propriedade.
- Demonstrar as Entradas "CARLOS LUIZ CREMASCO", a partir do mês de julho de 2002. Como a soma atinge um valor alto, solicitar Justificação junto a Receita Federal, através da Declaração de Ajuste da PF.

2. DESPESAS.

- Comprovar com documentação hábil os diversos pagamentos realizados.
- O Livro Caixa não está escriturado de forma irregular, todavia, não trás os nomes dos documentos e existem

pagamentos a Pessoas Físicas, que carecem de descontos e recolhimentos de Encargos e Tributos.

- Aqui carece de uma contabilidade para o levantamento da situação contábil e o conhecimento do "PASSIVO".

ANO DE 2003.

1. RECEITAS.

- Venda de Produtos da Propriedade.
- Demonstrar as Entradas "CARLOS LUIZ CREMASCO", durante todo o exercício de 2003. Como a soma atinge um valor alto, solicitar Justificação junto a Receita Federal, através da Declaração de Ajuste da PF. É um valor que precisa ser justificado.
- Folhas 18. Justificar as entradas realizadas pelo senhor José Carlos BNDS, Valores R\$ 402,00 e 1.340,00. (mês de setembro).

2. DESPESAS.

- **Justificar os pagamentos com fonte Idônea.** É uma contabilidade Paralela, todavia irregular.
- **Considerar as anotações acima.**

ANO DE 2004.

ESCRITURADO ATÉ O MÊS DE OUTUBRO.

1. RECEITAS.

- Demonstrar as Entradas "CARLOS LUIZ CREMASCO", durante todo o exercício de 2004. Como a soma atinge um valor alto, solicitar Justificação junto a Receita Federal, através da Declaração de Ajuste da PF. É um valor que precisa ser justificado.

2. DESPESAS.

- **Justificar os pagamentos com fonte Idônea.** É uma contabilidade Paralela, todavia irregular.
- **Considerar as anotações acima.**

BOLETIM FINANCEIRO DA EFABE. (DE ABRIL A 11/OUTUBRO). CONTA 80557265.

Avaliar:

- Pessoal.(funcionários). Levantar Mês a Mês pelo Livro de RE.
- Ver as Guias de recolhimento do INSS e FGTS.
- Ver as Folhas de Pagamentos.
- As Entradas Via Prefeitura de Boa Esperança.
- Declarações Prestadas a Receita Federal. (exercícios de: 2002,2003,2004,2005).

QUINTA. PARTE PATRIMONIAL.

Constatamos que bens patrimoniais foram comprados em nome da associação de pais, com recursos destinados ao MEPES.

Recomendamos que seja promovido um inventário, com registro em livro próprio, individualizando cada bem, procedendo o devido registro na CONTABILIDADE.

Para os bens Imóveis, recomendamos que seja aberta uma ficha com desmembramento e individualizando o "IMÓVEL TERRENO" e o "IMÓVEL BENFEITORIAS OU EDIFICAÇÕES", para o efeito da depreciação.

SEXTA. PARTE JURÍDICA.

Existem pendências Jurídicas. Pelos registros e levantamentos foi constatado que pode ocorrer um crescimento do Passivo, caso não seja atendida a recomendação.

O Jurídico deve levantar os OBJETIVOS SOCIAIS das diversas Pessoas Jurídicas envolvidas, MEPES, EFAS e ASSOCIAÇÃO DE PAIS, e as devidas implicações Tributárias, considerando as isenções e a Filantropia.

Não falamos, tão e só, do SINPRO, mas das possíveis pendências funcionais levantadas neste relatório e Parecer.

PASTA ESPECIAL.

RACEFFAES. Associação dos Centros Familiares de Formação em Alternância do ES.

ACEFA. Associação Capixaba das Escolas Famílias Agrícolas, ou ACAMEFA. Associação Capixaba das Associações Mantenedoras das Escolas Famílias Agrícolas.

Para controle, relaciono e relato, sem a inclusão no parecer, dos documentos encaminhados pelo MEPES, referente às organizações acima mencionadas.

PARTE LEGAL E FUNCIONAL.

1. Estatuto da – RACEFFAES-
2. Estatuto da – ACEFA ou ACAMEFA.
3. Documentos Diversos. Devem ser examinados com cuidado pelo setor competente do MEPES.

PARTE CONTÁBIL.

Documento número 01. Data 02.06.2004. Refere-se ao pagamento pela RACEFFAES, a senhora Rosilea A. dos Santos CPF 009.748.777.51, por serviço prestado como assessora no seminário realizado em 29.05. no CEFFA de Pinheiros. Valor R\$ 240,00. Ver o INSS.

Documento número 02. Data 02.06.04. Refere-se ao recebimento pelo MEPES de Pinheiro, da importância de R\$ 1.200,00 da 'RACEFFAES', referente seminário realizado no dia 29.05.2004.

Documento número 03-a. Data 15.07.04. Refere-se ao recebimento pelo MEPES de Boa Esperança, da importância de R\$ 1.200,00 da 'RACEFFAES', referente curso de educação de Jovens Rurais na Pedagogia da Alternância realizado no dia 10.07.04.

Documento número 03-b. Data 11.07.04. refere-se ao pagamento pela RACEFFAES, aos senhores:

- Marta Santos Pereira. Valor R\$ 240.00.
- Roberto Telau. Valor R\$ 240.00.
- Antonio Alonso Cecon Novo. Valor R\$ 240,00.
- Rodrigo Ferraz Santos. Valor R\$ 240.00.
- Nota: Existem várias pesquisas de preços com os orçamentos. Ausente o orçamento da senhora Marta Santos Pereira. Os orçamentos carecem de exame mais aprofundado.

Documento Número 04. Data 20.07.04. Refere-se ao recebimento pelo MEPES de Pinheiros, da importância de R\$ 1.200,00 da 'RACEFFAES', referente à alimentação do encontro realizado nos dias 15, 16 e 17 de julho/04.

Documento Número 05. Data 14,15 de Outubro 2004. Refere-se a pagamento:

- Marta Santos Pereira Valor R\$ 480,00.
- Antonio Alonso Cecon Novo. Valor R\$ 480,00.
- Marilson Bitencourt. Valor R\$ 480.00.
- Recebimento da RACEFFAES. Valor R\$ 1.600,00. Refere-se a 240 refeições, fornecidas pela escola Família Agrícola de Boa Esperança, aos participantes do Curso Mulheres Agricultoras e Ações Afirmativas, nos dias 05,06,14 e 15 de outubro de 2004. (interessante quem recebeu e pagou este valor foi o senhor ANTONIO ALONSO CECON NOVO). Existe um outro recibo no Valor de R\$ 600,00, igualmente assinado como recebedor e

pagador, todavia refere-se a 90 refeições fornecidas nos dias 04 e 05 de novembro de 2004.

CONCLUSÃO EXCLUSIVAMENTE SOBRE BOA ESPERANÇA.

Pelas constatações levantadas, entendemos que há necessidade de uma prestação de contas pelos responsáveis da Associação de Pais a Diretoria do MEPES em Boa Esperança, pelo uso de verbas Públicas com destino certo.

Não existe escrituração regular, nem declaração prestada ao Imposto Sobre a Renda que justifica a Isenção, o que prejudica a existência da Associação de Pais, como organização sem fins econômicos.

É oportuno que o Departamento Jurídico do "MEPES" proceda a um estudo Tributário envolvendo a Associação de Pais de Boa Esperança, o que se refere à isenção do Imposto Sobre a Renda.

Deve ser requerido um relatório da RACEFFAES, sobre os projetos concluídos, em andamento com demonstração das verbas recebidas e repassadas para Associação e o MEPES.

Deve ser requerido um relatório da UNEFAB, sobre as verbas recebidas da Associação e do MEPES.

O senhor Carlos Luiz Cremasco, deve ser solicitado a prestar informações sobre os diversos valores "doados", conforme constatação no livro "CAIXA", colunas de créditos. Os valores são expressivos.

Deve ser procedida uma avaliação nas contas dos Permanentes da EFABE e ASSOCIAÇÃO DE PAIS.

Deve ser levantado junto a Prefeitura, RACEFFAES, UNEFAB, e outros as Receitas encaminhadas para a EFABE, bem como, as Prestações de Contas encaminhadas, não omitindo as receitas com festas e vendas dos produtos, referente cultivo próprio.

Deve ser levantado, por EFA, o número de servidores, conferindo com os registros existentes no escritório central, procedendo, após, às devidas CONFERÊNCIAS nas CTPS, de cada um. (este procedimento deve ser geral).

Deve ser solicitado um relatório completo das receitas, despesas, entradas efetivas e pagamentos realizados dos últimos cinco anos das associações de Pais, iniciando por Boa Esperança, com a conferência em todos os documentos.

Avaliar os recibos de férias de cada servidor.

Avaliar o reflexo da decisão judicial, SINPRO/ES, no passivo do MEPES EFAs, e ASSOCIAÇÕES.

Fomos informados, oficiosamente, que existe um passivo entre R\$ 18.000,00 a 25.000,00 (dezoito a vinte e cinco mil reais), da EFABE que está aberto carecendo de pagamento. Daí as constantes festas com a finalidade de conseguir fundos. Levantar. Não tivemos acesso aos valores para levantamento e relatório. Estamos "SINALIZANDO". Solicitar a juntada, ao processo, das cópias das informações prestadas a Receita Federal, para conhecimento.



NOTIFICAMOS:

1. O Contador da Associação.
Sr. Manoel Messias da Silva, Av. democrata, numero 631, Boa Esperança. ES- CEP.29.845.000- Boa Esperança. Tel. 3768.2225.
CPF 793.604.917-72.
2. O Senhor Moisés Marré- Diretor Demitido.
3. O Senhor Carlos Luiz Cremasco. Financiador.
4. RACEFFAES.
5. UNEFAB.
6. Associações de Pais.
7. Tesoureira da Associação.
8. Conselho Fiscal da Associação.





GUARAPARI, 20 de fevereiro de 2005.

Ao

Senhor Manoel Messias da Silva.

Prezado Senhor.

Ref. Auditoria no MEPES.

Contratados para a realização da "AUDITORIA no MEPES", considerando que o colega é o contador da Associação de Pais, solicitamos que, dentro do possível, nos forneça as INFORMAÇÕES dos questionamentos que abaixo perfilamos:

EMPRESA: ASSOCIAÇÃO DE PAIS. CNPJ.

1. Existe Livro Caixa Devidamente Escriturado? No caso Negativo Justifique.
2. Existe Livro Diário Devidamente Escriturado? No caso Negativo Justifique.
3. Existem balancetes e Balanços? Justifique.
4. Existem vários pagamentos a Pessoas Físicas. São todos empregados, prestadores de serviços, comerciantes? (ex. FABIO J. NASS, ANDRÉA TAMBAROTO, ANTONIO CARLOS O TIGRE, ROBERTO DA SILVA, MARIA D ELOURDES P.V., MARIA DE LOURDES PASSOS VIEIRA, ELIAS GONÇALVES, LOURDES T. CALIMAN). **NA EXISTENCIA DE OUTROS, empregados ou prestadores de serviços, RELACIONE POR FAVOR.**
5. Porque os pagamentos foram realizados pela Associação de Pais e não pelo MEPES? Pode Justificar.
6. Porque o senhor CARLOS LUIZ CREMASCO, aparece como doador de recursos para a associação? PODE JUSTIFICAR?
7. Quem é o depositário dos documentos da associação de Pais? Nome, endereço, por favor.
8. O INSS, dos prestadores de serviços está sendo recolhido? Anexar as guias.



9. Relacione o nome dos empregados e prestadores de serviços da Associação.
10. Relacione as Fontes de Receitas. Os recursos.
11. Existem várias pagamentos realizados a TELEMAR e EMBRATEL. Perguntamos: A Associação de Pais tem telefone?
12. Existem vários pagamentos realizados a Excelsa. A associação de Pais possui bens Imóveis. Quais.
13. A Associação de Pais, tem Restaurante? Existem vários pagamentos a empresas de alimentos e de gás, entre outras.
14. Tem vários pagamentos realizados a RACEFFAES, esclareça.
15. Idem, UNEFAB.
16. Pode encaminhar cópias das cinco (5) últimas declarações prestadas a Receita Federal Exercícios de: 2005, 2004,2003,2002,2001. Anos base de 2004,2003,2002,2001 e 2000.
17. Proceder a um levantamento, com mapas e documentos, das Entradas e saídas (receitas e pagamentos), do ano de 2002 a 2005, inclusive demonstrando os convênios, com a Prefeitura, RACEFFAES, UNEFAB E OUTRAS.
18. Porque o dinheiro (Receitas dos convênios acima) não foi repassado para O MEPES?
19. Quem paga os Professores?- Relacione os pagamentos realizados pela associação.
20. Justifique os pagamentos realizados pela Associação de Pais.
21. E os Encargos? Foram todos recolhidos.
22. Qual o valor da Dívida da Associação que carece ser integralizada com os recursos provenientes de "FESTAS". A quem deve? Quais os valores recebidos pelas festas? Informar anos e valores. Em nome de quem está a dívida.
23. Outras Informações favor acrescentar.



GUARAPARI, 20 de fevereiro de 2005.

Ao

Senhor Presidente da "RACEFFAES".

Prezado Senhor.

Ref. Auditoria no MEPES.

Contratado para a realização de "AUDITORIA CONTÁBIL no MEPES", considerando que VS é o presidente da RACEFFAES, tomamos a liberdade de solicitar que, dentro do possível, nos forneça as INFORMAÇÕES aos questionamentos que abaixo perfilamos:

1. Quais os convênios existentes entre a RACEFFAES e a EFABE.
2. E com Associação de Pais.
3. Pode relacionar, dentro dos exercícios encerrados de 2000 a 2005, anos bases de 1999 a 2004, os valores repassados, para as organizações acima. Pode relacionar mês a mês e ano por ano.
4. Idem, relacionar os descontos repassados dessas organizações para a RACEFFAES?
5. Qual o documento que acoberta o convenio e os descontos, pode fornecer copia. (ou cópias).
6. Pode informar, conforme convenio, quais as realizações entre cursos, instruções ou outro tipo de serviço prestado as organizações acima, com os seus respectivos custos e firmados em quais convênios.
7. Pode fornecer a relação dos Instrutores dos cursos, bem como, a cópia do contrato com os respectivos pagamentos.
8. Pode simplificar demonstrando a vinculação Jurídica existentes entre a EFABE, MEPES e UNEBAB.

Atenciosamente,



GUARAPARI, 20 de fevereiro de 2005.

Ao

Senhor Presidente da "UNEFAB".

Prezado Senhor.

Ref. Auditoria no MEPES.

Contratado para a realização da 'AUDITORIA no MEPES', considerando que o VV é o presidente da UNEFAB, tomamos a liberdade de solicitar que, dentro do possível, nos forneça as INFORMAÇÕES dos questionamentos que abaixo perfilamos:

1. Quais os convênios existentes entre a UNEFAB e a EFABE.
2. E com Associação de Pais.
3. Pode relacionar, dentro dos exercícios encerrados de 2000 a 2005, anos bases de 1999 a 2004, os valores repassados, para as organizações acima. Pode relacionar mês a mês e ano por ano.
4. Idem, relacionar os descontos repassados destas organizações para a UNEFAB?
5. Qual o documento que acoberta o convenio e os descontos, pode fornecer copia. (ou cópias).
6. Pode informar, conforme convenio, quais as realizações entre cursos, instruções ou outro tipo de serviço prestado as organizações acima, com os seus respectivos custos e firmados em quais convênios.
7. O que significa cotização. Pode fornecer uma cópia do documento que origina este passivo.
8. Pode simplificar demonstrando a vinculação Jurídica existente entre a EFABE, MEPES e UNEBAB.

Atenciosamente,

557

GUARAPARI, 20 de fevereiro de 2006.

Aos

Drs. FAUSTO ANTONIO POSSATO ALMEIDA.

e

CEZAR CASTRO MARTINS.

Prezados Senhores:

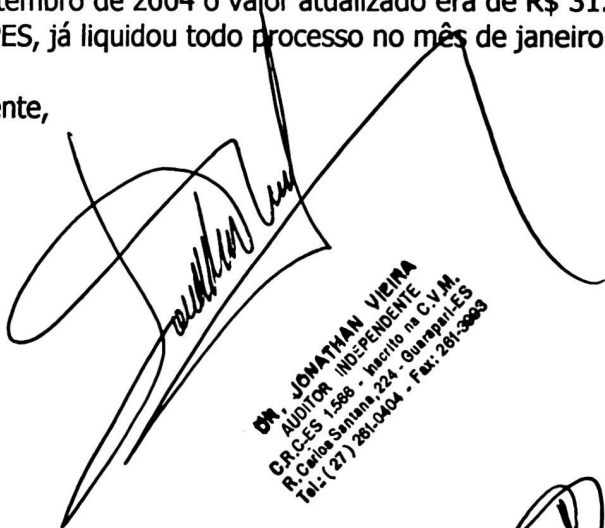
Estamos procedendo a "AUDITORIA CONTÁBIL DO MEPES", na qualidade de contratos especificamente. Dentro dos vários questionamentos, antes do nosso parecer com as sinalizações necessárias, solicitamos dos ilustres Advogados que nos esclareçam os abaixo relacionados.

RT. 00307-2003-181-17.00-1.

E outros. (dígitos 1, 3 e 5).

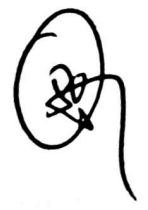
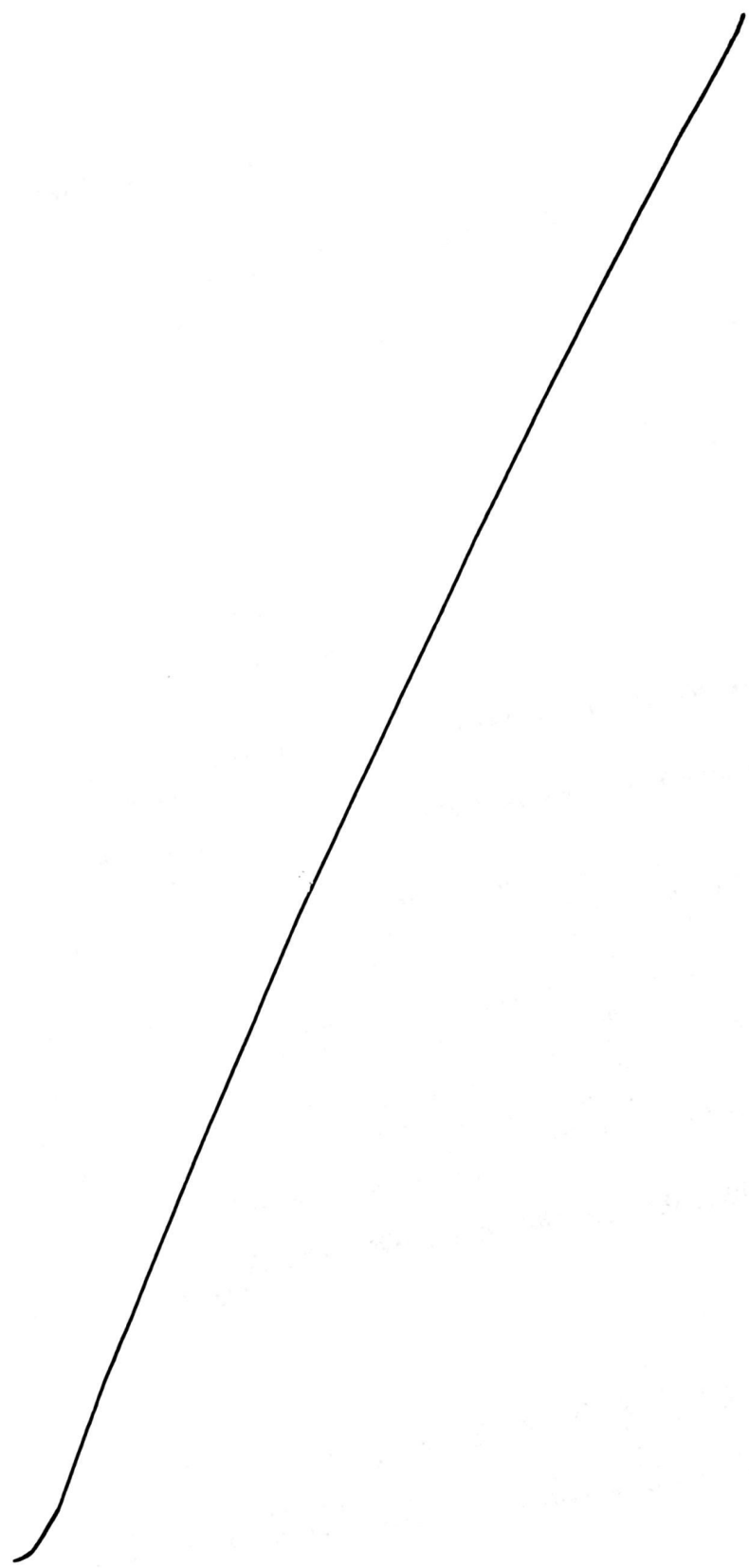
1. Pode justificar as razões que o processo foi julgado procedente para o reclamante?
2. Porque o Sindicato não foi denunciado?
3. Fale sobre o indeferimento do Recurso.
4. Em setembro de 2004 o valor atualizado era de R\$ 31.810,04.
5. O MEPES, já liquidou todo processo no mês de janeiro de 2006.

Atenciosamente,



DR. JONATHAN VIEIRA
AUDITOR INDEPENDENTE
C.R.C.E.S. 1.588 - Inscrito na C.V.M.
R. Carlos Santana 224 - Guarapari-ES
Tel.: (27) 261-0404 - Fax: 261-3883

Handwritten text, possibly a list or sequence of characters, oriented vertically on the left side of the page.



GUARAPARI, abril de 2006**MIEPES****AUDITORIA BALANÇO 31.12.2005**

O Balanço encerrado no dia 31.12.2005, faz parte integrante deste PARECER.

Total do Ativo	7.674.721,91
Caixa e Bancos	863.402,53
Realizável	78.224,85
ATIVO PERMANENTE	6.720.186,06
Vallores Diversos	12.908,47
Total do Passivo	7.674.721,91
Resstos a Pagar	505.432,82
PA: TRIMONIO SOCIAL	7.169.289,09
Total das Receitas	7.509.983,86
Total dos Custos mais Despesas	6.736.669,08
SUIPERAVIT	773.314,78
Valor Beneficiado pela FILANTROPIA	950.691,12

➤ **-IN CAUSU-**

- Favor considerar o Balanço geral encerrado no dia 31.12.2005, encaminhado a todos conselheiros.
- Balanço encerrado no dia 31.12.2005, entregue pelo Contador Sr. José Maurício Rovetta.

Não nos cabe desclassificar a contabilidade do MEPES, por falta de amparo legal. As ocorrências, tais como: ausência de documentos e informações das EFAS, Desvio de Convênios, Contabilidade Paralela realizadas pelas Associações de Pais, Construções por Terceiros, Empregados Contratados indevidamente exercendo atividades no Pátio das EFAS e outros, são do conhecimento dos executivos, diretores, responsáveis e do próprio conselho. Todas as constatações estão devidamente comprovadas. O auditor teve a oportunidade de esclarecer em assembléia as constatações. Pela assembléia deu-nos uma ligeira impressão que o problema é Político. Não Existe Problema Contábil, à vista. Não constatamos problemas administrativos, exceto os relacionados nos nossos relatórios. Várias situações, no tocante ao foco contábil, ausência de documentos, que nos parece duvidoso, carecem de correções foram constatadas e sinalizadas.

➤ **SOBRE O BALANÇO ENCERRADO NO DIA 31.12.2005 ESPECIFICAMENTE.**

1. Caixa e Bancos das EFAS e do Hospital:

Todos os saldos foram conferidos e conciliados, pelo contador. Conferem com as notas explicativas. Já orientamos sobre os saldos Bancários existentes na data do fechamento do Balanço. Entretanto não seria imprudência a repetição da sinalização: Por trabalhar o MEPES, com orçamento, todos os saldos, das "EFAS", devem ser devolvidos ao caixa central, para a realização de FUNDO DE RESERVA, por serem SUPERÁVIT. Estes saldos não pertencem mais às EFAS, representam verbas não utilizadas sendo, portanto, passíveis de devoluções.

2. Caixa e Bancos das Associações:

As contabilidades das associações fogem aos padrões normais para entidades constituídas com fins específicos. A movimentação financeira, com geração de receita, oriunda de convênio e outros, confundem com as receitas do MEPES. As Associações possuem empregados, contratam serviços de terceiros e outros. UMA AVALIAÇÃO PELO CONSELHO É PRUDENTE.

Torna-se importante uma avaliação do relatório, da AUDITORIA, sobre a Associação de Pais de Boa Esperança, COM EXTENSÃO as demais Associações.

Os atuais prejuízos tiveram seus inícios pela ausência de uma contabilidade, nas associações, sistemática e fiscalizada. Não existem convergências. Ao que nos parece o controle deve retornar. Os relatórios carecem de pontualidade, mais disciplina funcional.

3. BNDES. Entrada em Dezembro de 2005, saídas, "COMPRAS E PAGAMENTOS" a partir de Janeiro 2006:

O controle do financiamento oriundo do BNDES, deve ser tratado de maneira específica. Orientamos que os Móveis e Utensílios, Livros, Materiais Diversos, Reformas, Construções e outros, recebam carimbo ou marca identificadora do financiamento, via BNDES. Que sejam identificados para controles destacados e arquivado em pasta, uma das vias ou cópia, com declaração de recebimento pela EFA, ou setor beneficiado.

Na contabilidade, devem ser abertas contas específicas, tanto para os valores recebidos, via BANCO, do BNDES, como, para os pagamentos também via BANCO. Em assim procedendo à prestação de contas, automaticamente, fica pronta com os lançamentos contábeis. Basta tirar uma cópia do Razão e Pronto, relatório acabado.

4. Hospital:

Verificar a situação dos médicos contratados e dos médicos empregados. Ver INSS. Ver IRPF. Confrontar Contratos. Avaliar ficha de atendimento.

A administração e a contabilidade do Hospital, sofreram modificações, para melhor. Foram criados novos controles.

O estoque não foi objeto de auditoria. Também, não foi objeto de auditoria, a parte médica, tais como os controles de atendimentos, com recebimentos ou não. Os processos SUS e PRIEFEITURA não foram, de igual modo, auditado. A filantropia exige um Rigoroso controle deste setor.

As doações, via SAMARCO, carecem de controle e contabilização diferenciado.

Por prudência, considerando o constatado, sinalizamos que deve ser orientado ao hospital, que encaminhe um relatório, com detalhes da sua atividade, de três em três meses, a direção geral do MEPES. Devendo acostar de dois a três MAPAS, bem elaborados, resolvam, parte do controle e da gestão administrativa.

Sinalizamos que uma auditoria especializada deve ser programada e efetivada no Hospital, abrangendo os últimos cinco exercícios, iniciando em janeiro de 2000.

5. Levantamento Físico dos Bens Patrimoniais do MEPES:

Há muito, estamos sinalizando a necessidade do inventário físico, do ativo permanente, da unidade sede e das EFAS, inclusive das associações, considerando que várias aquisições são realizadas com verbas dirigidas ao "MEPES".

6. Das Receitas:

É prudente sinalizar que receitas oriundas de convênios, que chega ao MEPES, via associações, podem constar como debitadas ao próprio MEPES pelas respectivas fontes pagadoras. É prudente, pelos responsáveis, determinar um levantamento de cada valor creditado e confirmar se tais valores, transformados em receitas, realmente, estão sendo contabilizados, pelo órgão ORIGEM em nome do MEPES, Caso Estejam há necessidade de revisão nos relatórios.

7. RH.

- RH. Constatamos procedimentos que carecem de atenção, quanto às orientações contidas na CLT. Sinalizamos que seja determinado e processado um levantamento nas fichas ou livros Registro de Empregados. Por fim, sejam as mesmas atualizadas.

- Fica sinalizado da necessidade do MEPES, que em regime de urgência, solicite da Secretaria de Educação, Prefeituras e Outros, demonstrativos das verbas repassadas para as ASSOCIAÇÕES DE PAIS, cujo destino final, tenha sido uma das unidades do MEPES, ou seja “EFA”. A maior preocupação da Auditoria é a verba Pública, que não está, na sua integridade, Contabilizada no MEPES, nem nas Associações visitadas.
- Quanto ao “HOSPITAL”, pela urgência da auditoria e carência de recursos, fica sinalizado de que o MEPES, deve, além das considerações acima, proceder a uma auditoria especializada, via CRM, CF, SUS, no funcionamento especializado. Bem como, promover na parte administrativa o CONTROLE DE ESTOQUE, (entrada e saída) nos EQUIPAMENTOS, nos CONTRATOS COM TERCEIROS EM GERAL, (inclusive especializados, médicos e outros). Por fim, demonstrar com clareza, o atendimento através do SUS, PREFEITURA, GRATUIDADES DIVERSAS e os PARTICULARES, estes na existência. CRIAR UM PROCESSO PARA CONTROLE DO ATENDIMENTO GERAL E INFORMAR A CONTABILIDADE O CUSTO DE CADA ATENDIMENTO.
- AINDA, sobre as “ASSOCIAÇÕES”, definir a política ADMINISTRATIVA E CONTÁBIL entre MEPES e ASSOCIAÇÕES de PAIS.
- Provisionar o Passivo Trabalhista. (mesmo em fase de recurso). Não omitindo a inclusão nos custos dos convênios. Parte de RH Pessoal.
- Pelo fato do MEPES, ser uma “FILANTROPIA”, as áreas: Administrativa e contábil, de um modo geral, carecem de maior apoio do “CONSELHO”. Como sugestão sinalizamos, um seminário esclarecedor para os membros do Conselho e outros, talvez ajude.

➤ **ISSO POSTO:**

- Considerando as assertivas acima elencadas.
- Emitimos o Presente Laudo de Auditoria.

OBIS.: Segue em folha apartada para controle, arquivo e juntada aos documentos que instruirão o pedido de renovação da FILANTROPIA.





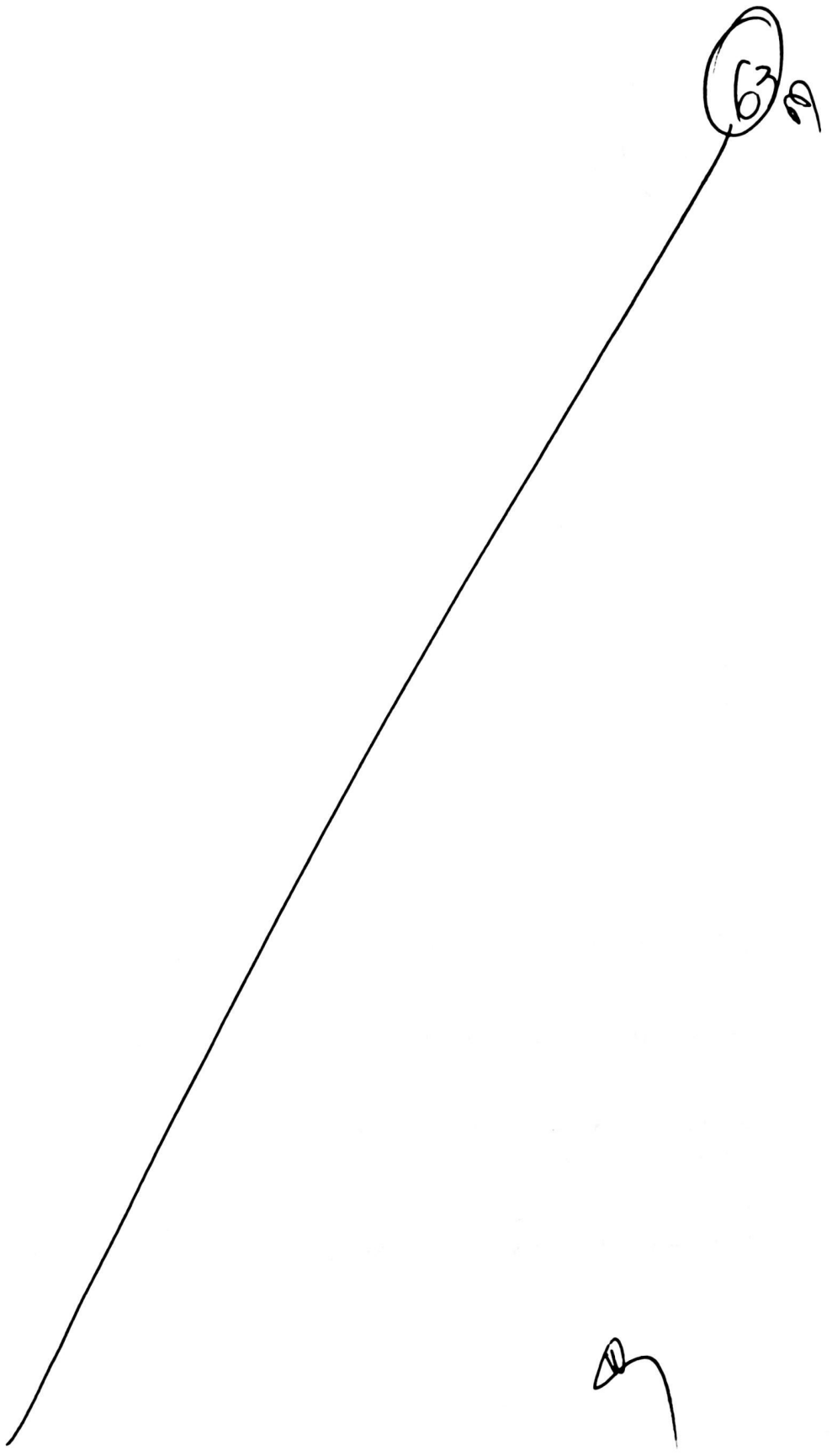
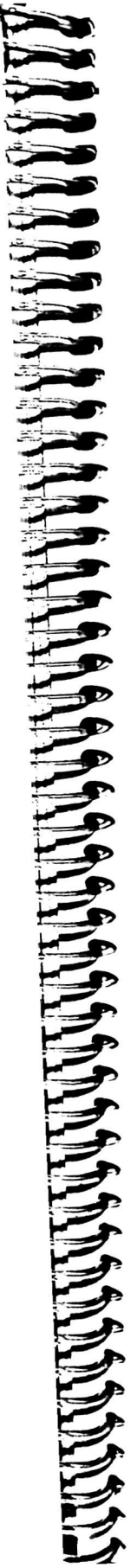
MEPES: CNPJ. 27.097.229/0001.42.

LAUDO DE AUDITORIA.

Balanço encerrado no dia 31.12.2005.

1. Examinamos o Relatório e as Peças Contábeis do MEPES e de suas Unidades, Inclusive do Hospital, encerrados, consolidadamente, no dia 31 de dezembro de 2005, onde constatamos que o Balanço Patrimonial e o comparativo Orçamentário, correspondente ao exercício encerrado naquela data, foram elaborados sobre a responsabilidade da administração.
2. Nossa Responsabilidade é expressar uma opinião sobre tais demonstrações Contábeis.
3. O relatório foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu:
 - a) Planejamento dos Trabalhos;
 - b) Constatações in loco, exceto levantamento de Estoque, Inventário Físico e Patrimonial;
 - c) Avaliações;
 - d) Sinalizações Diversas.
4. Em nossa opinião, exceto e ressalvado, quanto aos possíveis efeitos que poderiam ocorrer, se não houvesse as limitações aqui constatadas e sinalizadas, após os devidos exames, que as demonstrações, os relatórios e o Balanço geral, elaborados conforme os documentos constantes na contabilidade e registrados, representam, adequadamente, a posição do MEPES, no dia 31 de dezembro de 2005.

Atenciosamente,
JONATHAN VEIRA
CRC-ES: 1566.



(b)

GUARAPARI, abril de 2006.
MEPES.
AUDITORIA BALANÇO 31.12.2005.

O Balanço encerrado no dia 31.12.2005, faz parte integrante deste PARECER.

Total do Ativo	7.674.721,91
Caixa e Bancos	863.402,53
Realizável	78.224,85
ATIVO PERMANENTE	6.720.186,06
Valores Diversos	12.908,47
Total do Passivo	7.674.721,91
Restos a Pagar	505.432,82
PATRIMONIO SOCIAL	7.169.289,09
Total das Receitas	7.509.983,86
Total dos Custos mais Despesas	6.736.669,08
SUPERAVIT	773.314,78
Valor Beneficiado pela FILANTROPIA.	950.691,12

-IN CAUSU-

Favor considerar o Balanço geral encerrado no dia 31.12.2005, encaminhado a todos conselheiros.

Balanço encerrado no dia 31.12.2005, entregue pelo Contador Sr. José Maurício Rovetta.

Não nos cabe desclassificar a contabilidade do MEPES, por falta de amparo legal. As ocorrências, tais como: ausência de documentos e informações das EFAS, Desvio de Convênios, Contabilidade Paralela realizadas pelas Associações de Pais, Construções por Terceiros, Empregados Contratados indevidamente exercendo

atividades no Pátio das EFAS e outros, são do conhecimento dos executivos, diretores, responsáveis e do próprio conselho. Todas as constatações estão devidamente comprovadas. O auditor teve a oportunidade de esclarecer em assembléia as constatações. Pela assembléia deu-nos uma ligeira impressão que o problema é Político. Não Existe Problema Contábil, à vista. Não constatamos problemas administrativos, exceto os relacionados nos nossos relatórios. Várias situações, no tocante ao foco contábil, ausência de documentos, que nos parece duvidoso, carecem de correções foram constatadas e sinalizadas.

SOBRE O BALANÇO ENCERRADO NO DIA 31.12.2005 ESPECIFICAMENTE.

1. Caixa e Bancos das EFAS e do Hospital.

Todos os saldos foram conferidos e conciliados, pelo contador. Conferem com as notas explicativas. Já orientamos sobre os saldos Bancários existentes na data do fechamento do Balanço. Entretanto não seria imprudência a repetição da sinalização: Por trabalhar o MEPES, com orçamento, todos os saldos, das "EFAS", devem ser devolvidos ao caixa central, para a realização de FUNDO DE RESERVA, por serem SUPERÁVIT. Estes saldos não pertencem mais às EFAS, representam verbas não utilizadas sendo, portanto, passíveis de devoluções.

2. Caixa e Bancos das Associações.

As contabilidades das associações fogem aos padrões normais para entidades constituídas com fins específicos. A movimentação

Verificar a situação dos médicos contratados e dos médicos empregados. Ver INSS. Ver IRPF. Confrontar Contratos. Avaliar ficha de atendimento.

A administração e a contabilidade do Hospital, sofreram modificações, para melhor. Foram criados novos controles.

O estoque não foi objeto de auditoria. Também, não foi objeto de auditoria, a parte médica, tais como os controles de atendimentos, com recebimentos ou não. Os processos SUS e PREFEITURA não foram, de igual modo, auditado. A filantropia exige um Rigoroso controle deste setor.

As doações, via SAMARCO, carecem de controle e contabilização diferenciado.

Por prudência, considerando o constatado, sinalizamos que deve ser orientado ao hospital, que encaminhe um relatório, com detalhes da sua atividade, de três em três meses, a direção geral do MEPES. Devendo acostar de dois a três MAPAS, bem elaborados, resolvam, parte do controle e da gestão administrativa.

Sinalizamos que uma auditoria especializada deve ser programada e efetivada no Hospital, abrangendo os últimos cinco exercícios, iniciando em janeiro de 2000.

5. LEVANTAMENTO FÍSICO DOS BENS PATRIMONIAIS DO MEPES.

Há muito, estamos sinalizando a necessidade do inventário físico, do ativo permanente, da unidade sede e das EFAS, inclusive das associações, considerando que várias aquisições são realizadas com verbas dirigidas ao "MEPES".

6. DAS RECEITAS.

É prudente sinalizar que receitas oriundas de convênios, que chega ao MEPES, via associações, podem constar como debitadas ao próprio MEPES pelas respectivas fontes pagadoras. É prudente, pelos responsáveis, determinar um levantamento de cada valor creditado e confirmar se tais valores, transformados em receitas, realmente, estão sendo contabilizados, pelo órgão ORIGEM em nome do MEPES, Caso Estejam há necessidade de revisão nos relatórios.

7. RH.

- RH. Constatamos procedimentos que carecem de atenção, quanto às orientações contidas na CLT. Sinalizamos que seja determinado e processado um levantamento nas fichas ou livros Registro de Empregados. Por fim, sejam as mesmas atualizadas.
- RAIS. Entregue.
- DIRF. Entregue.
- Levantar e provisionar na contabilidade os débitos com Processos Trabalhistas. -SINPRO-ES.
- Certidões Negativas.- INSS- FGTS- faz. Municipal. Faz. Estadual. Fazenda Nacional.
- COFINS. Levantar.



- SALÁRIO EDUCAÇÃO. Levantar.
- Situação dos Professores que estão funcionando, sem autorização do MEPES. Avaliar a situação, via, departamento JURÍDICO.
- Sinalizamos para um levantamento geral de todos os empregados que servem ao MEPES, direta ou indiretamente, via associações ou colocados a disposição pelas Prefeituras, para regularização.

8. FILANTROPIA.

BENEFÍCIO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO DE 2005. R\$ 950.691.12.

Os mapas estão devidamente preparados, a contabilidade é boa, o contador é experiente, entretanto não é tudo, problemas estão se avolumando, com a ausência de documentos oriundos das EFAS, que se emanciparam administrativamente, gerando documentos próprios, inclusive convênios e empregados que prestam serviços nas dependências do MEPES, sem contestação.

Carece aqui de mais uma sinalização, no tocante a parte funcional das EFAs, que são gerenciadas pelas associações de pais, cuja contabilidade e controle são inexistentes.

O apoio dos municípios não está sendo objeto de registro, um levantamento e apreciação parecem prudentes. As verbas recebidas, têm destino certo MEPES.

9. CONCLUSÃO.

Em aditamento aos relatórios anteriores, concluindo, o presente parecer, referente ao exercício findo no dia 31.12.2005, cabe-nos, além das considerações acima, sinalizar:

- Fica sinalizado da necessidade do MEPES, que em regime de urgência, solicite da Secretaria de Educação, Prefeituras e Outros, demonstrativos das verbas repassadas para as ASSOCIAÇÕES DE PAIS, cujo destino final, tenha sido uma das unidades do MEPES, ou seja "EFA". A maior preocupação da Auditoria é a verba Pública, que não está, na sua integridade, Contabilizada no MEPES, nem nas Associações visitadas.
- Quanto ao "HOSPITAL", pela urgência da auditoria e carência de recursos, fica sinalizado de que o MEPES, deve, além das considerações acima, proceder a uma auditoria especializada, via CRM, CF, SUS, no funcionamento especializado. Bem como, promover na parte administrativa o CONTROLE DE ESTOQUE, (entrada e saída) nos EQUIPAMENTOS, nos CONTRATOS COM TERCEIROS EM GERAL, (inclusive especializados, médicos e outros). Por fim, demonstrar com clareza, o atendimento através do SUS, PREFEITURA, GRATUIDADES DIVERSAS e os PARTICULARES, estes na existência. CRIAR UM PROCESSO PARA CONTROLE DO ATENDIMENTO GERAL E INFORMAR A CONTABILIDADE O CUSTO DE CADA ATENDIMENTO.



- AINDA, sobre as "ASSOCIAÇÕES", definir a política ADMINISTRATIVA E CONTÁBIL entre MEPES e ASSOCIAÇÕES de PAIS.
- Provisionar o Passivo Trabalhista. (mesmo em fase de recurso). Não omitindo a inclusão nos custos dos convênios. Parte de RH Pessoal.
- Pelo fato do MEPES, ser uma "FILANTROPIA", as áreas: Administrativa e contábil, de um modo geral, carecem de maior apoio do "CONSELHO". Como sugestão sinalizamos, um seminário esclarecedor para os membros do Conselho e outros, talvez ajude.

Isso Posto:

Considerando as assertivas acima elencadas.

EMITIMOS O PRESENTE LAUDO DE AUDITORIA.

Segue em folha apartada para controle, arquivo e juntada aos documentos que instruirão o pedido de renovação da FILANTROPIA.

(7)
XU

MEPES. CNPJ. 27.097.229/0001.42.

LAUDO DE AUDITORIA. Balanço encerrado no dia 31.12.2005.

1. Examinamos o Relatório e as Peças Contábeis do MEPES e de suas Unidades, Inclusive do Hospital, encerrados, consolidadamente, no dia 31 de dezembro de 2005, onde constatamos que o Balanço Patrimonial e o comparativo Orçamentário, correspondente ao exercício encerrado naquela data, foram elaborados sobre a responsabilidade da administração.
2. Nossa Responsabilidade é expressar uma opinião sobre tais demonstrações Contábeis.
3. O relatório foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu:
 - a) Planejamento dos Trabalhos;
 - b) Constatações in loco, exceto levantamento de Estoque, Inventário Físico e Patrimonial;
 - c) Avaliações;
 - d) Sinalizações Diversas.



4. Em nossa opinião, exceto e ressalvado, quanto aos possíveis efeitos que poderiam ocorrer, se não houvesse as limitações aqui constatadas e sinalizadas, após os devidos exames, que as demonstrações, os relatórios e o Balanço geral, elaborados conforme os documentos constantes na contabilidade e registrados, representam, adequadamente, a posição do MEPES, no dia 31 de dezembro de 2005.

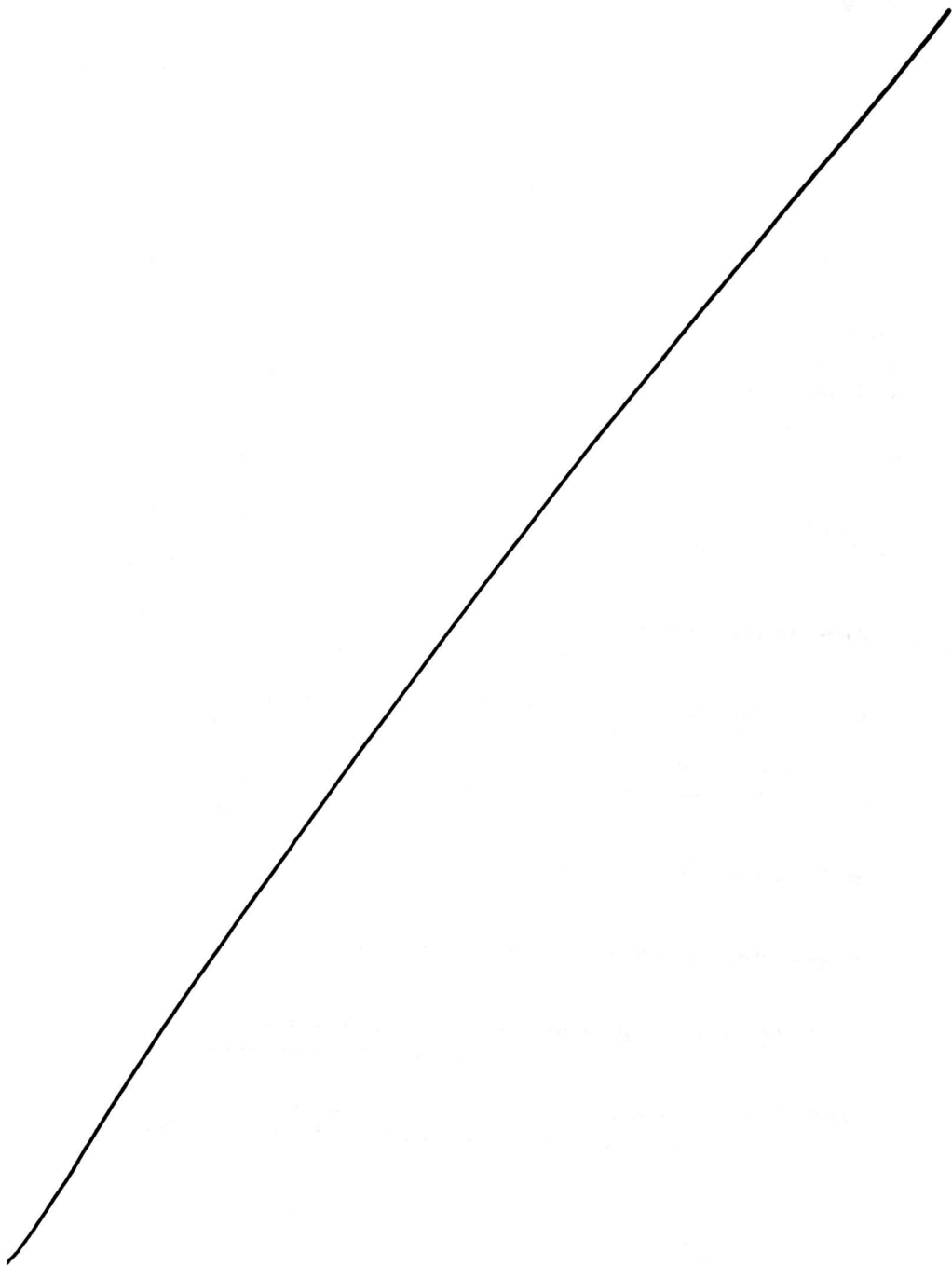
Atenciosamente.
JONATHAN VEIRA.
CRC-ES- 1.566.

GUARAPARI, abril de 2006.

DR. JONATHAN VIEIRA
AUDITOR INDEPENDENTE
C.R.C.-ES 1.566 - Membro na C.V.M.
R. Carlos Santana, 224 - Guarapari-ES
Tel.: (27) 261-0404 - Fax: 261-3993



7/2/21



Handwritten symbols or characters arranged vertically on the left side of the page.



GUARAPARI, abril de 2006.

Ao
Senhor David Arpini,
Diretor Presidente do Conselho Deliberativo do "MEPES".
Anchieta/ES.

Prezado Senhor:

Comcluindo o "LAUDO DE AUDITORIA", referente o exercício findo no dia 31.12.2005, serviço que, com prazer, prestamos ao MEPES, há vários anos, além dos relatos e sinalizações em mãos de VV.SS., referente aos exercícios anteriores, solicitamos que sejam acrescentadas as "SINALIZAÇÕES", que abaixo perfilamos:

MEPES / ASSOCIAÇÃO.

Vissitando a Associação de Pais de 'OLIVANIA', foi constatado e sinalizado que as medidas administrativas com foco contábil em aplicação, devem ser reestudadas. Em Boa Esperança foram constatadas as mesmas irregularidades.

Mediante levantamentos e constatações, cabe-nos sinalizar a V.S., para as devidas providencias, no sentido de chamar todo o processo à ordem:

1. Organizar o gerenciamento contábil e administrativo entre as Entidades: MEPES, na qualidade de mantenedora e Associações de Pais, na qualidade de cooperadora com CNPJ próprio. A mantida é a Escola Família Agrícola (EFA), constituída como filial e CNPJ vinculada ao CNPJ da MATRIZ (MEPES);
2. Devem ser controlados os saldos de Bancos, mensal e no dia 31.12 de cada exercício;
3. Devem ser controlados os orçamentos e as aplicações pelas diversas EFAS;
4. Constatamos irregularidades nas contabilizações das RECEITAS própria e as originadas de Convênios.
5. Constatamos que os recursos captados, via Associações, CONVENIOS E OUTROS, não são contabilizados n MEPES. Tem verba Pública.

6. Constatamos que existem irregularidades no campo trabalhista;
7. Constatamos que existem irregularidades referentes à Posse, COMPOSSE, entre Associações de Pais e MEPES, com gravidade nas benfeitorias, móveis e veículos de uso comum;
8. Constatamos que as receitas e despesas, originadas de FILANTROPIA, carecem de realidade;
9. Constatamos que inexistem os controles de recebimentos. Controle Revel.
10. Constatamos que inexistem os controles de compromissos a pagar nas associações de pais, gerando a necessidade de recorrer a festas e outros meios, poucos aceitáveis.
11. Constatamos que inexistem os controles de gastos de um modo geral. Não existe um responsável pelo almoxarifado.
12. Constatamos que inexistem os controles de coleta de preços. Não podendo afirmar se as compras são realizadas pela melhor oferta.
13. Constatamos de quem exerce a direção das EFAS, são as associações de pais, via instrutores do próprio MEPES, o que torna a situação conflitante;
14. Constatamos que as cadernetas de aula, documento de fundamental importância, por se tratar da vida estudantil, não estavam na secretaria da escola de Boa Esperança mas na casa de alguém que não sabemos informar. Esta declaração foi passada ao auditor pela diretoria da associação, quando questionado;
15. Constatamos que a contabilidade das associações de Pais está maior do que as contabilidades das EFAS.
16. Constatamos irregularidades no quadro do Pessoal. Sinalizamos para um levantamento geral de todos os empregados que servem ao MEPES, direta ou indiretamente, via associações ou colocados a disposição pelas Prefeituras, para regularização. Sinalizamos o levantamento via CENSO.



17. A entidade deve buscar parecer fundamentado sobre a demissão do Sr. Magides.
18. Estudar, juridicamente, procedimentos SINPRO/ES.

➤ HOSPITAL

Constatamos que:

- ✓ Não existe controle do almoxarifado;
- ✓ Não existe um controle rigoroso dos atendimentos médicos em geral, omissão que prejudica a FILANTROPIA;
- ✓ A nova direção do Hospital, adotou novos processos administrativos;

Sinalizamos para:

- ✓ Os controles de atendimento de um modo geral, registrando, em MAPAS, para comprovação da FILANTROPIA;
- ✓ Que seja determinado um levantamento geral dos últimos exercícios, a partir do mês de janeiro do ano de 2000.
- ✓ As doações, via SAMARCO, e a prudente contabilização.

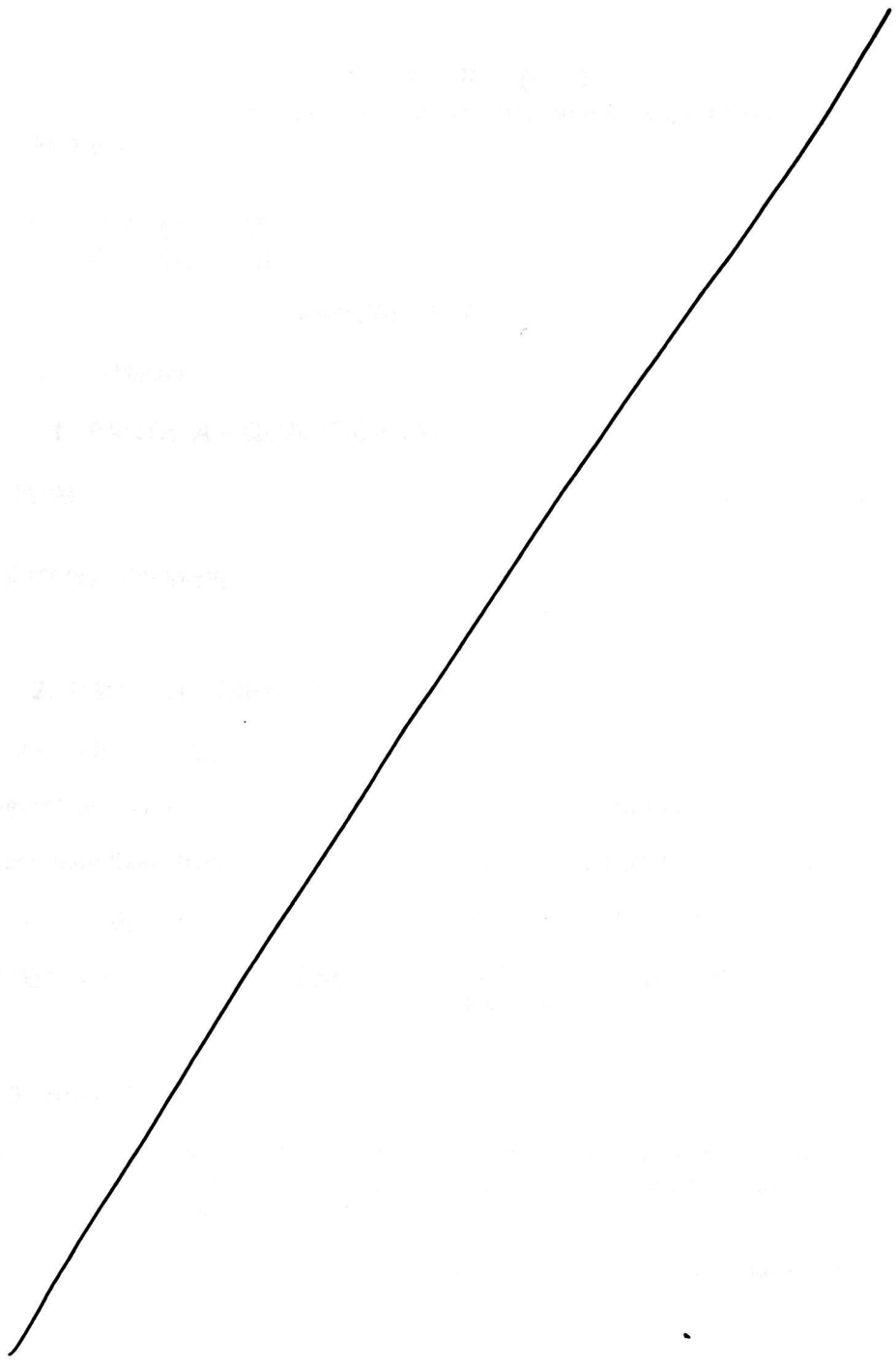
Atenciosamente,

Jonathan Vieira.

Obs.: Esta e outras correspondências foram encaminhadas via AR.



Handwritten initials or a signature, possibly "XZ", enclosed in a hand-drawn circle.





M E P E S

(Movimento De Educação Promocional Do Espírito Santo)

Versão 3.

MISSÃO? ESTUDAR.
VISÃO? ESTUDAR.

MANUAL DE ORIENTAÇÃO

Primeiro Manual

1. PARTE A – QUALIFICAÇÃO

Nome:

MEPES – Movimento De Educação Promocional Do Espírito Santo.

Endereço Completo:

Rua Costa Pereira, nº 129, Centro, Anchieta/ES, CEP: Telefone:

2. PARTE B – DIRETORIA

CONSELHO GERAL:

Secretario Geral:

SIEGMUND BERGE.

Secretario Executivo:

VALENTIM AUGUSTO MARINATO.

Presidente Do Conselho Fiscal:

ITAMAR MOREIRA DA FRAGA

Responsável Pela Contabilidade:

JOSE MAURÍCIO ROVETTA., CRC-ES 3.724

3. HISTÓRICO

O MEPES - Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo, fundado em 26 de abril de 1968, com foro na Cidade de Anchieta, Estado do Espírito Santo. É uma Organização de fins não econômicos.

O órgão soberano é a Assembléia Geral constituída por seus associados, que compõem sua Junta Diretora.





A organização tem duração por prazo indeterminado, tem como âmbito de ação o Estado do Espírito Santo, e seu ano social coincidirá com o ano civil, portanto, de primeiro de janeiro a trinta e um de dezembro (01.01 a 31.12 de cada ano)

O MEPES teve seu berço na área rural do Estado do Espírito Santo.

Uma razão profunda marcou a determinação desta área para o seu fundador. Tratava-se de uma região, considerada RURAL, composta por cinco municípios – ANCHIETA – ALFREDO CHAVES – ICONHA – PIÚMA e RIO NOVO DO SUL. Todos com características e problemas similares, favorecendo a intervenção em vista de seu crescimento. Logo a seguir expandiu-se, também, ao Norte e Região Centro Serrano do Estado alcançando os Municípios de: JAGUARÁ – SÃO MATEUS – SÃO GABRIEL DA PALHA – RIO BANANAL – PINHEIRO – NOVA VENÉCIA – BÔA ESPERANÇA – MONTANHA – MARILANDIA e SANTA MARIA DE JETIBÁ.

Está, ainda, presente através do INTERCÂMBIO em muitos outros Municípios onde não tem unidades do MEPES implantadas, porem, atua com presença ou presta assessoria.

Seu fundador foi o Pe. Humberto Pietrogrande, Jesuíta Italiano que com um grupo de líderes comunitários das regiões e apoiado pela antiga ACARES e LBA-ES instituíram e registraram o MEPES.

4. FINALIDADE ESTATUTÁRIA

A Organização tem por finalidade a promoção integral de pessoas humanas. Gratuitamente, promove a educação e desenvolve a cultura, através da AÇÃO COMUNITÁRIA, numa ampla atividade inerente ao interesse da agricultura, e principalmente no que concerne à elevação social do agricultor, do ponto de vista religioso, intelectual, técnico, sanitário e econômico.

Para atender a seus objetivos, a Organização poderá celebrar convênios com organismos de qualquer natureza e filiar-se a outros organismos de âmbito nacional, bem como colaborar em atividades similares às suas.

5. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Prioriza o MEPES, seus atendimentos na qualidade e não na quantidade, razão que onera o custo, por aluno servido. Demonstra seu trabalho e sua capacidade de gerenciamento, prestando aos parceiros, amigos, benfeitores, colaboradores e instituições diversas, um relatório completo da sua atividade operacional anual.



Para o atendimento às atividades propostas, organizou as seguintes áreas, vinculadas à sede:

- ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA;
- CENTRO DE FORMAÇÃO;
- DEPARTAMENTO DE AÇÃO COMUNITÁRIA;
- CENTRO COMUNITÁRIO DE SAÚDE;

6. MATRIZ E FILIAIS

1. ATOS CONSTITUTIVOS:

O Estatuto Social, está devidamente arquivado junto ao Cartório Competente.

2. CNPJ:

- ✓ MATRIZ – CNPJ - 27.097.229/0001.42

3. FILIAIS:

3.1 – ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE OLIVANIA: CNPJ - 27.097.229/0002-23. Constituída em 09/10/70.

3.2 – ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ALFREDO CHAVES: CNPJ - 27.097.229/0003-04. Constituída em 09/10/70.

3.3 – ESCOLA FAMÍLIA AGRICOLA DE RIO NOVO DO SUL: CNPJ - 27.097.229/0004-95. Constituída em 09/10/70.

3.4 – ESCOLA FAMILIA AGRÍCOLA DE CAMPINHO: CNPJ - 27.097.229/0005-76. Constituída em 30/06/75.

3.5 – ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE JAGUARÉ: CNPJ - 27.097.229/0007-38. Constituída em 30/06/75.

3.6 – ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE KM 41: CNPJ - 27.097.229/0008-19. Constituída em 30/06/75.

3.7 – ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE BLEY: CNPJ - 27.097.229/0009-08. Constituída em 30/06/75.

3.8 – CENTRO COMUNITÁRIO DE SAÚDE: CNPJ - 27.097.229/0010-33. Constituída em 30/06/75.

3.9 – CENTRO DE FORMAÇÃO E REFLEXÃO: CNPJ - 27.097.229/0011-14.
Constituída em 30/06/75.

3.10 – ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE RIO BANANAL: CNPJ - 27.097.229/0012-03. Constituída em 01/04/81.

3.11 – FAZENDA BOA VISTA S/N PIUMA ESPIITO SANTO: CNPJ - 27.097.229/0013-86. Constituída em 01/04/81. Suspensa em 30/12/89. Reativada em 01/01/97.

3.12 – ESCOLA FAMILIA AGRICOLA DE PINHEIROS: CNPJ - 27.097.229/0014-67. Constituída em 25/06/85.

3.13 – ESCOLA FMILIA AGRICOLA DE BOA ESPERANÇA: CNPJ - 27.097.229/0015-48. Constituída em 02/09/88.

3.14 – ESCOLA FAMILIA AGRICOLA DE VINHATICO: CNPJ - 27.097.220/0016-29. Constituída em 02/08/88.

3.15 – ESCOLA FAMILIA AGRÍCOLA DE CHAPADINHA: CNPJ - 27.097.229/0017-00 – Constituída em 02/08/88. Obs.: O CNPJ - 27.097.226/0006. Não existe? Verificar.

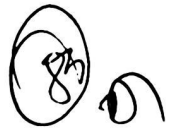
- PREFEITURA
Procedimento regular.
- UTILIDADE PÚBLICA
Procedimento regular.
- FILANTROPIA
Procedimento regular.

Obs: Uma Bateria completa das Certidões Negativas, por si, comprovam a legalidade.

7. DO USO E FONTES DOS ATOS CONSTITUTIVOS, ALTERAÇÕES E DEMAIS DOUMENTOS LEGAIS.

O Secretário Geral, Administrador, Financeiro e Contador deve, cada um, ao assumir ou gerenciar um setor do MEPES, solicitar uma pasta com os documentos, que abaixo relaciono:

- Estatuto e Alterações;



- Regimento Interno;
- CNPJ Com o Responsável;
- Documento dos Imóveis;
- Últimos Balanços Para Avaliação;
- Inscrição Municipal;
- Alvará de Funcionamento;
- Inscrição Estadual;
- Cópias de Todos os Contratos Assinados;
- Outros Documentos de Funcionamento, Quando Exigidos Por Lei;
- Solicitar Uma Bateria de Certidões Negativas, Sempre Renovável Antes do Vencimento;
- Não Assinar Documento Sem Ler Antes;
- Cuidado: Tem Documentos Que São Exigidos Para o Funcionamento Normal. Outros São Pré-Requisito;
- Exigir Uma Relação do Patrimônio;
- Documentos dos Veículos. Criar Pasta;
- Exigir Um Relatório Dos Livros Exigidos, Para o Funcionamento Normal Da Organização, e Sua Devida Escrituração;
- Acompanhar a Admissão e Demissão Dos Empregados;
- Acompanhar a Situação Financeira da Organização;
- No Caso Especifico do MEPES. Ter em Mãos Relatórios Sobre as Matrículas, Baixas, Custo Aluno, Contrato Com o Aluno. Planilha de Custo;
- Outros Documentos Necessários;
- Relatório Mensal de Cada Setor. Este Procedimento Valoriza o Profissional. Leia, Exija Explicações Etc;
- Não Esqueça Que o Enxoval de Cada Unidade Fica Obsoleto, Precisa Ser Renovado, Crie um Fundo;
- Faça, Anualmente, o Orçamento da Sua Organização. Não Omita a Recuperação do Enxoval;

De posse do Material acima, o Diretor pode organizar sua visão administrativa.

Uma secretária ou secretário pode ser o elo necessário, para ligar os setores: executivo ao administrativo.

8. CUIDADOS ESPECIAIS

Aqui registro a parte nervosa da Organização. Entram as partes: de empregados, administradores, gerenciamento comercial, gerenciamento pedagógico, gerenciamento jurídico, gerenciamento contábil, gerenciamento Filantrópico, gerenciamento fiscal e legal de um modo geral, enfim: todo o gerenciamento necessário ao bom desenvolvimento operacional.

84 M

A execução assessorada, DESTAS GERENCIAS, podem evitar o acúmulo de passivo trabalhista, legais, fiscais e até a perda da FILANTROPIA, considerando que o instituto da prescrição só pode ser alegado após cinco anos da consumação ao ato Jurídico Praticado.

A relação é apresentada englobadamente, todavia, é necessário que o procedimento seja considerado "INDIVIDUAL", por item:

- Moradia de Funcionário. Crie um Regimento Interno.
- Veículo. O motorista deve ser autorizado e legalizado.
- Veículo. Não deve ficar com o funcionário. Deve usá-lo, sempre protegido pela legislação vigente.
- Avalie através do seu RH o que é Salário In Natura. Peça um parecer do DJ.
- Uso da Propriedade por Terceiros. Faça contrato de Comodato e Estabeleça Normas.
- Estude a função de cada empregado. Não deixe acumular cargos. Avalie os casos que considere pendentes. Exemplo: moradia, veículo, horas extras, acúmulo de função. Procedimento Funcional. Você conhece sua fragilidade. Avalie.
- Peça ao seu contador para emitir um parecer sobre as Despesas e Receitas, Operacionais e Extras, especialmente as Receitas e Despesas das EFAS e Associações de Pais, na existência.
- Avalie a filial pelo CNPJ. Abra uma pasta para cada uma com os documentos legais e fiscais.
- Avalie as Associações de Pais, individualmente. Abra uma pasta para cada uma com os documentos legais, fiscais, contábeis, jurídicos e Patrimoniais.

9. MERCADORIA PRINCIPAL

Exame, no sentido de avaliar, com os especialistas das diversas áreas, o objetivo principal da finalidade da sua organização. Crie uma pasta com os documentos legais e funcionais. Avalie sempre, não perca seu objetivo de vista. Ele é razão para a sobrevivente de sua organização. Busque assessoria, atualização, novas idéias para projetos novos. Avalie suas instalações, todo o corpo docente e discente. Lembre que suas mercadorias principais são os professores e os compradores rigorosos são os Alunos e Pais. Antes de investir nas instalações físicas, considere as condições do seu pessoal. Boa lã, boa carne, bom leite e boa cria só se obtém com "BOM PASTO", sirva um bom pasto e verá o resultado. MANTENHA O ALUNO NA SUA META.

9

10. OUTROS PROCEDIMENTOS

Sua organização goza dos direitos de isenção da cota patronal através da FILANTROPIA. Em consequência deste benefício deve prestar informações, obrigatoriamente, ao CONSELHO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL. – CNAS. O cuidado especial é que todo o procedimento é informado pelo CNPJ da MATRIZ, ou seja, pelo CNPJ 27.097.229/0001-42, nunca pelos CNPJs das Filiais ou das Associações de Pais. Toda documentação deve ser encaminhada a matriz para a análise, conferência, organização e por fim a contabilização. Após a contabilização serão organizadas as demonstrações financeiras e mais a abertura de vários mapas em atendimento a Lei 8.742, de 7 de setembro de 1992 e demais dispositivos legais fixados para o exame e julgamento da gratuidade. O Processo é rigoroso.

Sem qualquer favoritismo, a contabilidade é muito boa, todavia, há necessidade de uma organização e montagens nos controles diversos. Falo especificamente do Hospital e das EFAs, além, é claro, das Associações de Pais, que carecem de assessoramentos.

É tempo de investir na área administrativa de um modo Geral. Entendo que a abertura nem sempre é eficaz, todavia, há uma necessidade de ouvir a voz do "POVO". Comece com a Diretoria ou o Conselho, estenda ao pessoal administrativo, continue com Corpo Docente, EFAS, e após caminhe em direção segura das Associações de Pais. Movimento o Povo.

Crie processos sem atropelar o bom andamento da Organização.

11- DO FUNCIONAMENTO OPERACIONAL

a) DA MATRIZ

O Funcionamento Operacional na MATRIZ deve ser revestido de maneira a dar a organização o formalismo e a solidez necessária ao seu desenvolvimento dentro das normas administrativas vigentes.

O Procedimento administrativo é o que gera o procedimento contábil, valendo esclarecer que a administração produz os "ATOS" a contabilidade registra, após a consumação dos referidos "ATOS" em FATOS. Certos ou errados, bons ou maus, a contabilidade tem o dever legal de proceder a contabilização. Tem ainda a obrigação de apresentar os relatórios financeiros agregando, a estes, os relatórios exigidos pela CNAS.

Das exigências de ordem: Operacional, Legal e Fiscal, nascem às preocupações do contador no sentido de receber uma documentação "SADIA", no desejo de



apresentar uma contabilidade dentro das normas vigentes, portanto, de boa qualidade.

Para a consistência acima carece de:

- Boletins de Caixas.
- Boletins de Bancos.
- Documentos de Recebimentos.
- Documentos de Pagamentos.
- Documentos dos Convênios.
- Relação Patrimonial.
- Orçamento Comparado.
- Relatório Mensal do RH.
- Um relatório Gerencial.
- Um Relatório Financeiro, com destaques.

A contabilidade pode ser fraca ou rica, dependendo do material recebido. Como antes demonstrado, a contabilidade, registra os fatos não os atos administrativos.

Todos os envolvidos nos processos de contratação, recebimentos e Pagamentos, devem receber, cada um, orientação dentro da sua área ou região na geração e preparação dos documentos prestáveis para a contabilização. Um manual neste sentido seria muito longo, vamos evitar, no momento. Para o sucesso da contabilidade existe uma necessidade premente dos envolvidos nas áreas administrativa e contábil, conhecerem, de perto, a política da ORGANIZAÇÃO e o perfil do Conselho e Diretor Executivo.

Outra preocupação da contabilidade é com os prazos. Para o atendimento das exigências de ordem legal, fiscal e operacional, deve ser organizado um procedimento com fixação de datas limites para o atendimento. Fixar prazo.

Não havendo gerenciamento, pode ocorrer a contabilidade ausente da realidade, causando superávit ou déficit fora da realidade, atos podem ficar sem o registro

b) EFA – FILIAL – CNPJ /0002 USQUE 0017

CONSIDERE OS OBJETIVOS DAS EFAS

PORQUE E PARA QUE FORAM ORGANIZADAS

As EFAs, consideradas p^êra efeito da legislação como "FILIAIS", foram constituídas para auxiliarem na administração, tornando o atendimento ao objetivo social mais elástico e operacional.



Os responsáveis são todos subordinados a administração geral, cuja centralização é na MATRIZ, não podendo fugir que o CNPJ /0001 é o responsável perante o Fisco e a Filantropia.

Procedimentos de ordem administrativos e Operacionais devem ser emitidos, para as EFAS, no sentido de proteger a MATRIZ.

Os documentos abaixo relacionados precisam chegar a tempo, COM DATA PRÉ-FIXADA, e bem estruturados para o registro contábil na MATRIZ.

São eles:

- Boletins de Caixas;
- Boletins de Bancos;
- Documentos de Recebimentos;
- Documentos de Pagamentos;
- Documentos dos Convênios;
- Relação Patrimonial;
- Orçamento Comparado;
- Relatório Mensal dos empregados;
- Um relatório Gerencial;
- Um Relatório Financeiro, com estaques;
- Relatório da Associação de Pais, para conferencia.

Uma reunião, de três em três meses, com os responsáveis para preparo e análise dos documentos e relatórios é sempre prudente. As omissões, enganos, ausência de documentos, na reunião são assessorados e aparadas as arestas no sentido de prosseguir avançando na busca do aperfeiçoamento.

O controle nunca deve fugir das mãos dos responsáveis. O Empregado, seja chefe de equipe, encarregado, chefe de setor, escriturário, motorista ou mesmo com função específica, deve, mensalmente, prestar um relatório ao seu superior imediato ou gerente geral. Do mesmo modo, como recebe, deve adequar os relatórios recebidos encaminhando em seguida, uma cópia, ao Secretário Geral. O controle é imprescindível.

Lembre-se: O empregado ou contratado, gosta de ser "FISCALIZADO", por via de retorno, gosta de ser valorizado.

c) ASSOCIAÇÕES DE PAI

CONSIDERE OS OBJETIVOS SOCIAIS DAS ASSOCIAÇÕES

PONHA EM ORDEM SEUS OBJETIVOS

Entendo que as Associações de Pais, pelo pouca experiência que tenho, como prestador de serviços, ao MEPES, carecem de uma assessoria mais próxima. A ausência, deste serviço pode trazer, em um futuro bem próximo, problemas. Falo de problemas, não só na área administrativa, bem como, nas áreas que relaciono:

- RH – Pessoal;
- Contábil;
- Filantrópico;
- Convênios;
- Patrimonial - Imóveis, Móveis em Geral;
- Uso da Propriedade e seu Fruto;
- Financeiro;
- Econômico.

Veja, de igual modo, que a contabilidade das Associações deveria ser realizadas pelo MEPES, até pelo controle, saldo melhor Juízo, debitando, a cada uma associação, o custo deste e outros serviços. A Profilaxia deve ser realizada, pelo MEPES.

- Na ausência das assertivas acima, o MEPES, deve solicitar relatórios financeiros, econômicos, contábeis e administrativos das Associações de Pais.
- Requerer, anualmente, uma bateria completa de certidões negativas.
- Solicitar relatórios quanto ao cumprimento das obrigações fiscais.
- Considerar quais os benefícios que as Associações estão gerando para o MEPES e qual o CUSTO,
- Proceder a uma avaliação nos associados e dirigentes.
- Estabelecer proibições e Normas para o Funcionamento, se possível dentro do próprio estatuto. As associações não são concorrentes, são parceiras.

d) ESTABELEECER NORMAS

Vivemos em um sistema que as normas são imprescindíveis para qualquer tipo de sociedade ou organização, mesmo que seja do Terceiro Setor.

HAMURABI, no passado distante estabeleceu normas para o funcionamento operacional de um "POVO".

MOISÉS, de igual modo entregou ao povo o catálogo, com dez leis básicas, Não era somente Leis Espirituais, mas, Funcionais e Morais.



OUTROS POVOS, para a sobrevivência, estabeleceram normas, procedimentos e uma Legislação, nas quais a nação brasileira, buscou elementos para os diversos códigos e legislações esparsas, hoje existentes.

Não podemos e não sabemos viver sem a égide de uma Legislação.

Isso Posto, com respeito, sugiro que o MEPES, estabeleça normas, nas diversas áreas específicas, a saber:

Geral, via Regimento Interno ou por Setor.

- Administrativas;
- Contábeis;
- Na área educacional de Um modo Geral, observando o Objeto Social;
- Na área Médica. Normas Específicas, considerando as diferenças da área Educacional;
- Na área Social, focalizando a FILANTROPIA, sua finalidade e formalidade;
- Encarregados dos Setores;
- Compras;
- Almoxarifado;
- Tesouraria;
- Funcionários;
- RH;
- Protocolo de um Modo Geral;
- Atendimento;
- Patrimonial;
- Funcionamento das EFAS;
- OUTROS.

As Normas Podem ser:





- Específicas, através de um "REGIMENTO INTERNO", que poderá ter abrangência geral,
- Por setor, como acima demonstrado, através de "PORTARIAS".



BATERIA DE FORMULÁRIOS

- 1 – Mapa de Recebimentos e Pagamentos;
- 2 – Conciliação Bancária;
- 3 – Contrato de Pequena Empreitada (A,B,C);
- 4 – Contrato de Arrendamento de Imóvel Rural (A,B,C,D,E);
- 5 – Contrato de Comodato (A,B,C);
- 6 – Prejudicada. Não Existe;
- 7 – Contrato de Imóvel Para Moradia de Empregado (A,B);
- 8 – Vale Para Viagem;
- 9 – Prestação de Contas;
- 10 – Contrato de Comodato de Automóvel (A,B,);
- 11 – Prejudicado. Não Consta;
- 12 – Contrato de Comodato de Imóvel Rural (A,B,C). Repetido Por Ser Modelo Diferenciado;
- 13 – Planilha Dos Valores Não Recolhidos ao Inss – Finalidade – Comprovar Perante a Filantropia;
- 14 – Controle De Entradas E Saídas De Suprimentos;
- 15 – Controle de Cheques Emitidos;
- 16 – Planilha de Receita Mensal;
- 17 – Modelo de Planilha de Custo, Contrato de Adesão e Outras Sugestões Para Matrícula do Aluno. (A,B,C,D,E,F,G,).

ANEXO

M E P E S (Movimento De Educação Promocional Do Espírito Santo)

PROCEDIMENTOS

Procedimentos a serem aplicados, considerando a necessidade do ajustamento dos controles administrativos internos, da eficiência dos nossos serviços, da apuração de responsabilidades, da unificação das Prestações de Contas Perante o Conselho Diretor, junto aos órgãos Competentes e em especial das Organizações Controladoras da FILANTROPIA.

Para uma melhor eficiência do trabalho a ser desenvolvido, devemos organizar o tempo de maneira tal que possamos controlar os recursos e recuperarmos o fluxo de caixa.

A fórmula mais prática e recomendável, nesta oportunidade, não é um controle cruel, nem burocrático, mas aplicando o que ensinamos com utilização de parceria flexível com normas e responsabilidades. A constituição a ser firmada deve ser com prazos e datas pré-fixadas, para o atendimento de todas as necessidades operacionais. Tem o objetivo central de buscar harmonia funcional prática e acessível dentre os diretores, coordenadores, encarregados, professores, instrutores, funcionários, associados, conveniados e outros, aplicando inclusive aos alunos responsáveis pelo futuro do MEPES.

A "Filosofia do MEPES" deve ser hasteada e bem entendida pela equipe e interessados que buscam não só a sua sobrevivência financeira, mas a capacitação para o dia a dia.

Mediante as assertivas acima, conclui-se que "ALGO DE NOVO" tem que ser implantado, resgatando o período da fase evolutiva do desenvolvimento, mesmo diante das turbulências, cujas orientações abaixo perfilo:

Não existe economista ruim com fluxo de caixa aquecido e receita constante.

A turbulência Administrativa, cuida em uma parada para reflexão dos atos e fatos administrativos, onde erramos ou acertamos. Não é estação oportuna para diálogos e manifestações desconexas. É hora de juntos chegar ao braseiro para o aquecimento. É a oportunidade de tornar um inverno em verão, ou vice versa se alguém assim pensa. Se assim não proceder, poder acontecer o mencionado no

livro de Jeremias capítulo 8 verso 20 "PASSOU A SEGA, FIMDOU O VERÃO, E NÓS NÃO ESTAMOS SALVOS".

Pensar e Pensar. Não seria o caso de em equipe realizar este Exercício?

Após Sugiro:

1 – PARTE LEGAL

- Cada Unidade deve rever e organizar, em pastas, todos os atos de constituição e legalização. Deve iniciar com os atos constitutivos, com arquivo ano por ano, das alterações realizadas e dos documentos necessários ao pleno funcionamento.
- Tudo que se referir a IMPOSTOS, deve ser arquivado em uma pasta, separadamente ano por ano, para controle e conhecimento do cumprimento da obrigação.
- Tudo que se referir a EMPREGADOS, deve ser arquivado em um pasta, separadamente, ano por ano, para controle e conhecimento do cumprimento da obrigação.
- Tudo que se referir a IMÓVEIS E BENFEITORIAS, INCLUSIVE O ENXOVAL, deve ser arquivado em um pasta, separadamente ano por ano, para controle das depreciações, reposições de peças, mobiliários e conservações, se for o caso.
- O procedimento administrativo e contábil deve ser claro, sem dúvidas, constando: Orçamento do exercício, Plano de Contas, Boletins de Caixas, Balancete, Mapas e Outros documentos de controle.
- Proceder a uma auditoria interna, o próprio contador pode realizar, se todos os documentos e procedimentos administrativos estão em ordem.
- Para o Conhecimento Geral, deve ser emitido um relatório, anual, por unidade e associação, com data pré-fixada, aplicando uma multa, diária, no caso do não atendimento.
- Organizar um Cronograma.
- Manter uma bateria completa de certidões negativas, PJ, inclusive dos Diretores PF.
- Por ser Parte Legal, considerando que o uso é do administrativo financeiro, deve ser assumida e assessorada pelo Administrador Financeiro e sua secretária,

baixando as normas necessárias para a substituição das partes vencidas ou vencerem.

- Pode, ainda, neste setor no cronograma da "PARTE LEGAL", fixar, para controle, os requisitos e documentos para a concessão de uma certidão ou de outros documentos exigidos nos convênios, filantropia e outros locais públicos ou privados.
- Os sócios, administradores, gerentes, funcionários, das associações, neste setor, deve, ter aqui, nesta secção, um controle.

2 – ARH – NORMAS

Proceder a uma revisão no Quadro Geral do Pessoal, inclusive dos coordenadores e responsáveis pelas EFAs e Associações de Pais.

O processo de FILANTROPIA deve ser divulgado para conhecimento e cobrança de responsabilidades.

Deixo aqui aberto o espaço para o revisor ou auditor trabalhar com liberdade.

Para cada Processo, exclusivamente deste setor, deve ser organizada uma ficha para acompanhar o andamento, na existência.

Quanto aos Encargos o procedimento, existente na MATRIZ, é bom.

Baixar uma portaria para admissão e demissão de empregados, de um modo geral, devendo constar:

2.1 – Nome do setor carente de empregado.

2.2 – Nome do entrevistado...

2.3 – Filiação...

2.4 – Carteira de Identidade...

2.5 – CTPS

2.6 – Endereço

2.7 – Cargo Pretendido

2.8 – Salário Pretendido

6

2.9 – Referencia Anterior.

2.10 – Motivo porque deseja trabalhar no MEPES.

2.11 – Anotações sobre o funcionário, se confidencial, em código ou em outra ficha.

2.12 – A Transferência, cessão, empréstimo ou outro motivo de um empregado para as EFAS, ou Associações, deve ser consultado ao Advogado.

2.13 – Outros Motivos. Tais Como: Cuidado com a função do empregado, deslocamento, residência, chefia de seção e outros deve ser consultado ao Advogado

2.14 – AUTORIZAÇÃO, DO SECRETÁRIO GERAL, PARA: ADMISSÃO e DEMISSÃO.

3 – ALMOXARIFADO – NORMAS

Tanto na matriz como nas EFAs e associações há necessidade de ser implantado um sistema de controle de entrada e saída de qualquer tipo de material, mercadorias, produto e etc. Tudo comprado através de requisição e tudo saindo, também, através de requisição. Este é o procedimento correto. Muitas empresas têm perdido seu fluxo de caixa, por não controlar uma simples gota de água que escapa do seu reservatório, no caso vertente, do almoxarifado.

Baixar uma Portaria para Controle do ALMOXARIFADO:

O controle será por Produto

3.1 – Entrada do Produto

3.2 – Quantidade

3.3 – Custo

3.4 – Saída

3.5 – Custo Médio ou Outro.

3.6 – Saldo

Ver o procedimento a ser adotado.

17



Seria bom se em cada "UNIDADE" fosse eleito um responsável pelas compras e pelo almoxarifado.

Constar nas orientações que compras para o 'ativo permanente' de ser aberta uma pasta e arquivada a nota fiscal destacadamente para efeito de registro na contabilidade e depreciação.

4 – CONTÁBIL

Deve ser orientado que a FILANTROPIA é no CNPJ da matriz (0001), cabendo as Filhas e as Associações o dever de fornecerem as devidas prestações de contas, sem as quais fica ferido o direito aos benefícios recebidos.

Neste setor, são registrados os fatos contábeis ocorridos na INSTITUIÇÃO e SUAS FILHAS.

O controle dos documentos apresentados deve ser rigoroso, pela dinâmica da contabilidade. Neste setor, deve ser ajustadas as datas e os prazos para apresentação dos documentos gerados durante o mês, pelas EFAS à MATRIZ.

A MATRIZ tem data e prazo para encerramento e apresentação dos relatórios Financeiro e Contábil, sob pena de multas, perda da Filantropia e outros procedimentos administrativos.

De igual modo, todas as EFAs devem ter seus prazos fixados em calendário, sob pena de penalidades a serem aplicadas, caso não cumpram com o acordado.

Deve o coordenador ou representante pela EFA, individualmente, ser responsabilizado pela omissão ou retardamento dos documentos e relatórios contábeis.

Toda documentação encaminhada ao escritório central, MATRIZ, deve ser procedida de uma avaliação prévia que após a conclusão serem preenchidos todos os mapas correspondentes, que funcionarão como anexo, encaminhados ao controle geral, juntamente com as Demonstrações Financeiras e o Balanço Geral, via protocolo.

A Ficha Financeira de cada aluno deve ser mantida rigorosamente em ordem para controle da receita e apresentação junto ao órgão fiscalizador da FILANTROPIA.

O setor contábil da MATRIZ, deve promover orientações contábeis, como:

- Plano de Contas;



- Modelo de Caixa;
- Organização dos Documentos;
- Controles Financeiros;
- E Outros Controles Necessários;
- Balancete Modelo;
- Livro Para Controle dos Associados;
- Modelo Para Elaboração da Planilha de Custos;
- CONTROLE FINANCEIRO RIGOROSO, (neste item solicitar a relação dos cheques emitidos, os compensados e os a compensarem, procedendo à chamada reconciliação bancária). Os cheques cancelados devem constar de uma relação anexa, para efeito de controle.

Para as EFAs, ***exigir mesmo***, que as assinaturas bancárias, constarem também dos mesmos que assinam pela matriz. (duas fichas uma assinada pelos procuradores e outros pelos responsáveis pela **MATRIZ**).

DESTACAR A FILANTROPIA. (os benefícios concedidos aos alunos, bem como, os encargos não recolhidos).

4.1 – PLANILHA DE CUSTO

Cada Unidade Filha EFA, deve ter arquivado a planilha de custo e o contrato com o aluno para prestação de Contas Junto a Promotoria, Conselho de Pais, Justiça e Procon, caso algum órgão solicite. **Abrir uma Pasta.**

Deve ser destacado o custo real de cada aluno e o preço aplicado, com desconto. A contabilidade deve receber os dois valores, contabilizando o valor real como receita o desconto como Filantropia.

O Valor da anuidade, bem como, o contrato, devem estar prontos 45 (quarenta e cinco) dias antes da matrícula. Deve ser eleito o balancete de um "CERTO MES" para tomar emprestado os elementos. (talvez: setembro o muito a tardar outubro. A planilha tem modelo e norma própria).

- Gastos e Investimentos;
- Controle dos Gastos e Investimentos;

- Controle dos Benefícios Concedidos, Bem Como, dos Encargos não Recolhidos;
- Modelo Para Elaboração da Planilha de Custos.

– CONTROLE PATRIMONIAL – NORMAS

Cada Unidade deve ter um controle Patrimonial de seus Bens (inventário). Procedimento que deve ser corrigido, anualmente, sempre na data do encerramento do exercício.

BAIXAR INSTRUÇÃO PARA CONTROLE, A SABER:

5.1 – Todo ATIVO adquirido, arquivar em pasta destacada.

5.2 – Abrir uma Ficha Para Controle, com espaço destacado para :

- Preço de Compra
- Reavaliação
- Depreciação
- Valor Residual
- Preço de Baixa.

5.3 – Indicação onde o ATIVO está servindo.

5.4 – Proceder à numeração da cada bem inventariado.

– EFA verso ASSOCIAÇÕES DE PAIS – NORMAS

Deve ser realizado um estudo aprofundado no relacionamento operacional interposto entre EFA e ASSOCIAÇÃO DE PAIS, mantendo o MEPES, um controle geral, no sentido de saber como os procedimentos estão sendo administrados nas ASSOCIAÇÕES.

No procedimento deve constar que o MEPES, pode examinar a documentação, uma vez a cada seis meses e o balanço anual. Os prazos devem ser pré-fixados.

PROCEDIMENTO:



- 6.1 – Adquirir um Livro para Controle do Associado
- 6.2 – Manter um controle das contribuições dos Associados.
- 6.3 – Orientar sobre os Rendimentos.
- 6.4 – Orientar, no através do manual, o “USO DA PROPRIEDADE”

7 – HOSPITAL – NORMAS

Para o “HOSPITAL”, particularmente, deve ser organizadas normas de procedimentos para os diversos setores que atualmente funcionam.

No Hospital São Camilo, em São Paulo, o próprio administrador baixou normas procedimentais para todos os setores, cujos relatórios são prestados na reunião mensal constante do calendário da Instituição Diretora.

O Livro *Rotinas Hospitalares* de Niversindo A. Cherubin, publicado pela primeira vez no ano de 1977, Edição Sociedade Beneficente São Camilo, trás todas as rotinas para Hospitais. Atualmente existe a edição atualizada.

NORMAS:

Baixar normas ou rotinas de trabalho que atendam aos diversos setores ativos do Hospital.

7.1 – Normas para internação;

7.2 – Normas para Médicos;

- Serviços Próprios;

- Serviços Terceirizados;

7.3 – Normas para Admissão e Demissão de Empregados;

7.4 – Normas para Almojarifado;

7.5 – Normas para a Cozinha;

7.6 – Normas para Conservação;

7.7 – Normas para o cálculo do custo do paciente.





8 – CONVÊNIOS – NORMAS

Incluir nas normas que todos os convênios devem ter um tratamento especial.

O convênio deve ser contratado diretamente pela MATRIZ pelo fato de ser responsável pela Administração Geral e prestadora de contas junto a FILANTROPIA.

O Entendimento é simples; quem goza da Filantropia é o CNPJ 0001.

Proposta Para os Convênios:

- Por ser uma peça especialmente técnica, deve ser precedida de um estudo, com procedimentos especiais, considerando:
 - 1 – A necessidade;
 - 2 – O fim proposto;
 - 3 – Levar em consideração: o orçamento, as despesas fixas, custos indiretos, depreciações, conservação das Benfeitorias e Instalações.

9 – ORÇAMENTO

Anualmente deve ser constituída uma equipe das EFAs, ASSOCIAÇÕES e MATRIZ, reunida em comissão para organizar o “ORÇAMENTO GERAL ANUAL E POR UNIDADE”.

O orçamento, depois de aprovado, deve ser comparado com o Balanço mensal, entre as colunas orçadas, realizadas e a realizar. As atualizações poderão ocorrer sempre que necessário. No caso pode ocorrer uma revisão de três em três meses.

Baixar Instruções para a organização desta importante peça na vida de uma empresa, publica ou privada, especialmente, no nosso caso.

Podemos usar a Lei 4.320 e suas alterações para objetivamente montarmos o orçamento.

Não deve se omitido os investimentos com as reposições de peças do enxoval das Unidades.

As depreciações devem ser transformadas em despesas financeiras, para a reposição e constar nos convênios como custo de USO.

10 – CALENDÁRIO

IMPORTANTE:

Em qualquer procedimento administrativo deve ser montado um cronograma devidamente planejado, para o atendimento dos procedimentos da INSTITUIÇÃO, estabelecendo a aplicação de penalidades.

O Cronograma deve trazer no seu bojo, a data de entrega de cada documento necessário à vida funcional do MEPES.

10.1 – Data para organização do Orçamento.

10.2 – Data para entrega dos documentos na contabilidade.

10.3 – Data para entrega aos órgãos públicos:

- Relacionar por Órgão: RECEITA FEDERAL – MT – INSS – SINDICATO – PREFEITURA – ESTADO – CONVENIOS – FILANTROPIA.

PORTARIA NÚMERO 0001/2005.

MEPES

O Secretário Geral do MEPES, no uso de suas atribuições, devidamente revestido das prerrogativas do cargo, para controle administrativo, financeiro, contábil e gerenciamento do MEPES, unidade central e suas instituições filhas, todas com CNPJ, de filiais, baixa a "PORTARIA NÚMERO 0001/2005" que deverá ser rigorosamente atendida e cumprida, a partir do seu recebimento, sob pena de responsabilidade do funcionário e da Unidade (MATRIZ ou EFA), inadimplente.

Justifica a edição da presente portaria, pela carência de informações existentes para estudo e elementos indispensáveis para a implantação do planejamento estratégico. Com as informações consolidadas e abastecido o banco de dados da Instituição, devidamente avaliadas e mensuradas ajudarão a promover a projeção administrativa.

A união de todas as unidades fortalecerá, os projetos do MEPES, e mostrará novos caminhos para o avanço. Significa que fortalecendo as nossas estacas, firmando-as com segurança, poderemos aumentar nossas tendas em benefício da carência registrada nos campos.

A reestruturação administrativa é uma fonte de redução dos nossos custos fixos e variáveis, além de possibilitar uma visão da Instituição, no seu todo, a curto, médio e longo prazo.

O incentivo ao atendimento do objeto social da Instituição, nos chama para uma parada para PENSAR e em seguida ORGANIZAR e finalmente PRATICAR. Esta é finalidade desta portaria, que não tem o caráter "PUNITIVO", como finalidade, mas a conscientização de:

- > PENSAR;
- > ORGANIZAR;
- > PRATICAR;

ISSO POSTO, opto pela Portaria, abaixo, no sentido de promover uma união para o nosso desenvolvimento.

Pense, Organize e Pratique! Você é muito Importante.

“A”

DO ORÇAMENTO

- 01.** Nos meses de outubro e novembro de cada ano, será elaborado, Individualmente, o orçamento de cada EFA, compreendendo as Entradas, Saídas Despesas, Saídas Investimentos, Projetos e Convênios, tomando como o Balanço Levantado no mês de setembro;
- 02.** A data máxima para ser entregue o orçamento, devidamente formalizado, consoante modelo anexo, será até o dia 30 de novembro de cada ano.
- 03.** Na eventual inadimplência o responsável pela MATRIZ ou EFA será responsabilizado, bem como, toda unidade omissa, até a regularização.
- 04.** O orçamento, depois de aprovado, deve ser comparado com o Balanço mensal, da mesma unidade, entre as colunas orçadas, realizadas e a realizar. As atualizações poderão ocorrer sempre que necessário. Entretanto fica fixada a revisão de três em três meses. O novo orçamento deverá ser protocolado, no seu todo, no MEPES MATRIZ, no prazo de 10 (dez) dias após a revisão;
- 05.** Com o orçamento, de cada EFA, nas mãos será elaborado o ORÇAMENTO GERAL DO MEPES.
- 06.** A penalidade a ser aplicada será:

“B”

PARTE LEGAL

- 01.** Nos meses de dezembro e janeiro, de cada ano, cada unidade, tem o dever de fornecer e protocolar na MATRIZ, uma bateria completa das certidões negativas, consistindo em CERTIDÕES: FEDERAIS, ESTADUAIS, MUNICIPAIS E DAS AUTARQUIAS.
- 02.** Fornecer em pasta, no mês de janeiro, de cada ano, todos os alvarás necessários para funcionamento, inclusive, os Sanitários, do Corpo de Bombeiro e MEC, quando exigido.
- 03.** Fornecer em pasta, no mês de janeiro, de cada ano, os atos constitutivos e/ou alterações e demais documentos originados de terceiros, relacionados com a parte legal a saber: Contratos com terceiros, Controle de

Pagamentos. Controle de Recebimentos das Associações, individualizando os sócios. Documentação completa com encargos recolhidos, ou não, de funcionários à disposição da Prefeitura e da Associação. Controle dos cheques emitidos e dos cancelados. Ocorrências funcionais. Relatórios dos processos Jurídicos, na existência. Situação do imóvel, se legalizado ou não, bem como, das benfeitorias, próprias ou de terceiros, existentes e suas carências.

04. DAS PENALIDADES.

“C”

PARTE ARH

- 01.** As admissões, demissões e demais procedimentos com o pessoal lotado em qualquer unidade, serão sempre realizadas ou autorizadas pela MATRIZ.
- 02.** A FICHA modelo, para o processo admissional, deve preenchida e encaminhada à MATRIZ, para avaliação e tomada de decisão.
- 03.** Todo pessoal lotado, quer seja pessoal próprio, quer seja conveniado, quer seja da Associação de Pais, em qualquer Unidade do MEPES, deve ter sua ficha completa para o cadastro no MEPES MATRIZ.
- 04.** Os responsáveis pelo uso dos veículos, bem como, os motoristas, serão sempre autorizados pelo MEPES CENTRAL. A omissão deste item será de responsabilidade da Unidade ou Diretor que proceder a autorização, mesmo nos casos de emergências.
- 05.** De seis em seis meses, (junho e dezembro) o responsável de cada unidade deve enviar, ao escritório central, uma relação dos funcionários diretos e indiretos que estão lotados na Unidade.
- 06.** Contratos de Moradias e suas alterações, serão sempre assinados pelo Secretário geral. Uma cópia será enviada ao escritório central para controle e arquivo.
- 07.** Fica terminantemente proibido o uso de HORAS EXTRAS.

“D”

PARTE ALMOXARIFADO

O controle será por Produto:

- 3.1 – Entrada do Produto;
- 3.2 – Quantidade;
- 3.3 – Custo;
- 3.4 – Saída;
- 3.5 – Custo Médio ou Outro;
- 3.6 – Saldo;

- No final de cada ano, especificamente no dia 31 de dezembro, será procedido um levantamento, na categoria de Inventário Físico e Patrimonial, e encaminhada uma cópia a MATRIZ, para os registros contábeis e demais processos administrativos e gerenciais.
- Por ser um setor técnico, será responsável pelo controle patrimonial de todo enxoval da Unidade, emitindo relatório no dia 31.12. de cada ano, informando inclusive as peças substituídas ou obsoletas e as carentes de substituições.
- A data para entrega deste documento consta do calendário de obrigações, há seu tempo, remetido para as Instituições.
- O procedimento de “pesquisas de preços” será normatizado pela unidade, individualmente.
- PENALIDADE.

“E”

PARTE CONTÁBIL

01. Até o dia 10 de cada mês, será protocolada na MATRIZ , a documentação do mês anterior. Deve acompanhar obrigatoriamente: o Boletim de Caixa, o Boletim Financeiro, Notas Fiscais referentes às compras efetivadas a prazo, apólices de seguros, Mapa de Depreciação e demais documentos gerados no mês anterior.



02. Os boletins e Caixa e Financeiro devem seguir as orientações, para sua elaboração, do Contador Geral, bem como, a contas obedecer ao PLANO DE CONTAS.
03. O Boletim de caixa e o boletim financeiro são peças obrigatórias que acompanharão a documentação.
04. Quanto à documentação deve ser revestida das formalidades exigidas pela Legislação Fiscal pertinente.
05. O relatório deve ser acompanhado do BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.
06. DA PENALIDADE,

"F"

PARTE DAS ASSOCIAÇÕES

- 6.1 – Adquirir um Livro para Controle dos Associados.
- 6.2 – Manter um controle das contribuições dos Associados.
- 6.3 – Orientar sobre os Rendimentos.
- 6.4 – Quanto ao uso da propriedade, terreno ou edificação, a orientação deve partir, obrigatoriamente, do secretario geral do MEPES, através de portaria. Manter a contabilidade rigorosamente em dia.
- 6.5 – PENALIDADE,

"G"

PARTE HOSPITALAR

- 7.1 – Normas para internação;
 - 7.2 – Normas para Médicos;
- Serviços Próprios;





➤ **Serviços Terceirizados;**

7.3 – Normas para Admissão e Demissão de Empregados;

7.4 – Normas para Almojarifado;

7.5 – Normas para a Cozinha;

7.6 – Normas para Conservação;

7.7 – Normas para o cálculo do custo do paciente.

7.8 – Normas para o Uso da Farmácia.

7.9 – Normas para o Uso dos veículos.

7.10 – Normas para apresentação dos Relatórios, inclusive o Financeiro:

- O administrador do "HOSPITAL", fica revestido de autoridade para proceder à regularização e normalização dos procedimentos acima, que depois de apresentado e aprovado será encaminhado aos setores competentes para atendimento.
- Neste primeiro exercício, (2005), fica concedido o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação desta portaria, para o senhor diretor administrativo do Hospital, proceder ao atendimento das providencias determinadas no item 01.
- Deve alem de apresentar a documentação constante acima, proceder a um relatório das internações e custos.
- **PENALIDADES.**

"H"

PARTE DOS CONVENIOS

01. Os convênios, a partir da publicação desta Portaria, serão realizados contemplando no seu custo, o rateio, por convenio, das despesas abaixo enumeradas:

- **Custo do Pessoal administrativo, com todos os encargos, proporcional ao valor do convenio.**
- **Custo das Despesas Administrativas Diretas, a saber: água, energia, telefone, cópias, combustíveis, materiais de limpeza e conservação, material de escritório, seguros, despesas com viagens, estadas, Depreciações, assistência medica, serviços de terceiros contratados especificamente, despesas financeiras, multas oriundas do convenio.**
- **PENALIDADES.**





“1”

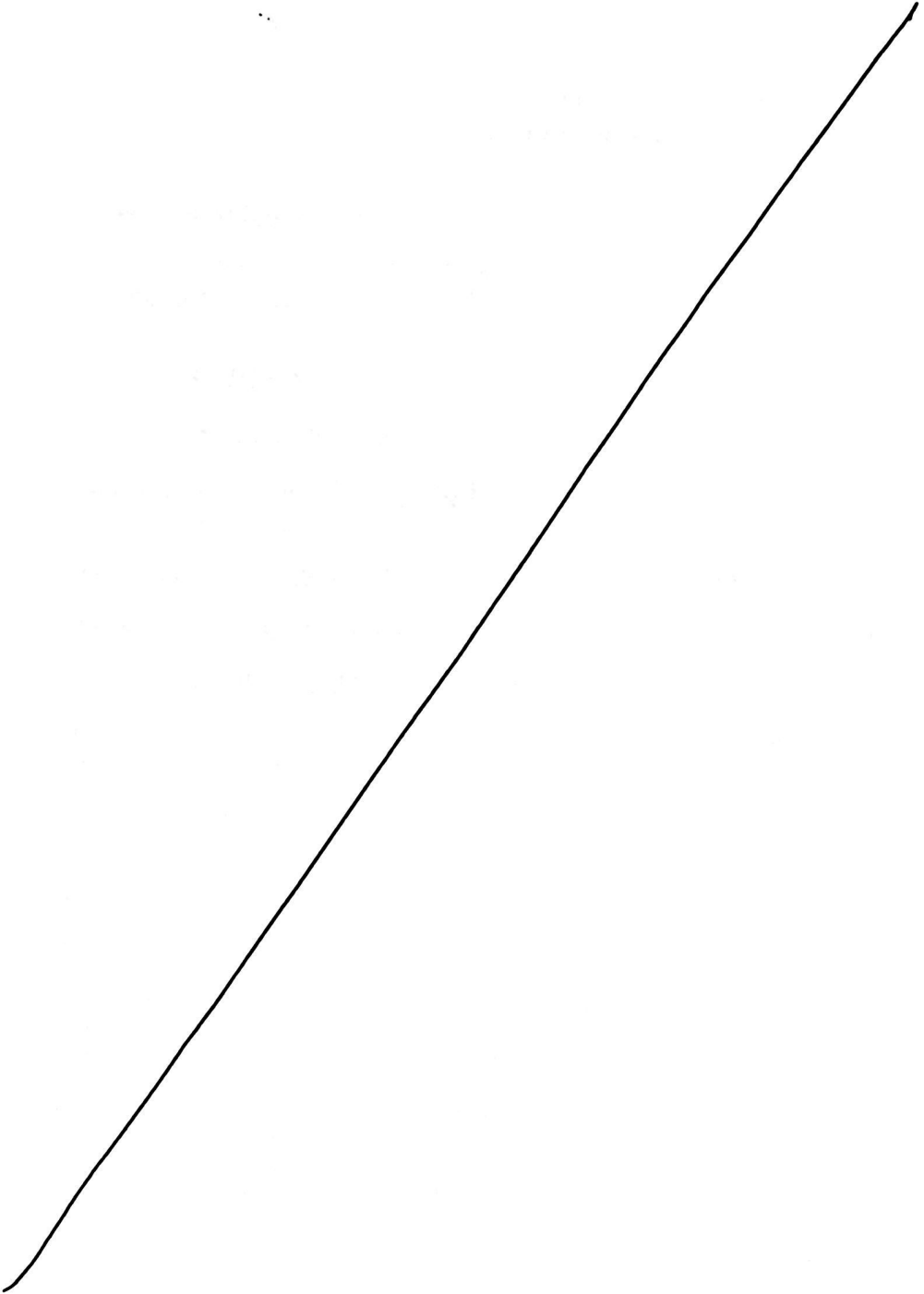
CRONOGRAMA

01. Pela necessidade de interação, anualmente, no mês de setembro ou outubro de cada ano, será realizada uma reunião com todos os representantes do MEPES MATRIZ, das EFAs e das ASSOCIAÇÕES, para elaboração do Orçamento, bem como, do CRONOGRAMA FISICO E FINANCEIRO, para o exercício SEGUINTE.
02. Na reunião acima, todos os representantes, se apresentarão, acompanhados dos seus respectivos contadores, com os relatórios do mês de agosto ou outro mês antecedente, além do financeiro e contábil, mais o planejamento, da sua unidade, para o ano calendário seguinte.
03. Cada unidade deve receber uma cópia do “CRONOGRAMA”, para o cumprimento e o gerenciamento administrativo.
04. Não devem ser omitidos, no cronograma, os convênios em andamento, bem como, os projetos de financiamentos propostos.
05. PENALIDADES.

GUARAPARI, 31 de agosto de 2005

DN. JONATHAN VIEIRA
AUDITOR INDEPENDENTE
C.R.C.ES 1.586 - Inscrito na C.V.M.
R. Carlos Santana, 224 - Guarapari-ES
Tel.: (27) 261-0404 - Fax: 261-3983

109



Q



PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DO MEPES
Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo

➤ **QUALIFICAÇÃO:**

Nome: MEPES – Movimento De Educação Promocional Do Espírito Santo.

Endereço Completo: Rua Costa Pereira, nº 129, Centro, Anchieta/ES, CEP: Telefone:

➤ **DIRETORIA:**

- **Conselho Geral:**

Secretario Geral: **Pe. Humberto Pietrogrande**

Secretário Executivo:

Presidente Do Conselho Fiscal: ITAMAR MOREIRA DA FRAGA

Responsável Pela Contabilidade: JOSE MAURÍCIO ROVETTA., CRC-ES 3.724

➤ **INTRODUÇÃO – PERFIL INSTITUCIONAL**

O MEPES- Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo, fundado em 26 de abril de 1968, com foro na Cidade de Anchieta, Estado do Espírito Santo. É uma Organização de fins não econômicos.

O órgão soberano é a Assembléia Geral constituída por seus associados, que compõem sua Junta Diretora.

A organização tem duração por prazo indeterminado, tem como âmbito de ação Estado do Espírito Santo, e seu ano social coincidirá com o ano civil.

O MEPES teve seu berço na área rural do Estado do Espírito Santo.

Uma razão profunda marcou a determinação desta área para o seu fundador. Tratava-se de uma região, considerada RURAL, composta por cinco municípios- ANCHIETA- ALFREDO CHIAVES- ICONHA- PIÚMA. RIO NOVO DO SUL e ALEGRE. Todos com características e problemas similares, favorecendo a intervenção em vista de seu crescimento. Logo a seguir expandiu-se, também, ao Norte e Região Centro Serrano do Estado alcançando os Municípios de: JAGUARÉ - SÃO MATEUS - SÃO GABRIEL DA PALHA - RIO BANANAL - PINHEIRO - NOVA VENÉCIA - BÔA ESPERANÇA - MONTANHA - MARILANDIA e SANTA MARIA DE JETIBÁ.

Está, ainda, presente através do INTERCÂMBIO em muitos outros Municípios onde não tem unidades do MEPES implantadas, porem, atua com presença ou presta assessoria.



Seu fundador foi o Pe. Humberto Pietrogrande, Jesuíta Italiano que com um grupo de líderes comunitários das regiões e apoiado pela antiga ACARES e LBA-ES instituíram e registraram o MEPES.

➤ **FINALIDADE ESTATUTÁRIA:**

A Organização tem por finalidade a promoção integral de pessoas humanas. Gratuitamente, promove a educação e desenvolve a cultura, através da AÇÃO COMUNITÁRIA, numa ampla atividade inerente ao interesse da agricultura, e principalmente no que concerne à elevação social do agricultor, do ponto de vista religioso, intelectual, técnico, sanitário e econômico. Para atender a seus objetivos, a Organização poderá celebrar convênios com organismos de qualquer natureza e filiar-se a outros organismos de âmbito nacional, bem como colaborar em atividades similares às suas.

➤ **ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:**

Proriza o MEPES, seus atendimentos na qualidade e não na quantidade, razão que onera o custo, por aluno servido. Demonstra seu trabalho e sua capacidade de gerenciamento, prestando aos parceiros, amigos, benfeitores, colaboradores e instituições diversas, um relatório completo da sua atividade operacional anual.

Para o atendimento às atividades propostas, organizou as seguintes áreas, vinculadas à sede:

- ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA;
- CENTRO DE FORMAÇÃO;
- DEPARTAMENTO DE AÇÃO COMUNITÁRIA;
- CENTRO COMUNITÁRIO DE SAÚDE.
- MATRIZ E FILIAIS.

➤ **ATOS CONSTITUTIVOS:**

O Estatuto Social está devidamente arquivado junto ao Cartório Competente.

Filiais:

• Escola Família Agrícola de Olivania. CNPJ. 27.097.229/0002-23. Constituída em 09/10/70.

• Escola Família Agrícola de Alfredo Chaves. CNPJ 27.097.229/0003-04. Constituída em 09/10/70.

• Escola Família Agrícola de Rio Novo do Sul. CNPJ 27.097.229/0004-95. Constituída em 09/10/70.

• Escola Família Agrícola de Campinho. CNPJ 27.097.229/0005-76. Constituída em 30/06/75.



• Escola Família Agrícola de Jaguaré. CNPJ 27.097.229/0007-38. Constituída em 30/06/75.

• Escola Família Agrícola de Km 41. CNPJ 27.097.229/0008-19. Constituída em 30/06/75.

• Escola Família Agrícola de Bley. CNPJ 27.097.229/0009-08. Constituída em 30/06/75.

• Centro Comunitário de Saúde. CNPJ 27.097.229/0010-33. Constituída em 30/06/75.

• Centro de Formação e Reflexão. CNPJ 27.097.229/0011-14. Constituída em 30/06/75.

• Escola Família Agrícola de Rio Bananal. CNPJ 27.097.229/0012-03. Constituída em 01/04/81.

• Fazenda Boa Vista s/n Piúma. CNPJ 27.097.229/0013-86. Constituída em 01/04/81. Suspensa em 30/12/89. Reativada em 01/01/97.

• Escola Família Agrícola de Pinheiros. CNPJ 27.097.229/0014-67. Constituída em 25/06/85.

• Escola Família Agrícola de Boa Esperança. CNPJ 27.097.229/0015-48. Constituída em 02/09/88.

• Escola Família Agrícola de Vinhático. CNPJ 27.097.220/0016-29. Constituída em 02/08/88.

• Escola Família Agrícola de Chapadinha. CNPJ 27.097.229/0017-00. Constituída em 02/08/88.

• Escola Família de Alegre...

➤ **MISSÃO:**

O MEPES possui como missão:

Promover integração da pessoa humana, buscando, essencialmente, a elevação do homem do meio rural em uma sadia e solidária comunidade.

113

Noss dias em que vivemos o ser humano luta por sobrevivência, uma crescimento pessoal e profissional. A luta não é para ser o melhor, mas por simples espaço no mundo globalizado em que vivemos.

➤ **VISÃO:**

O MEPES busca resolver ou amenizar o problema social do homem. Nestes 37 anos de vida, a esperança rumo ao futuro num compromisso total com a causa da promoção do homem. um crescimento harmônico do ponto de vista econômico, social, espiritual e humano desenvolvendo o “Capital Humano”.

É motória que a transformação ocorrida no meio rural capixaba, nas áreas aonde o MEPES vem atuando.

Porr isso o MEPES tem como visão:

- Responsabilidade corporativa e social;
- Honestidade e integridade;
- Encorajar a habilidade individual e a criativa de nossas comunidades;
- Elevar a cultura de nossas comunidades;
- Elevar a perspectiva de vida de nossas comunidades;
- E acima de tudo elevar o homem como o Capital Humano.

➤ **VALORES:**

- Responsabilidade corporativa;
- Inovação baseada na Educação;
- Apoio ao Campo e suas Famílias;
- Criatividade, sonhos e imaginação;
- Honestidade e Integridade

➤ **OBJETIVOS ORGANIZACIONAIS:**

- Objetivos Rotineiros: ???????????
- Objetivos Inovadores: ?????????????????
- Objetivos Aperfeiçoamentos: ?????????????????

➤ **DADOS EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO**

SANTO:

• **População:**

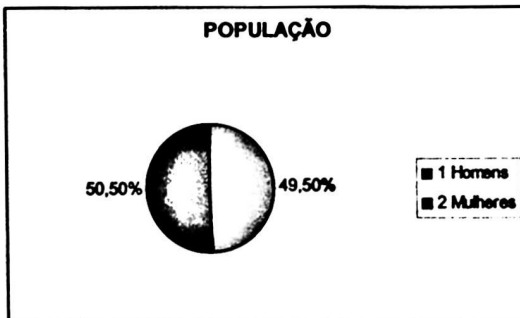
Segundo o Censo Demográfico 2000 - IBGE, a composição da população do Estado do Espírito Santo Forma:

(Handwritten signature)

113
 27/12/05

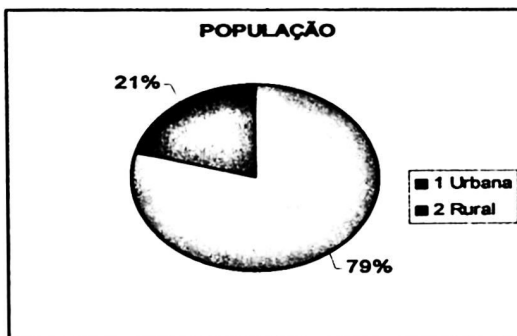
POPULAÇÃO - 2000

1	Homens	49,50%
2	Mulheres	50,50%



POPULAÇÃO

1	Urbana	79,5
2	Rural	20,5

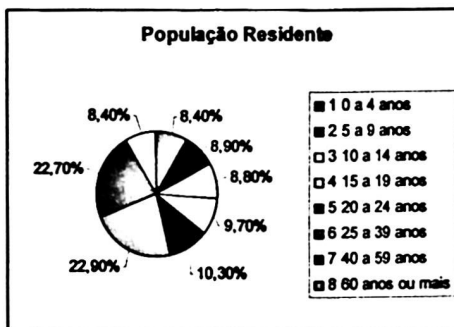


• **Ibge 2005:**

- Capital Vitória Área (km²) 46.077,519;
- Número de Municípios 78;
- População Estimada 2005 3.408.365;

População Residente

11	0 a 4 anos	8,40%
22	5 a 9 anos	8,90%
33	10 a 14 anos	8,80%
44	15 a 19 anos	9,70%
55	20 a 24 anos	10,30%
66	25 a 39 anos	22,90%
77	40 a 59 anos	22,70%
88	60 anos ou mais	8,40%

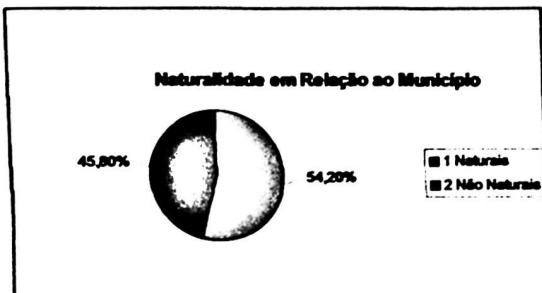


27



Naturalidade em relação ao Município

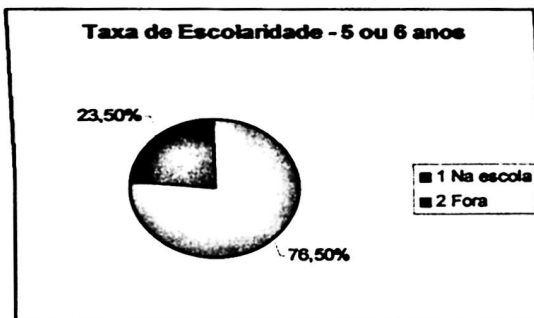
11	Naturais	54,20%
22	Não Naturais	45,80%



• **Dados em relação a Escolaridade do Estado do Espírito Santo:**

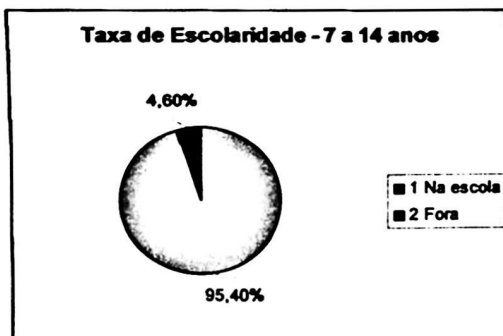
Taxa de Escolarização - 5 ou 6 anos

11	Na escola	76,50%
22	Fora	23,50%



Taxa de Escolarização - 7 a 14 anos

1	Na escola	95,40%
2	Fora	4,60%



Handwritten mark resembling the letter 'A'.



Taxa de Escolarização - 15 a 17 anos

1	Na escola	74,90%
2	Fora	25,10%

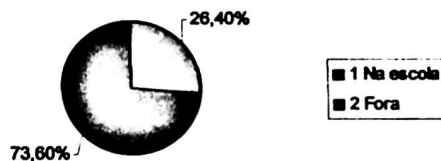
Taxa de Escolaridade - 15 a 17 anos



Taxa de Escolarização - 18 a 24 anos

1	Na escola	26,40%
2	Fora	73,60%

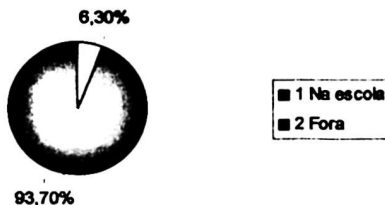
Taxa de Escolaridade - 18 a 24 anos



Taxa de Escolarização - 25 anos

1	Na escola	6,30%
2	Fora	93,70%

Taxa de Escolaridade - 25 anos



Handwritten mark resembling a stylized '7' or 'A'.

116

• **Renda Familiar:**

(Distribuição das famílias - (%) - Brasil - 2003							
Situação	Avaliação do grau de dificuldade para chegar ao fim do mês com o rendimento monetário familiar						
	Total	Muita dificuldade	Dificuldade	Alguma dificuldade	Alguma facilidade	Facilidade	Muita facilidade
Total	1100	27,15	23,73	34,57	8,86	4,96	0,72
Urbana	1100	26,05	23,42	35,27	9,25	5,26	0,75
Rural	1100	33,23	25,43	30,68	6,72	3,35	0,58

Nota: 1- O termo família está sendo utilizado para indicar a unidade de investigação da pesquisa: Unidade de Consumo.

2- As informações foram prestadas por um único membro indicado pela família.

3- Na categoria Total não estão incluídas as famílias sem declaração do grau de dificuldade para chegar ao fim do mês.

11

Distribuição das famílias - (%) - Brasil - 2003

Rendimento: monetário e não monetário: mensal familiar (R\$)	Avaliação do tipo de alimento consumido pela família		
	Sempre do tipo preferido	Nem sempre do tipo preferido	Raramente do tipo preferido
Total			
Total	26,81	56,08	17,11
Até 6600	3,82	17,86	8,7
Mais de 600 a 1200	5,34	17,87	5,09
Mais de 1200 a 3000	9,17	14,85	2,69
Mais de 3000	8,48	5,5	0,63
Área urbana			
Total	28,76	55,01	16,24
Até 6600	3,67	15,14	7,46
Mais de 600 a 1200	5,4	17,52	5,13
Mais de 1200 a 3000	9,99	16,13	2,93
Mais de 3000	9,7	6,22	0,72
Área rural			
Total	16,11	62	21,9
Até 6600	4,67	32,83	15,48
Mais de 600 a 1200	5	19,78	4,9
Mais de 1200 a 3000	4,65	7,84	1,39
Mais de 3000	1,79	1,55	0,13

Nota: 1--O termo família está sendo utilizado para indicar a unidade de investigação da pesquisa: Unidade de Consumo.

2--As informações foram prestadas por um único membro indicado pela família

3--A categoria Até 600 inclui as famílias sem rendimento.



Percentual das famílias - 2003

Avaliação da condição de moradia em relação a alguns serviços	Brasil	Norte	Nordeste
Serviço de água - bom	71,09	44,23	57,47
Serviço de água - ruim	14,03	17,94	18,38
Serviço de água - não tem	14,87	37,83	24,15
Coleta de lixo - bom	73,92	52,66	58,06
Coleta de lixo - ruim	9,72	17,92	11,19
Coleta de lixo - não tem	16,36	29,42	30,75
Iluminação de rua - bom	62,81	43,99	55,44
Iluminação de rua - ruim	21,89	28,18	22,61
Iluminação de rua - não tem	15,29	27,83	21,95
Drenagem / escoamento da água da chuva - bom	53,76	26,52	43,19
Drenagem / escoamento da água da chuva - ruim	20,57	22,72	22,11
Drenagem / escoamento da água da chuva - não tem	25,67	50,76	34,7
Fornecimento de energia elétrica - bom	88,72	73,02	82,75
Fornecimento de energia elétrica - ruim	6,71	11,7	7,55
Fornecimento de energia elétrica - não tem	4,57	15,28	9,7

Nota: 1 - (O) termo família está sendo utilizado para indicar a unidade de investigação da pesquisa: Unidade de Consumo.

2 - As informações foram prestadas por um único membro indicado pela família.

19

Percentual das famílias - 2003

Existência de problemas no domicílio	Brasil	Norte	Nordeste
Pouco espaço - sim	41,45	50,07	45,16
Pouco espaço - não	58,55	49,93	54,84
Rua ou vizinhos barulhentos - sim	23,29	25,63	22,27
Rua ou vizinhos barulhentos - não	76,71	74,37	77,73
Casa escura - sim	19,68	25,56	23,92
Casa escura - não	80,32	74,44	76,08
Telhado com goteira - sim	34,14	53,03	44,13
Telhado com goteira - não	65,86	46,97	55,87
Fundação, paredes ou chão úmidos - sim	30,48	32,3	40,49
Fundação, paredes ou chão úmidos - não	69,52	67,7	59,51
Madieiras das janelas, portas ou assoalhos deteriorados - sim	30,4	42,88	41,77
Madieiras das janelas, portas ou assoalhos deteriorados - não	69,6	57,12	58,23
Poluição ou problemas ambientais causados pelo trânsito ou indústria - sim	19,65	21,43	17,85
Poluição ou problemas ambientais causados pelo trânsito ou indústria - não	80,35	78,57	82,15
Violência ou vandalismo na área de residência - sim	27,92	30,86	25,75
Violência ou vandalismo na área de residência - não	72,08	69,14	74,25

Nota: 1 - O termo família está sendo utilizado para indicar a unidade de investigação da pesquisa: Unidade de Consumo.
2 - As informações foram prestadas por um único membro indicado pela família.

➤ AS 10 ÁREAS COM MELHORES CHANCES DE NEGÓCIOS: FONTE INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, DIVULGADO NO JORNAL A TRIBUNA NO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2006.

“...Grande parte dos novos investimentos estão concentrados nas grandes empresas, como Petrobrás, Vale do Rio Doce, CST-Arcelor Brasil, Aracruz Celulose, Samarco Mineração, além de nichos localizados no interior capixaba. Portanto, economistas e analistas de mercado alertam que para alcançar o sucesso deve-se atentar para estas áreas e buscar formas de fornecer produtos para este setor, o que vale desde a construção de hotéis, restaurantes, indústrias metalmecânicas, ou seja, prestadores de serviços. Uma pesquisa parcial feita pelo Instituto de pesquisa Jones dos Santos apontou que os investimentos previstos para os próximos cinco anos são de R\$47 bilhões, dos quais R\$42,1 bilhões serão aplicados nos municípios litorâneos...” (Fonte: A Tribuna Domingo - 08/10/2006 em anexo)



• **PETRÓLEO:** O setor é apontado como sendo o mais promissor para os próximos anos, por causa dos investimentos da Petrobrás. Empresas, com certificação, podem fechar bons contratos de fornecimentos;

• **CONSTRUÇÃO CIVIL:** Por conta do bom de novos investimentos, o setor prevê crescimento para os próximos anos. Novos hotéis, prédios residenciais e comerciais devem ser lançados nos grandes centros e até no interior do Estado.

• **LOGÍSTICA E INFORMÁTICA:** Com adequação nos portos capixabas e construção de novos ramais ferroviários, muitas empresas estão de olho em investimentos na área logística. Da mesma maneira, há uma ampla gama de oportunidades para quem investe em tecnologia e informática para prestar serviços para grandes empresas.

• **MINERAÇÃO:** Novos projetos de expansão e até implantação de novas empresas fornecedoras de serviços, também focado no segmento metalmeccânico.

• **SIDERURGICA:** A expansão de grandes empresas abre o leque de novas oportunidades para o setor metalmeccânico, que oferece serviços.

• **FRUTICULTURA:** A implantação de pólos de frutas em todo o interior capixaba devem atrair novas empresas e gerar novas empresas e gerar novos empregos. A previsão é de crescimento no número de hectares plantados.

• **ROCHAS ORNAMENTAIS:** Com pólos localizados no Norte e no Sul do Estado, além da previsão de aumento de faturamento para os próximos anos, as oportunidades surgiram no fornecimento de serviços para as grandes empresas, seja no transporte, na extração ou no beneficiamento das pedras.

• **SILVICULTURA:** Com a ampliação da Aracruz Celulose, o setor continua sendo destaque para crescimento nos próximos Anos. A oportunidade fica por conta dos fornecedores de serviços para a empresa, assim como no fomento florestal.

• **ENERGIA:** Projetos para construção de pequenas usinas estão previstos para os próximos anos. Fornecedores e pessoal de manutenção serão essenciais.

• **ALIMENTOS E BEBIDAS:** Com uma política de desenvolver o turismo, o setor tende a crescer nos próximos anos. Instalação de fábricas e de locais para diversão são boas dicas de empreendedorismo.

➤ **OS NEGÓCIOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO: FONTE INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, DIVULGADO NO JORNAL A TRIBUNA NO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2006.**

• **1º - METROPOLITANA – Vitória :** Os grandes investimentos estão focados na mineração, siderurgia, construção civil, fabricação de coque e logística. Um dos caminhos é se tornar fornecedor deste segmentos. Os projetos totalizam R\$16,2 Bilhões.

• **2º - PÓLO DE LINHARES – Linhares, Sooretama, Rio Bananal, João Neiva, Aracruz e Ibirapuçu:** projetos focados nas áreas de petróleo, silvicultura, construção e fruticultura devem alavancar a região, que terá investimentos superiores a R\$11

bilhões. A presença da Aracruz celulose e da Petrobrás impulsionam para o desenvolvimento do setor de serviços. (Restaurantes, hotéis) e de fornecedores.

- 3° - EXPANDIDA SUL – Alfredo Chaves, Iconha, Anchieta, Piúma, Itapemirim e Maratáizes: Atividades ligadas à exploração e produção de petróleo, mineração e energia estarão em alta nos próximos cinco anos. A região é apontada como a promessa do futuro para novos investimentos.

- 4° - SUDOESTE SERRANA – Laranja da terra, Afonso Cláudio, Brejetuba, Domingos Martins, Marechal Floriano, Venda nova do imigrante, Conceição do Castelo: Com negócios estimulados de R\$305,3 milhões, os principais projetos estão em energia, produtos alimentícios e construção civil. A aposta é para negócios na área de artesanato e de novos hotéis, por ser uma região com alta procura no inverno brasileiro.

- 5° - CENTRAL SERRANA – S. Roque do Canaã, Itaguaçu, Itarana, Santa Teresa, Santa Maria de Jetibá e Santa Leopoldina: Com menos volume de investimentos R\$12,3 milhões, há inúmeros possibilidades de negócios a serem desenvolvidos nos municípios, como nas áreas da construção civil, pesca e rocha ornamentais.

- 6° - LITORAL NORTE – Conceição da Barra, São Mateus e Jaguaré: Grande parte dos investimentos na região está em petróleo e gás natural. Novos negócios poderão surgir no setor da construção civil, extração de rochas ornamentais, dentre outros.

- 7° - EXTREMO NORTE – Mucurici, Montanha, Ponto Belo e Pinheiros: A produção de álcool é o impulsionador dos negócios da região, que deverá aplicar R\$133,8 milhões de um montante total de R\$138,4 milhões. A aposta fica na área da construção civil, fábricas de alimentos e agriculturas e fruticultura.

- 8° - POLÓ COLATINA – Alto Rio Novo, Pancas, Governador Lindenberg, Marilândia, Colatina e Baixo Guandu: Com o maior investimento fora da faixa litorânea, os projetos estão focados em fábricas têxteis, produtos alimentícios e construção civil. Os negócios chegam a R\$584,2 milhões.

- 9° - NOROESTE I – Ecoporanga, Água Doce do Norte, Vila Pavão, Barra do S. Francisco e Mantenedópolis: As atividades econômicas que tendem a crescer estão focadas no setor do comércio atacadista e varejista, além da extração de rochas ornamentais.

- 10° - NOROESTE II – Boa esperança, Nova Venécia, São Gabriel da Palha, Vila Valério, Águia Branca e São Domingos do Norte: Serviço ligados ao setor de rochas ornamentais serão os destaques. Os investimentos vão chegar a R\$109,1 milhões, sendo R\$94,5 milhões neste segmento.

- 11° - PÓLO DE CACHOEIRO – Castelo, Vargem Alta, Cachoeiro do Itapemirim, Rio Novo do Sul, Jerônimo Monteiro, Alílio Vivácqua, Muqui, Mimoso do Sul, Presidente Kennedy e Apiacá: Grande parte dos investimentos está focada na área de petróleo e gás natural, devido à proximidade de campos petrolíferos no litoral, assim como para rochas ornamentais.



• 12º - CAPARAÓ – Ibatiba Irupi, Iúna, Muniz Freire, Ibitirama, Divino São Lourenço, Alegre, Guaçuí, Dolores do Rio Preto e São José do Calçado: Com apenas R\$108,6 milhões, a região demandará investimentos em alojamento e na área de hidrelétricas. A região ainda foca suas atividades fortemente na fabricação de alimentos e bebidas.

➤ **ONDE ESTAMOS EM 2006:**

• **Administrativamente:**

1. Organizar o gerenciamento contábil e administrativo entre as Entidades: MEPES, na qualidade de mantenedora e Associações de Pais, na qualidade de cooperadora com CNPJ próprio. A mantida é a Escola Família Agrícola (EFA), constituída como filial e CNPJ vinculada ao CNPJ da MATRIZ (MEPES);
2. Controlados a movimentação Bancária.
3. Organizar e controlar os orçamentos e as aplicações pelas diversas EFAS;
4. Adequar a contabilidade dentro das RECEITAS própria e as originadas de Convênios.
5. Os recursos captados, via Associações, CONVENIOS E OUTROS, não são contabilizados n MEPES. Tem verba Pública.
6. Corrigir as irregularidades no campo trabalhista;
7. Corrigir as irregularidades referentes à Posse, COMPOSSE, entre Associações de Pais e MEPES, com gravidade nas benfeitorias, móveis e veículos de uso comum;
8. Corrigir as receitas e despesas, originadas de FILANTROPIA.
9. Regularizar os controle dos compromissos a pagar nas associações de pais, gerando a necessidade de recorrer a festas e outros meios, poucos aceitáveis.
10. Corrigir os controles de gastos de um modo geral. Não existe um responsável pelo almoxarifado.
11. Corrigir os controles de coleta de preços. Comprar pela melhor oferta.
12. Definir quem exerce a direção das EFAS.
13. Definir a direção e gerenciamento das escolas. O controle e fiscalização no exercício do ano letivo, e, em especial as cadernetas de aula, documento de fundamental

123
ASSESSORIA
COM

importância, por se tratar da vida estudantil não permitindo a retirada, pelos instrutores e dirigentes das associações de pais, de dentro das cadernetas e apontamentos de aula.

114. Definir o sistema de contabilidade das associações de Pais. O movimento está maior do as contabilidades das EFAS.

115. Proceder com urgência um levantamento no quadro do Pessoal. Sinalizamos levantamento via CENSO.

116. Definir as Demissões desorganizadas, forçadas pelas associações de Pais.

117. Estudar, juridicamente, procedimentos SINPRO/ES.

118. Definir o USO bens Patrimoniais pelas EFAS

➤ **ONDE ESTAMOS EM 2006. ONDE QUEREMOS CHEGAR EM 2011**

1		
2		
3		
4		
5		

➤ **HOSPITAL:**

Definir o controle do almoxarifado;

- Definir um controle rigoroso dos atendimentos médicos em geral, omissão que prejudica a FILANTROPIA.

A nova direção do Hospital adotou novos processos administrativos;

- **Necessidades:**

- Os controles de atendimento de um modo geral, registrando, em MAPAS, para comprovação da FILANTROPIA;
- Que seja determinado um levantamento geral dos últimos exercícios, a partir do mês de janeiro do ano de 2000.
- As doações, via SAMARCO, e a prudente contabilização.

➤ **OUTRAS NECESSIDADES:**

- Fica sinalizado da necessidade do MEPES, que em regime de urgência, solicite da Secretaria de Educação, Prefeituras e Outros, demonstrativos das verbas repassadas para as ASSOCIAÇÕES DE PAIS, cujo destino final, tenha sido uma das unidades do MEPES, ou seja "EFA". A maior preocupação da Auditoria é a verba Pública, que não está, na sua integridade, Contabilizada no MEPES, nem nas Associações visitadas.

- Quanto ao "HOSPITAL", pela urgência da auditoria e carência de recursos, fica sinalizado de que o MEPES, deve, além das considerações acima, proceder a uma auditoria especializada, via CRM, CF, SUS, no funcionamento especializado. Bem como, promover na parte administrativa o CONTROLE DE ESTOQUE, (entrada e saída) nos EQUIPAMENTOS, nos CONTRATOS COM TERCEIROS EM GERAL, (inclusive especializados, médicos e outros). Por fim, demonstrar com clareza, o atendimento através do SUS, PREFEITURA, GRATUIDADES DIVERSAS e os PARTICULARES, estes na existência. CRIAR UM PROCESSO PARA CONTROLE DO ATENDIMENTO GERAL E INFORMAR A CONTABILIDADE O CUSTO DE CADA ATENDIMENTO.

- definir a política ADMINISTRATIVA E CONTÁBIL entre MEPES e ASSOCIAÇÕES de PAIS.

- Provisionar o Passivo Trabalhista. (mesmo em fase de recurso). Não omitindo a inclusão nos custos dos convênios. Parte de RH Pessoal.

- Pelo fato do MEPES, ser uma "FILANTROPIA", as áreas: Administrativa e contábil, de um modo geral, carecem de maior apoio do "CONSELHO". Como sugestão sinalizamos, um seminário esclarecedor para os membros do Conselho e outros, talvez ajude.

➤ **ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL:**

- **Dedução de Incentivo: Anexo 1, 2 e 3:**

Com base nas pesquisas e resultados acima mostrados, sabemos e afirmamos que o nosso Estado esta sendo alvo de muitas multinacionais e almeja um crescimento muito grande principalmente na localidade de nossa sede, Anchieta.

O nosso Governo Federal dá um apoio as entidades sem fim lucrativo, diminuindo os impostos e outros privilégios a mais para a empresa (S/A ou LTDA) que ajudarem ou terceiro setor.

- LEI DE INCENTIVO À CULTURA- (Publicado originalmente como DICAS nº 43 em 1995)

Os incentivos fiscais à cultura favorecem o aumento da produção cultural local e podem servir de instrumento para reduzir a inadimplência.

A falta de recursos é uma das principais dificuldades enfrentadas tanto por aqueles que estão envolvidos na gestão da política cultural, quanto pelos que estão empenhados na produção cultural. Os governos enfrentam uma crônica falta de recursos para investimentos, o que

impede a ampliação do orçamento das áreas de cultura como seria desejado. O setor privado é apontado como solução, mas a prática do patrocínio ou da participação de capitais privados no financiamento de produções culturais ainda é incipiente. Essas dificuldades em obter recursos atingem produções culturais de vários portes. É necessário criar formas para captar recursos que atraiam investidores e patrocinadores, dinamizando a produção cultural no município, sem provocar sobrecarga e aproveitando mais eficazmente o potencial dos produtores, sem depender, necessariamente, de verbas estaduais e federais.

Hoje é moda falar que as empresas são solidárias ao terceiro setor, mas a muita coisa por trás as empresas ganham e não falem por piedade.

- O QUE FAZER - Nos últimos anos, alguns municípios iniciaram a aplicação de leis de incentivo fiscal à produção cultural. O princípio adotado é da renúncia da prefeitura de arrecadarem impostos em valores correspondentes ao total ou a parcelas dos valores de investimentos ou patrocínios em produções culturais.

O IMEPES não pode perder tempo. Empresas estão instaladas, e outras em processo de instalações, na Cidade de Anchieta, esperando só começar a produzir.

O IMEPES deve montar um projeto para apresentar a essas empresas.

➤ IMPLEMENTAR A ESTRATÉGIA:

• Compromissos Sociais e Acadêmicos Do IMEPES:

- Tratar os alunos como sujeitos históricos, co-autores do conhecimento, que devem ser formados como indivíduos, cidadãos, profissionais éticos, com compreensão da realidade social e MEPIANA.
- Oferecer aos alunos ensino de qualidade, oportunizando o desenvolvimento da responsabilidade e do senso crítico e a sua inserção no mercado de trabalho.
- Praticar a colaboração mútua, internamente e externamente com outras instituições conveniadas, com o Governo, com o setor produtivo, com as organizações e movimentos sociais, adotando posturas éticas-cristãs, através de programas, projeto e parcerias.
- Transformar a atual realidade social, disseminando o conhecimento, oportunizando o desenvolvimento sustentável, estimulando o empreendedorismo, a cultura e a informação, na busca da melhoria da qualidade de vida.
- Pautar sua atuação com atitudes de seriedade e legalidade, cumprindo as leis existentes, engajando-se em ações políticas e sociais emancipatórias e apresentando propostas adequadas de reformulação da legislação que conflitem com educação através da alternância, e que comprometam o exercício da cidadania, e as práticas da justiça e equidade sociais.



- **Compromissos Acadêmicos Do MEPES:**

Ensino:

1. Desenvolver a criatividade e a criticidade, com base em uma visão ética, humanista e generalizada, num processo de ensino efetivo com qualidade e coerência, e que utiliza metodologias adequadas, da alternância, que fundamentam técnicas e práticas para o exercício da profissão.
2. Desenvolver junto aos seus alunos uma cultura que vise a autonomia de estudos e pesquisas, num processo onde o professor/instrutor é mediador/educador profissional.

Pesquisa:

1. Estabelecer uma política para a pesquisa, com orçamento específico, institucionalizando programas efetivos de produção de conhecimento igualitário por ESCOLA, valorizando os recursos humanos comprometidos com o processo. Implementar programa de iniciação científica, articulando com as atividades regulares de ensino, incentivando a produção de estudos e textos técnicos, científicos e artísticos.
2. Aplicar os resultados da pesquisa no ensino e nas atividades de extensão: ação comunitária, transferência de tecnologia e educação continuada.

Extensão:

1. Estabelecer política multidisciplinar e abrangente, com atitude social responsável, ampla e participativa, aproveitando e valorizando os recursos humanos MEPIANOS.
2. Criar programas, otimizando espaços e recursos tecnológicos, transformando em benefícios sociais os conhecimentos acadêmicos gerados c/ou adaptados pelo MEPES.

➤ **DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS DO MEPES:**

- **Na área Técnico-pedagógica:**

- Estabelecer parâmetros de qualidade de ensino e medidas eficazes de aprendizagem que sejam permanentemente reavaliados, visando a um processo de melhoria contínua da ação pedagógica institucional.
- Disseminar entre alunos e instrutores a cultura da investigação científica e da reflexão como mecanismos insubstituíveis de construção de conhecimento.
- Desenvolver ações no sentido de, através de parcerias e convênios, criar mecanismos de financiamento e de suporte à pesquisa, especialmente aquelas focadas no interesse social e comunitário.



- Elaborar e aplicar procedimentos de avaliação permanente dos currículos implantados nas EFAS, bem como implantar mecanismos de revisão curricular decorrente das avaliações realizadas.
- Estabelecer, junto à comunidade, sistemáticas de interação que possibilitem ações de enriquecimento curricular e crescimento DO MEPES, como agente incentivador.
- Desenvolver e implantar instrumentos de monitoramento do desempenho acadêmico visando a uma constante e permanente evolução dos parâmetros da performance dos estudantes.

• **Na área de gestão acadêmica:**

- Implantar sistemas de gestão de informações visando o acompanhamento e avaliação dos produtos e processos bem como o monitoramento das ações de rotina, quanto ao cumprimento dos objetivos e metas institucionais, de forma a garantir o pleno sucesso do programa da ALTERNANCIA.
- Elaborar e implementar o Plano de Capacitação de Recursos Humanos, valorizando a competência docente, a gestão acadêmica e os processos administrativos e de planejamento.
- Desenvolver e implantar mecanismos de planejamento participativo, como forma de propiciar o necessário dinamismo e comprometimento com o Plano de Desenvolvimento Institucional do MEPES.
- Formular e implementar políticas de Gestão do Conhecimento, propiciando a explicitação e disseminação do conhecimento tácito, favorecendo ainda mecanismos tangíveis que possibilitem o crescimento com ênfase nos processos de criação e da inovação, como diferenciais importantes dentro do cenário educacional das regiões de atuação do MEPES.
- Assegurar e priorizar ações que transformem o processo de avaliação em ferramenta essencial para a formação de estratégias nas áreas de ensino, pesquisa e extensão.
- Executar, acompanhando o crescimento das demandas e de acordo com as disponibilidades financeiras, o planejamento físico das EFAS bem como implementar a estrutura organizacional.

• **Nas áreas de extensão e relações com a comunidade:**

- Promover e incentivar a participação de estudantes e professores instrutores em e programas ação comunitária.
- Estabelecer mecanismos de apoio material e político para ações de captação de recursos para programas de ensino alternado e pesquisas.
- Garantir a participação da comunidade externa, desde que organizada e devidamente legalizada junto aos órgãos competentes, com convenio



regular, nos processos de avaliação, através de uma comissão própria de Avaliação (CPA).

➤ **REVISAR TODO O PROGRAMA DA ALTERNANCIA DO MEPES:**

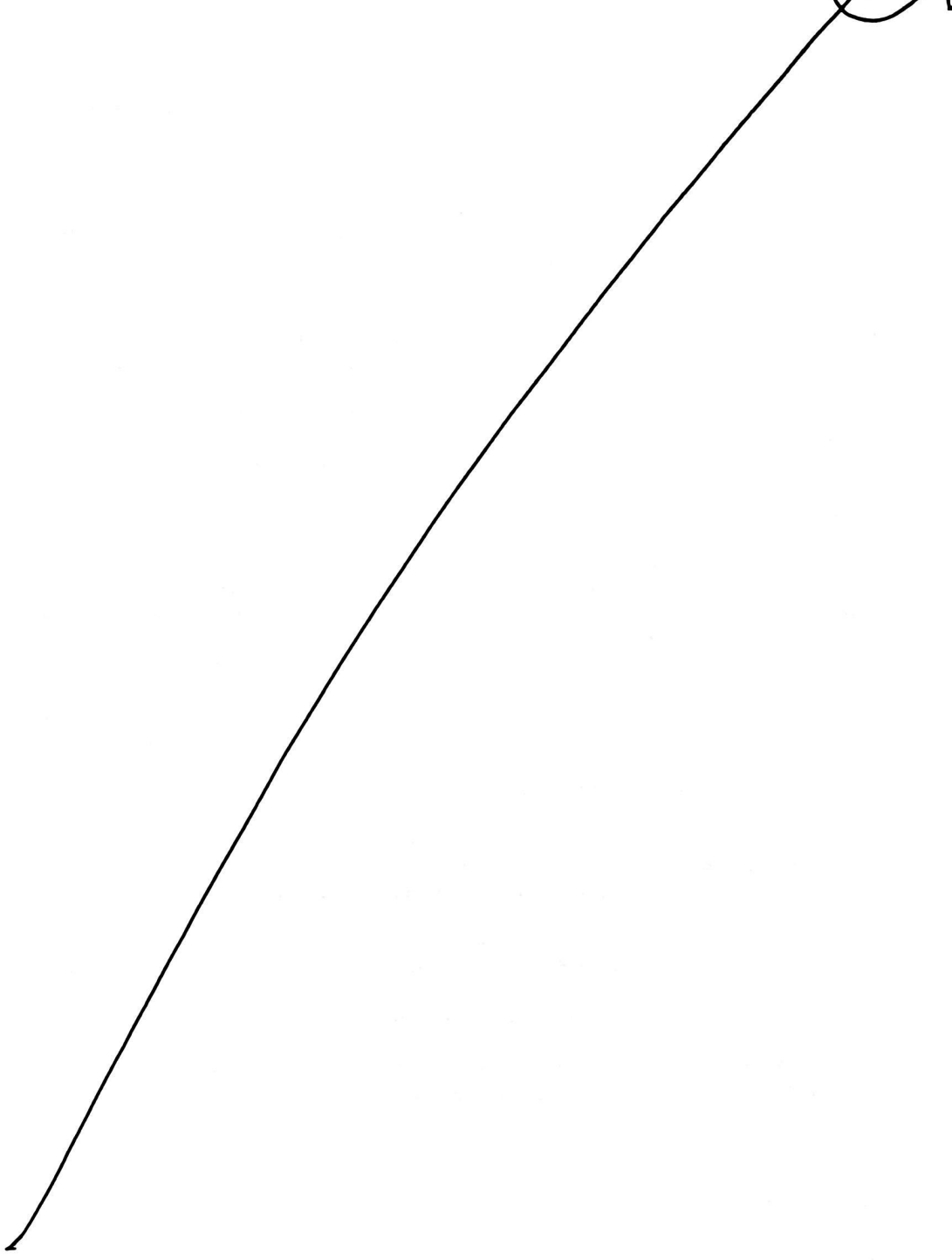
- **Estrutura Física e Funcional;**
- **Estrutura Curricular;**
- **Estrutura Administrativa;**
- **Estrutura das Associações de Pais;**
- **Convênios.**

Dr. Jonathan Vieira

DR. JONATHAN VIEIRA
AUDITOR INDEPENDENTE
C.R.C.-ES 1.566 - Inscrito na C.V.M.
R. Carlos Santana, 224 - Guarapari-ES
Tel.: (27) 261-4404 - Fax: 261-3993



120





**Pagamentos e Doações Efetuados
INCENTIVO À CULTURA**

Vejja também...

Podem ser deduzidas as quantias despendidas no ano-calendário anterior a título de doações ou patrocínios, tanto mediante contribuições ao Fundo Nacional de Cultura (FNC) como em apoio direto a projetos:

culturais aprovados na forma da regulamentação do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac): 80% do somatório das doações e 60% do somatório dos patrocínios

- campo Valor pago: informe o valor efetivamente pago

- campo Parcela não dedutível/Valor reembolsado: informe 20% do somatório das doações e 40% do somatório dos patrocínios

relacionados a produção cultural nos segmentos de artes cênicas, livros de valor artístico, literário ou humanístico, música erudita ou instrumental, exposições de artes visuais, doações de acervos para bibliotecas públicas, museus, arquivos públicos e cinematecas, bem como treinamento de pessoal e aquisição de equipamentos para a manutenção desses acervos, produção de obras cinematográficas e videofonográficas de curta e média metragem e preservação e difusão de acervo audiovisual e preservação do patrimônio cultural material e imaterial.

- campo Valor pago: informe o valor efetivamente pago

- campo Parcela não dedutível/Valor reembolsado: deixe em branco.

de produção de obras cinematográficas e videofonográficas brasileiras de longa, média e curta metragens de produção independente, de co-produção de obras cinematográficas e videofonográficas brasileiras de produção independente, de telefilmes, minisséries, documentais, ficcionais, animações e de programas de televisão de caráter educativo e cultural brasileiros de produção independente, aprovados pela Ancine.

- campo Valor pago: informe o valor efetivamente pago

- campo Parcela não-dedutível/Valor reembolsado: deixe em branco

A dedutibilidade de valores referentes a incentivo à cultura está condicionada a que:

- os projetos culturais sejam previamente aprovados pelo Ministério da Cultura - MinC ou, no caso de projetos relacionados a obras cinematográficas e videofonográficas, pelo MinC ou pela Ancine; e



- o doador ou patrocinador obedeça, para suas doações ou patrocínios, o período definido pelas portarias de homologação do MinC ou Ancine.

Limite

O somatório da Dedução - Estatuto da Criança, Incentivo à Cultura e Incentivo à Atividade Audiovisual está limitado a 6% do imposto apurado. Este limite é calculado pelo próprio programa.

Na ficha Pagamentos e Doações Efetuados, informe o nome da entidade beneficiada, o seu número de inscrição no CNPJ, o valor pago e o código.

DR. JONATHAN VIEIRA
AUDITOR INDEPENDENTE
C.R.C.E.S. 1.566 - Inscrito no C.V.M.
R. Carlos Santana 224 - Guarapari/ES
Tel: (27) 261-0404 - Fax: 261-0363

